

# DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXVII - 7ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 234  
Brasília, quinta-feira, 13 de dezembro de 2018

## Sumário

### Seção 3

Ata Sucinta da 109ª Sessão Ordinária.....	3
Ata Circunstanciada da 109ª Sessão Ordinária.....	41
Ata Sucinta da 110ª Sessão Ordinária.....	44
Ata Circunstanciada da 110ª Sessão Ordinária.....	48
Ata Sucinta da 111ª Sessão Ordinária.....	101
Ata Circunstanciada da 111ª Sessão Ordinária.....	155
Ata Sucinta da 112ª Sessão Ordinária.....	162
Ata Circunstanciada da 112ª Sessão Ordinária.....	181
Ata Sucinta da 113ª Sessão Ordinária.....	187
Ata Circunstanciada da 113ª Sessão Ordinária.....	239



**CÂMARA  
LEGISLATIVA**  
DISTRITO FEDERAL

### Mesa Diretora

**Presidente:** Deputado Joe Valle

**Vice-Presidente:** Deputado Wellington Luiz

**Primeira Secretária:** Deputada Sandra Faraj - Suplente: Deputada Telma Rufino

**Segundo Secretário:** Deputado Robério Negreiros - Suplente: Deputado Lira

**Terceiro Secretário:** Deputado Raimundo Ribeiro - Suplente: Deputado Cristiano Araújo

**Corregedor:** Deputado Juarezão

**Ouvidor:** Deputado Chico Leite

**Procuradora Especial da Mulher:** Deputada Celina Leão



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Prof. Reginaldo Veras Vice-Presidente: Sandra Faraj Júlio César Prof. Israel Celina Leão	Chico Leite Delmasso Luzia de Paula Ricardo Vale Robério Negreiros	Presidente: Telma Rufino Vice-Presidente: Lira Sandra Faraj Robério Negreiros Rafael Prudente	Julio Cesar Cristiano Araújo Luzia de Paula Wellington Luiz Celina Leão
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Agaciel Maia Vice-Presidente: Júlio César Prof. Israel Rafael Prudente Chico Leite	Wasny de Roure Telma Rufino Juarezão Wellington Luiz Cláudio Abrantes	Presidente: Wasny de Roure Vice-Presidente: Juarezão Luzia de Paula Prof. Reginaldo Veras Raimundo Ribeiro	Chico Vigilante Cristiano Araújo Bispo Renato Andrade Cláudio Abrantes Rafael Prudente
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Luzia de Paula Vice-Presidente: Juarezão Delmasso Liliane Roriz Robério Negreiros	Prof. Israel Lira Sandra Faraj Júlio César Wellington Luiz	Presidente: Lira Vice-Presidente: Wasny de Roure Cristiano Araújo Cláudio Abrantes Wellington Luiz	Bispo Renato Andrade Ricardo Vale Prof. Israel Prof. Reginaldo Veras Rafael Prudente
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Liliane Roriz Ricardo Vale Bispo Renato Andrade Wellington Luiz	Júlio César Delmasso Wasny de Roure Sandra Faraj Raimundo Ribeiro	Presidente: Bispo Renato Andrade Vice-Presidente: Chico Vigilante Cristiano Araújo Cláudio Abrantes Celina Leão	Agaciel Maia Juarezão Telma Rufino Chico Leite Robério Negreiros
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Ricardo Vale Vice-Presidente: Telma Rufino Agaciel Maia Wellington Luiz Raimundo Ribeiro	Lira Chico Vigilante Delmasso Celina Leão Rafael Prudente	Presidente: Rodrigo Delmasso Vice-Presidente: Agaciel Maia Celina Leão Chico Leite Robério Negreiros	Lira Wasny de Roure Rafael Prudente Prof. Reginaldo Veras Wellington Luiz

atualizado em 21/02/2018

7ª Legislatura

Deputado Agaciel Maia  
Deputado Bispo Renato Andrade  
Deputada Celina Leão  
Deputado Chico Leite  
Deputado Chico Vigilante Lula da Silva  
Deputado Cláudio Abrantes  
Deputado Cristiano Araújo  
Deputado Delmasso  
Deputado Joe Valle  
Deputado Juarezão  
Deputado Júlio Cesar  
Deputada Liliane Roriz

Deputado Lira  
Deputada Luzia de Paula  
Deputado Prof. Israel  
Deputado Prof. Reginaldo Veras  
Deputado Rafael Prudente  
Deputado Raimundo Ribeiro  
Deputado Ricardo Vale  
Deputado Robério Negreiros  
Deputada Sandra Faraj  
Deputada Telma Rufino  
Deputado Wasny de Roure  
Deputado Wellington Luiz



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA SUCINTA DA 109ª  
(CENTÉSIMA NONA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
EM 28 DE NOVEMBRO DE 2018

SÚMULA

**PRESIDÊNCIA:** Deputados Chico Vigilante Lula da Silva e Joe Valle

**SECRETARIA:** Deputado Chico Vigilante Lula da Silva

**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

**INÍCIO:** 15 horas e 4 minutos

**TÉRMINO:** 15 horas e 41 minutos

Observação: A lista de presença está anexa à ata.

**1 ABERTURA**

Presidente (Deputado Chico Vigilante Lula da Silva):

– Declara aberta a sessão.

**1.1 LEITURA DE ATA**

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovadas, sem observações, as Atas da 108ª Sessão Ordinária e da 21ª Sessão Extraordinária.

**1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE**

Observação: Os expedientes lidos estão anexos à ata.

– **Mensagens nºs 281 e 282, de 2018**, de autoria do Governador do Distrito Federal.

– **Mensagem nº 283, de 2018**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 2.171, de 2018**.

– **Projeto de Lei nº 2.170, de 2018**, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.

– **Indicação nº 14.822, de 2018**, de autoria do Deputado Robério Negreiros.

LIDO  
Em 29/11/18  
  
Secretaria Legislativa

ATA SUCINTA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2018

Revisora:

Chefe do Setor:

(SF/A/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



2

- **Indicação nº 14.823, de 2018**, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.
- **Requerimento nº 3.776, de 2018**, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.
- **Requerimento nº 3.777, de 2018**, de autoria do Deputado Robério Negreiros.

**2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA**

Presidente (Deputado Joe Valle):

- Comunica que, em virtude da aprovação do Requerimento nº 3.744, de 2018, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, a sessão ordinária de amanhã, dia 29 de novembro, será transformada em comissão geral para debater o fim do Ministério do Trabalho e Emprego.

**3 ENCERRAMENTO**

Presidente (Deputado Joe Valle):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

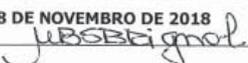


Primeiro(a)-Secretário(a)

ATA SUCINTA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2018

Revisora: \_\_\_\_\_

Chefe do Setor: \_\_\_\_\_

 (SF/A/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



3

# ANEXO I

## LISTA DE PRESENÇA

---

ATA SUCINTA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2018  
Revisora: \_\_\_\_\_ Chefe do Setor: J. B. S. Pignatelli (SF/A/ToF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



4



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



LISTA DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária: 109ª Data: 28 de novembro de 2018

Início: 15 horas 04 minutos Encerramento: 15 horas 41 minutos

DEPUTADOS – LEGENDAS		DEPUTADOS – LEGENDAS	
AGACIEL MAIA <i>JUSTIFICAR</i>	- PR	LIRA	- PHS
BISPO RENATO ANDRADE	- PR	LUZIA DE PAULA	- PSB
CELINA LEÃO	- PP	PROF. ISRAEL	- PV
CHICO LEITE	- REDE	PROF. REGINALDO VERAS	- PDT
CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA	- PT	RAFAEL PRUDENTE	- MDB
CLÁUDIO ABRANTES	- PDT	RAIMUNDO RIBEIRO	- MDB
CRISTIANO ARAÚJO	- PSD	RICARDO VALE	- PT
DELMASSO <i>JUSTIFICAR</i>	- PRB	ROBÉRIO NEGREIROS	- PSD
JOE VALLE	- PDT	SANDRA FARAJ	- PR
JUAREZÃO	- PSB	TELMA RUFINO	- PROS
JÚLIO CÉSAR	- PRB	WASNY DE ROURE	- PT
LILIANE RORIZ	- PROS	WELLINGTON LUIZ	- MDB
 JOSÉ CLAUDIONOR DE ALCÂNTARA Matrícula nº 19406 Chefe da Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário		 MANOEL ÁLVARO DA COSTA Matrícula nº 15.030 Secretário da Secretaria Legislativa	

ATA SUCINTA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2018

Revisora: \_\_\_\_\_ Chefe do Setor: *Justificat* (SF/A/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



5

## ANEXO II

### EXPEDIENTE LIDO NA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA

ATA SUCINTA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2018

Revisora: \_\_\_\_\_

Chefe do Setor: \_\_\_\_\_

 (SF/A/Tof)

> SETAS - 000006 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

**MENSAGEM**

Nº **281** /2018-GAG

Brasília, **27** de novembro de 2018.

PROC 54 /2018

L I D O  
Em, 28/11/18  
Secretaria Legislativa.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos ilustres pares, para encaminhar à apreciação dessa Casa de Leis, nos termos do art. 100, XV, c/c o art. 60, inciso XXXV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, a indicação do Senhor **Paulo Henrique Bezerra R. Costa** para ocupar o cargo de Diretor-Presidente do Banco de Brasília – BRB, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Segue anexo, para conhecimento e análise de Vossas Excelências, o currículo, onde se revelam as altas qualidades técnicas do indicado, bem como as relevantes funções exercidas em sua carreira profissional, necessárias ao desempenho do cargo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,

  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador



A Sua Excelência o Senhor  
**DEPUTADO JOE VALLE**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA

> SETAS - 000007 **Paulo Henrique Bezerra R. Costa**

*Profissional com 20 de anos de experiência na indústrias bancária, de seguros, de investimentos e de saúde, com histórico de aumento do resultado e atuação tanto na elevação de receitas e redução de gastos, quanto no aumento de eficiência operacional. Realizou reestruturações em áreas de negócios e de controle, envolvendo mudanças em processos, produtos e pessoas, com rápido aumento de governança e resultados. Especializado em inovação e processos de transformação digital. Forte característica de liderança de equipes, iniciativa, comunicação e articulação para superação de resultados. Formação em tradicionais universidades do exterior – Stanford e Northwestern University.*

**Experiência profissional**

□ Caixa Econômica Federal

□ Vice-Presidente de Clientes, Negócios e Transformação Digital **Mai/2018 – Atual**

Responsável pela **gestão da rede de varejo da Caixa** com 55 mil pontos de venda, 66 mil empregados e 91 milhões de clientes e de definição das estratégias de clientes, canais e transformação digital da Instituição. Principais resultados alcançados em 6 meses:

- Ampliação da quantidade de **agências digitais de 8 para 70**;
- Aumento do volume de **contratação dos principais produtos de crédito entre 30% e 400%**;
- Redução da **inadimplência da carteira de crédito de 3,08% para 2,25%**;
- Criação da **Escola de Negócios de Varejo** e gestão na universidade corporativa;
- Redesenho do **modelo de operação do varejo**, incluindo nova segmentação de clientes, reorganização da carreira dos empregados e redefinição dos processos e do tamanho da rede;
- **Aumento do lucro líquido recorrente em 122%** - o maior da história da Caixa – R\$ 11,5 bilhões.

□ Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH

□ Vice-Presidente & CEO **Set/2017 – Mai/2018**

Responsável pela **gestão de uma rede de 40 hospitais universitários federais**, com presença nacional e mais de 9,5 mil leitos e 50 mil empregados. Os principais resultados alcançados foram:

- **Elaboração do planejamento estratégico para 5 anos** Rede EBSERH;
- **Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação**;
- **Revisão do funcionamento de todos os órgãos de governança**;
- **Modificação da estrutura organizacional** visando dar mais agilidade e responsabilização pelos resultados;
- **Implantação da Lei das Estatais**, incluindo revisão dos órgãos estatutários e do estatuto da Empresa;
- **Aumento da eficiência operacional**, com destaque para a **redução do tempo de liberação de recursos** de 52 para 5 dias úteis, **implantação de processo de compras centralizadas**, que reduziu em 18% o preço de medicamentos antimicrobianos, e definição de metodologia para **dimensionamento do quadro de pessoas nos hospitais**.

□ Caixa Econômica Federal

□ Diretor Executivo de Controladoria **Mai/2013 - Set/2017**

Responsável pela gestão das unidades de contabilidade, fiscal, orçamento, informações gerenciais e avaliação de resultados do conglomerado CAIXA, incluindo banco, fundos de investimento e fundos de governo, como FGTS, FCVS e PIS. Os principais resultados alcançados foram:

- **Implantação de programa para aumento da eficiência operacional** que gerou aumento de receitas e diminuição de gastos de **R\$ 8,0 bilhões** em quatro anos;
- **Implantação da gestão de resultados por linhas de negócios**;
- **Definição de novo padrão de divulgação das demonstrações financeiras**;
- **Regularização de processos contábeis** com impacto no patrimônio líquido de **R\$ 12 bilhões**;
- **Aperfeiçoamento da prestação de contas e apresentação dos resultados a órgãos estatutários**;
- **Realização de reuniões trimestrais com investidores internacionais** sobre estratégia e resultados.

> SETAS - 000008 <

## Paulo Henrique Bezerra R. Costa

### □ Caixa Seguridade Participações S.A.

#### □ Diretor de Administração, Finanças e RI (CFO)

Mai/2015 – Abr/2016

Responsável pela **estruturação das áreas de administração, finanças e RI** durante a criação da holding responsável por consolidar as participações societárias da Caixa no ramo de seguridade, que se tornou a primeira do conglomerado Caixa a obter o registro de companhia aberta. Os principais resultados foram:

- **Obtenção do registro de companhia aberta;**
- **Preparação para abertura de capital (IPO);**
- **Realização de roadshow sobre a operação a investidores nacionais e estrangeiros.**

### □ Grupo PanAmericano

#### □ Diretor de Controladoria e Compliance

Abr/2011 – Mai/2013

Responsável pela **reestruturação das áreas de contabilidade, tributos, compliance, controles internos e gerenciamento dos riscos** do banco, seguradora, administradora de consórcio, leasing e prestadora de serviços, após a descoberta de fraude contábil de R\$ 4,3 bilhões em 2010. Os principais resultados alcançados foram:

- **Revisão de políticas, rotinas e procedimentos contábeis em BRGAAP e IFRS;**
- **Elaboração e monitoramento de plano de negócios e de capital para recuperação do banco;**
- **Realização de due diligence contábil, operacional e de gestão para aquisição da *Brazilian Finance & Real Estate – BFRE*, maior originador, gestor de recursos e securitizador independente do setor imobiliário do Brasil;**
- **Implantação de políticas, limites, modelos, reportes e comitês de gerenciamento de riscos;**
- **Revisão do ambiente de controle e de prevenção à lavagem de dinheiro;**
- **Revisão de procedimentos fiscais que produziu economia tributária de R\$ 1,1 bilhão.**

### □ Caixa Econômica Federal

#### □ Superintendente Nacional de Administração de Risco Corporativo

Jul/2005 - Abr/2011

Responsável pela gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional. A Caixa foi um dos primeiros bancos do Brasil a se candidatar para uso de modelo interno de risco de mercado, o que gerou convites para apresentação de melhores práticas do banco em eventos nacionais e internacionais (Estados Unidos e Colômbia). Os principais resultados foram:

- **Implantação de novos processos e modelos de gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional;**
- **Definição de políticas, limites e estrutura de relatórios para a Alta Administração;**
- **Adequação da Caixa ao Acordo de Capitais de Basileia II;**
- **Implantação do Programa de Continuidade dos Negócios da Instituição.**

#### □ Gerente Nacional de Risco de Modelagem

Jan/2005 – Jun/2005

Responsável pela **implantação da unidade, definição de padrões para desenvolvimento, implantação e documentação de modelos de riscos e pela definição do processo de validação e monitoramento desses modelos para os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.**

#### □ Coordenador de Projetos Especiais e Especialista na VP de Risco

Out/2003 - Jan/2005

Responsável pelo **desenvolvimento e implantação de ferramentas de TI e estudos técnicos sobre gestão dos riscos de mercado e liquidez.**

#### □ Analista Sênior na Gerência Nacional de Produtos de Ativos de Terceiros

Jan/2001 - Set/2003

Responsável pelo **monitoramento do desempenho de fundos de investimento e carteiras administradas pela Caixa, pelo desenvolvimento de novos fundos para clientes de varejo e fundos exclusivos e pela elaboração de análises e comunicação com as agências durante as crises Argentina (2001) e de fundos brasileiros (2002).**

> SETAS - 000009 <

## Paulo Henrique Bezerra R. Costa

- **HSBC Bank Brasil S.A.** Jun/1999 – Dez/2000
  - **Gerente de Relacionamento PJ**  
Responsável por gerir carteira de clientes PJ para atingir metas de rentabilidade e relacionamento em operações de crédito, produtos de investimento e outros serviços financeiros.
- **Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro (CPOR)** Jan/1996 – Jun/1997
  - **Aspirante a Oficial de Intendência classificado em 1º lugar na turma de 1996.**

### Formação

- **Stanford University** Stanford – EUA  
**Post-graduate Certificate.** Curso de pós-graduação em inovação corporativa e gestão de processos de mudança. Mar/2017 – Mai/2018
- **Kellogg School of Management na Northwestern University** Evanston – EUA  
**Executive MBA.** Curso de pós-graduação com foco em estratégia, posicionamento competitivo e liderança direcionado a altos executivos. Jan/2016 – Dez/2017
- **7 City Learning** Londres, Inglaterra  
**Certificate in Quantitative Finance.** Projeto final: precificação de títulos de renda fixa e derivativos de taxas de juros usando Heath, Jarrow & Morton e análise de componentes principais, e de opções exóticas usando o método explícito de diferenças finitas com volatilidade variável e hedge estático ótimo. Jun/2009 - Jan/2010
- **University of Birmingham** Birmingham, Inglaterra  
**Mestrado em Administração de Empresas com concentração em gestão de bancos internacionais e finanças (distinção).** Dissertação sobre elaboração, controle e reporte de orçamentos de risco de mercado (Risk Budgeting). Set/2002 – Set/2003
- **Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV** São Paulo, Brasil  
**Pós-graduação em Desenvolvimento Gerencial.** Projeto final: concessão de crédito a pessoas físicas por meio da internet. Mar/2001 – Jan/2002
- **Universidade Católica de Pernambuco** Recife, Brasil  
**Bacharelado em Administração de Empresas (laureado).** Projeto desenvolvido: Qualidade no atendimento e relacionamento de longo prazo em banco de varejo: um estudo de caso. Jun/1996 – Jun/2000

### Certificações Profissionais

- **Certificação Profissional Anbima Série 20 (CPA-20)** 2017

### Idiomas

- **Inglês – fluente; Espanhol – avançado; Francês - básico**

### Outras experiências

- **Membro da Young President's Organization – YPO.** Desde Abr/2018
- **Membro do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI.** Desde Mai/2015
- **Membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.** Desde Jul/2010
- **Membro da Comissão de Supervisão e Regulamentação de Capital do Instituto Mundial de Bancos de Poupança – WSBI.** Mar/2010 – Abr/2011
- **Membro da Comissão de Gerenciamento de Riscos da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN.** Jun/2005 – Abr/2011
- **Membro da Câmara de Análise de Risco da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&F BOVESPA.** Jun/2005 – Abr/2011
- **Membro da Global Association of Risk Professionals - GARP.** Desde Jan/2004

> SETAS - 000010 <



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**MENSAGEM**

Nº 282 /2018-GAG

Brasília, 27 de novembro de 2018.

PROC 53/2018

LIDO  
em 28/11/18

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Secretaria Legislativa

Submeto à consideração de Vossa Excelência e dos demais Deputados Distritais, nos termos do art. 100, XIII, c/c o art. 60, XX, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal, a aprovação da destituição de Paola Aires Corrêa Lima do cargo de Procuradora-Geral da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Ao tempo, nos termos do art. 100, XIII, c/c o art. 60, XX, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal, submeto à consideração de Vossa Excelência e dos demais Deputados Distritais o nome de Ludmila Lavocat Galvão Vieira de Carvalho para o cargo de Procuradora-Geral da Procuradoria Geral do Distrito Federal, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Encaminho anexo, o currículo da indicada que comprova sua habilitação para o cargo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,

  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em	28/11/18 às 15h15
Assinatura	
	Matrícula

A Sua Excelência o Senhor  
**DEPUTADO JOE VALLE**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA

22/11/2018

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Ludmila Lavocat Galvao Vieira de Carvalho)



## Ludmila Lavocat Galvao Vieira de Carvalho

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6160469510826716>  
Última atualização do currículo em 22/11/2018

> SETAS - 000011 <

Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (1993) e mestrado em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2002). É pós-graduada pela Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal (1996) e em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP (1998). Atualmente, é Subprocuradora-Geral do Distrito Federal e advogada com atuação em Tribunais Superiores. (Texto informado pelo autor)

### Identificação

Nome Ludmila Lavocat Galvao Vieira de Carvalho  
Nome em citações bibliográficas CARVALHO, Ludmila L. G. V.

### Endereço

### Formação acadêmica/titulação

2017	Doutorado em andamento em Direito Processo Civil. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Orientador: José Roberto dos Santos Bedaque.
1999 - 2002	Mestrado em Direito Processual. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: A causa petendi aberta na ação direta de Inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Ano de Obtenção: 2002. Orientador: José Roberto dos Santos Bedaque.
1998 - 1998	Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil. (Carga Horária: 380h). Instituto Brasileiro de Direito Processual, IBDP, Brasil. Título: O efeito suspensivo ativo do agravo de Instrumento. Orientador: Pebrônio Calmon Filho.
1996 - 1996	Especialização em Primeiro Curso de Atualização e Aperfeiçoamento das Carreiras Jurídicas. (Carga Horária: 540h). Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal, ESMDF, Brasil. Título: Crimes praticados contra a previdência social e a ordem tributária. Orientador: Edson Alfredo Smaniotto.
1990 - 1993	Graduação em Direito. Universidade de Brasília, UnB, Brasil.

### Formação Complementar

1994 - 1994	Estágio Profissional Supervisionado. Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
1993 - 1993	Estágio Profissional Supervisionado. Bastos e Fruet - Advogados Associados, BF ADV, Brasil.
1992 - 1992	Estágio Profissional Supervisionado. (Carga horária: 500h). Tribunal Regional Federal da 1ª Região, TRF/1ª Região, Brasil.

### Atuação Profissional

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL, PGDF, Brasília.

Vínculo Institucional  
1996 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Subprocuradora-Geral do Distrito Federal,  
Carga horária: 30

Outras Informações

Ingresso por concurso público de provas e títulos, classificada em 13º lugar, para ingresso na carreira de Procurador do Distrito Federal Categoria II. Promovida por antiguidade para Procurador do Distrito Federal Categoria I em 08/08/2001 e para Subprocuradora-Geral do Distrito Federal por merecimento em 22/02/2016.

Galvão e Vieira de Carvalho Advogados Associados, GVC, Brasil.

**Vínculo Institucional**

1994 - Atual

Vínculo: sócia, Enquadramento Funcional: advogada

> SETAS - 000012 <

Superior Tribunal de Justiça, STJ, Brasil.

**Vínculo Institucional**

1994 - 1996

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessora de Ministro, Carga horária: 40,  
Regime: Dedicção exclusiva.

**Outras Informações**

Assessora do Ministro Francisco de Assis Toledo

Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, CSPGDF, Brasil.

**Vínculo Institucional**

2013 - Atual

Vínculo: Membro, Enquadramento Funcional: Conselheira

**Outras informações**

Eleição pela categoria em outubro de 2013 e reeleita pela categoria em outubro 2015.

Instituto Brasileiro de Direito Processual, IBDP, Brasil.

**Vínculo Institucional**

1999 - Atual

Vínculo: membro, Enquadramento Funcional: membro

## Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

## Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Francês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

## Prêmios e títulos

2010

Elogio profissional nos assentos funcionais - atuação na Intervenção Federal nº 5179-STF, Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

## Produções

### Produção bibliográfica

### Outras produções bibliográficas

1. ★ CARVALHO, Ludmila L. G. V.. Efeito suspensivo ativo do agravo de instrumento. Rio Branco - AC: ESMAC, 1998 (artigo doutrinário).
2. ★ CARVALHO, Ludmila L. G. V.. Proventos e vencimentos de cargo em comissão: acumulação permitida?. Brasília-DF: Escola Superior da Magistratura, 1996 (artigo doutrinário).

## Eventos

### Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. XLI Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal. Relatório de teses. 2015. (Congresso).

> SETAS - 000013 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O  
Em, 28, 11, 18  
Secretaria Legislativa

**MENSAGEM**

Nº 283 /2018-GAG

Brasília, 28 de novembro de 2018.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,**

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei que, "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 6.482.438,00".

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos da Senhor Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,

  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em 28, 11, 18 às 15:38	
Assinatura 	Matrícula

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado JOE VALLE**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA

> SETAS - 000014 <



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

PL 2171 /2018

**PROJETO DE LEI Nº**

(Autoria: Poder Executivo)

**Abre crédito adicional à Lei Orçamentária  
Anual do Distrito Federal no valor de R\$  
6.482.438,00.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** decreta:

**Art. 1º** Fica aberto, nos termos dos art. 57 e 61 da Lei nº 5.950, de 2 de agosto de 2017, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2018 (Lei nº 6.060, de 29 de dezembro de 2017), crédito adicional, no valor de R\$ 6.482.438,00 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais) com a seguinte composição:

I – crédito suplementar ao Orçamento de Dispêndio, no valor de 6.440.000,00, para atender à programação orçamentária indicada no Anexo IV;

II – crédito especial ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor de 42.438,00, para atender à programação orçamentária indicada no Anexo V.

**Art. 2º** Os créditos adicionais de que trata o art. 1º serão financiados, nos termos do art. 43, §1º, III, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação de dotações orçamentárias constantes dos anexos II e III.

**Art. 3º** Em virtude do disposto no Art. 2º, a Receita do Orçamento de Dispêndio e as receitas dos Orçamentos Fiscal e de Investimento, da Lei Orçamentária Anual – Lei 6.060 de 29 de dezembro de 2018, ficam ajustadas na forma do Anexo I.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I					R\$ 1,00
0					
ANEXO À LEI Nº 00000		> SETAS - 000015 <		RECEITA	RECURSO DE TODAS AS FONTES
20	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO				
20201	COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP				
	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA ORÇAMENTÁRIA	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÓMICA
20000000	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS				12.880.000
22000000	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS			12.880.000	
22200000	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS				
22250000	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS		12.880.000		
				TOTAL	12.880.000

ANEXO II		RS 1,00										
SUPLEMENTAR ANULAÇÃO INVESTIMENTO - PL CRECEITA		CANCELAMENTO										
ANEXO À LEI Nº												
ORGÃO : 2000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO DO DISTRITO FEDERAL												
UNIDADE : 2020 COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP												
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO E DISPÊNDIO												
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	SUBTÍTULO	PRODUTO	R	E	E	G	M	U	F	DOTAÇÃO
6208	TERRITÓRIO DA CENTE	6410001										
PROJETOS												
23 451	6208 1968	ELABORAÇÃO DE PROJETOS										
23 451	6208 1968 3194	ELABORAÇÃO DE PROJETOS- TERRACAP-DISTRITO FEDERAL										
		PROJETO ELABORADO (UNIDADE) 0										
23 451	6208 3160	REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS										
23 451	6208 3160 0003	REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS-TERRACAP-DISTRITO FEDERAL										
		LOTE REGULARIZADO (UNIDADE) 0										
TOTAL - INVESTIMENTO		6.354,000										
TOTAL - GERAL		6.410,000										

(\*) Prioridade LDO (\*\*) Projeto em Andamento (\*\*\*) Conservação de Patrimônio  
 (EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EFE) Emendas Parlamentares na Execução

> 000016 - 5413 <

ANEXO III		RS 1,00	
CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES		CANCELAMENTO	
ANEXO À LEI Nº			
ÓRGÃO : 14000 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL			
UNIDADE : 14101 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	DOTAÇÃO
		PROGRAMAÇÃO/RUBRICADO/PRODUTO	
			K E G U F E S N O S T C F D D O E
0001 PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL			424,38
OPERAÇÕES ESPECIAIS			
28 846	0001 9041	CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	42,438
28 846	0001 9041 0014	CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	42,438
TOTAL - FISCAL			42,438
TOTAL - GERAL			42,438

(\*) Prioridade LDO (\*\*) Projeto em Andamento (\*\*\*) Conservação de Patrimônio  
(EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EFE) Emendas Parlamentares na Execução

ANEXO IV		SUPLEMENTAÇÃO										RS L00					
CREDITO SUPLEMENTAR DISPENSAÇÃO - PROJ LEI CIRCUNSCRIÇÃO																	
ANEXO A LEI Nº																	
ÓRGÃO : 20000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO DO DISTRITO FEDERAL																	
UNIDADE : 20301 COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP																	
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO E DISPENSAÇÃO																	
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA	AÇÃO	SUBTÍTULO	PRODUTO	K	E	S	F	U	M	D	D	F	T	E	DOTAÇÃO
FUNÇÃO: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO												6440000					
ATIVIDADES																	
23	122	6401	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL													6.440.000
23	122	6401	8502	8881	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - TERRACAP - DISTRITO FEDERAL			99									6.440.000
SERVIDOR REMUNERADO (UNIDADE) 0																	
TOTAL - DISPENSAÇÃO												6.440.000					
TOTAL - GERAL												6.440.000					

(\*) Prioridade LDD (\*\*) Projeto em Andamento (\*\*\*) Conservação de Patrimônio

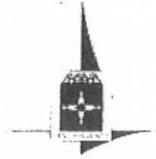
(EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

< SETAS - 000018 >

ANEXO V		RS 1,00	
CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES		SUPLEMENTAÇÃO	
ANEXO À LEI Nº			
ÓRGÃO : 14100 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL			
UNIDADE : 14101 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	DOTAÇÃO
6001 GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO		42,438	
ATIVIDADES			
20 122	6601 8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	42,438
20 122	6601 8502 0023	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO - PARQUE GRANJA DO TORITO - FCT-DISTRITO FEDERAL	99
		SERVIDOR REMUNERADO (UNIDADE) 2	
TOTAL - FISCAL			42,438
TOTAL - GERAL			42,438

(\*) Prioridade LDO (\*\*) Projeto em Andamento (\*\*\*) Conservação de Patrimônio  
(EP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

> 610000 - 5115 <



> SETAS - 000020 <

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

Exposição de Motivos SEI-GDF n.º 207/2018 - SEPLAG/GAB

Brasília-DF, 22 de novembro de 2018

**Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,**

Submeto à apreciação de Vossa Excelência minuta de projeto de lei que, nos termos dos art. 57 e 61 da Lei nº 5.950, de 2 de agosto de 2017, abre crédito adicional ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2018 (Lei nº 6.060, de 29 de dezembro de 2017), no valor de R\$ 6.482.438,00 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais), assim discriminado:

1) Crédito Especial no valor de R\$ 42.438,00 em favor da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF – SEAGRI, para criação do programa de trabalho 20.122.6001.8502.0023 – ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO - PARQUE GRANJA DO TORTO - PGT-DISTRITO FEDERAL, com objetivo de atender despesas com a manutenção de pessoal do Parque de Exposições Agropecuárias Granja do Torto – PAGT, em cumprimento à LEI Nº 6.170, DE 05 DE JULHO DE 2018 e ao DECRETO Nº 39.226, DE 09 DE JULHO DE 2018.

2) Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.440.000,00, em favor da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, para atender despesas com folha de pagamento, encargos sociais e tributos federais, por meio de cancelamento no âmbito do Orçamento de Investimento e suplementação no Orçamento de Dispêndio.

Convém destacar que essa proposição segue em separado, pois figuram exclusivamente as alterações que envolvam o GND 01 – Pessoal e Encargos, em respeito aos ditames do art. 57, § 2º da Lei nº 5.950, de 2 de agosto de 2017 – LDO/2018, *in verbis*:

*Art. 57. (...).*

*(....)*

*§ 2º Os créditos adicionais destinados às despesas com pessoal e encargos sociais, a serem submetidos à CLDF, devem ser encaminhados por meio de projeto de lei específico para esta finalidade, observado o disposto neste artigo.*

Diante do exposto, e considerando o exíguo prazo para o encaminhamento do proposto Projeto de Lei ao Poder Legislativo e para a sua desejada aprovação o mais rápido possível, necessário se faz solicitar que a sua apreciação se dê em regime de urgência, na forma do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Respeitosamente,

**RENATO JORGE BROWN RIBEIRO**

Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



Documento assinado eletronicamente por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO - Matr.0272267-4**, Secretário(a) de Planejamento, Orçamento e Gestão, em 23/11/2018, às 16:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=000021](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=000021) <  
verificador= 15442583 código CRC= 0734CFB2.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti - 10º andar - Sala 1001 - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

3313-8104

00410-00015339/2018-25

Doc. SEI/GDF 15442583

> SETAB - 000022 <



L I D O  
Em, 28, 11, 18  
Secretaria Legislativa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PL 2170 /2018

PROJETO DE LEI Nº

(Do Deputado RAIMUNDO RIBEIRO-MDB)

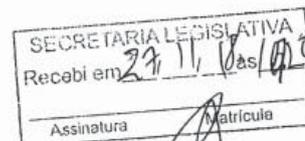
**FICA DENOMINADA "PROFESSOR  
AFRÂNIO VIEIRA DE BRITO" A VIA  
URBANA QUE ESPECÍFICA.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:**

**Art. 1º** Passa a denominar-se "**PROFESSOR AFRÂNIO VIEIRA DE BRITO**" a Via Urbana localizada no Setor de Educação Quadra 02, em frente a Coordenação Regional de Ensino de Planaltina/DF, Região Administrativa VI.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.



**Câmara Legislativa do Distrito Federal**

Endereço: Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 Gabinete 03 - CEP: 70.094-902  
Telefone: 3348-8032 - email: dep.raimundo.ribeiro@cl.df.gov.br

> SETAS - 000023 <



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

### JUSTIFICAÇÃO

**AFRÂNIO VIEIRA DE BRITO**, nasceu em 27 de março de 1939 em Posse –GO, filho de Arquimedes Vieira de Brito e Celina Vieira de Brito, foi casado com Maria Helena Guimarães Vieira com quem teve três filhos: Marcone Guimarães Vieira, Marco Tulio Guimarães Vieira e Karine Guimarães Vieira. Fruto de outro relacionamento, Afrânio também teve a filha: Amanda de Oliveira Amado de Brito. Formou-se em História pelo UNICEUB e faleceu no dia 14 de agosto de 2011.

Afrânio era habilitado para Regência do Ensino Primário pela Escola Normal Regional Municipal D. Prudêncio, técnico em Contabilidade, formado pela Escola Técnica de Comércio “D. Marcos de Noronha”, licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Distrito Federal e habilitado nos exames de suficiência de História.

Teve participação em vários cursos, seminários e treinamentos, tais como: I Seminário de professores de História dos Estabelecimentos Oficiais de Ensino Médio do Distrito Federal, Curso de Aperfeiçoamento de Professores sobre Cultura Brasileira, V Conferência de Educadores promovida pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, Cursos de Extensão sobre estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º e 2º Grau, Curso de Treinamento para Administradores Escolares – promovido pelo CETEB-Brasília, I Encontro Regional – Assistência Técnica do Ensino Agrícola do 2º Grau das Unidades Federadas, III Encontro de Diretores e Técnicos dos Colégios Agrícolas, dentre outros.

Atividades profissionais que exerceu: Professor de ensino Elementar na Escola Rural Brochado da Rocha, Professor de História do Brasil, Geografia e Contabilidade Bancária no colégio de Planaltina-DF, Vice-Diretor do Colégio de

---

**Câmara Legislativa do Distrito Federal**

Endereço: Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 Gabinete 03 - CEP: 70.094-902  
Telefone: 3348-8032 - email: dep.raimundo.ribeiro@cl.df.gov.br

> SETAS - 000024 <



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Planaltina-DF, Coordenador Administrativo do Distrito Educacional de Planaltina-DF,  
Diretor-Gerente do Colégio Agrícola de Brasília.

Participou também em diversas comissões, tais como: Membro da Comissão Executiva, destinada a dimensionar o equipamento e material permanente de apoio administrativo necessários ao funcionamento dos estabelecimentos de ensinos construídos e ampliados com recursos do FAS e do salário educação em 1976.

O Sr. Afrânio Vieira de Brito é merecedor da denominação da referida via urbana por seus feitos que tanto contribuíram para a educação e o crescimento de nossa cidade, motivo pelo qual, apresentamos o presente Projeto de Lei, esperando o apoio dos nobres pares na sua aprovação.

Sala de Sessões, em      de novembro de 2018



**RAINUNDO RIBEIRO**

Deputado Distrital-MDB

---

**Câmara Legislativa do Distrito Federal**

Endereço: Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 Gabinete 03 - CEP: 70.094-902

Telefone: 3348-8032 - email: [dep.raimundo.ribeiro@cl.df.gov.br](mailto:dep.raimundo.ribeiro@cl.df.gov.br)

> SETAS - 000025 <

St. de Educação

St. de Educação

02 - PLANO DE

2002/2003





> SETAS - 000026 <

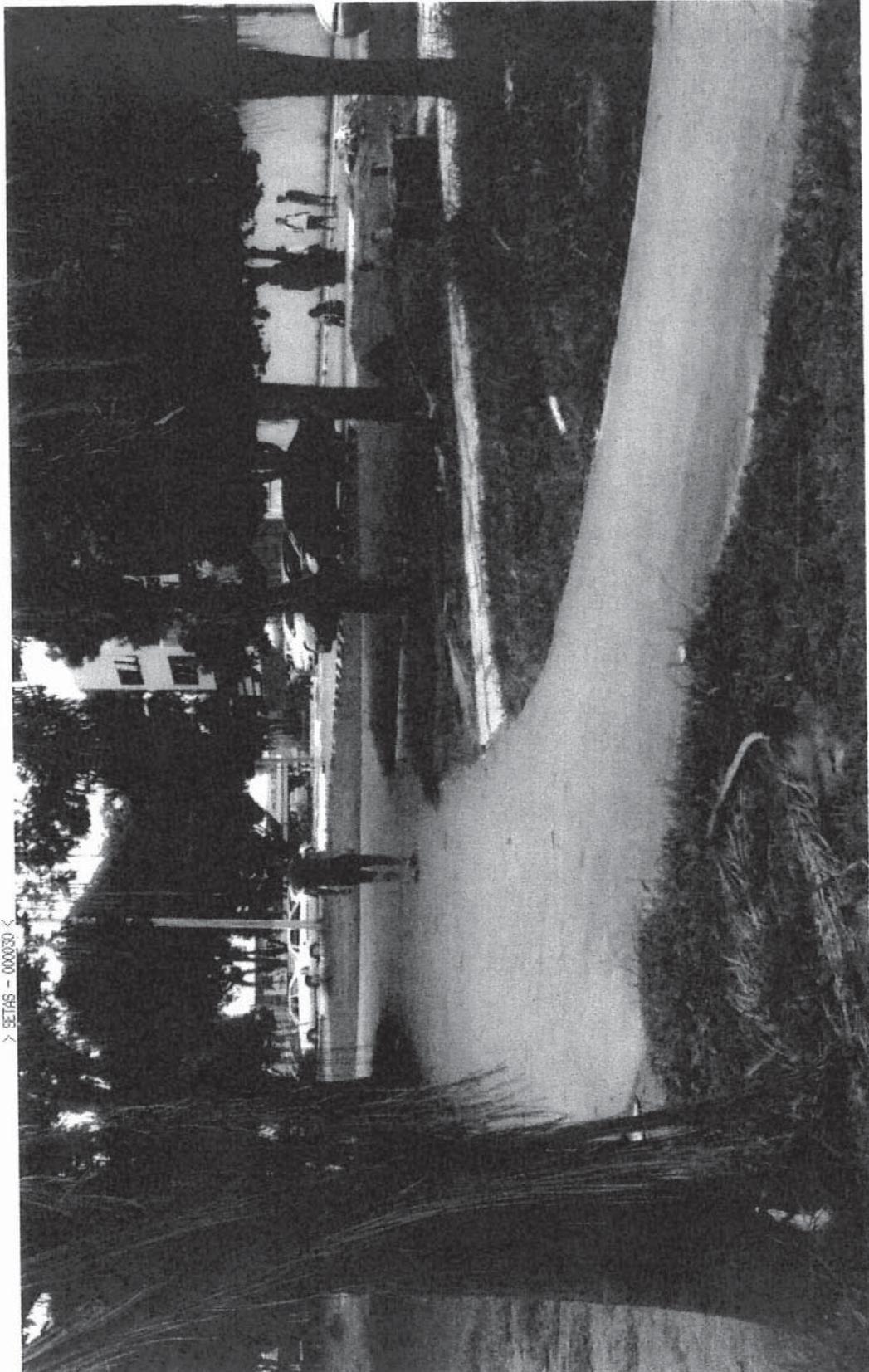


> SETAS - 000027 <



> SETAS - 000029 <









> SETAS - 000032 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



**INDICAÇÃO Nº** IND 14822/2018  
**(Do Deputado ROBÉRIO NEGREIROS)**

**L I D O**  
Em. *Roberio Negreiros*  
Secretaria Legislativa

**SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER, A DISPONIBILIZAÇÃO DOS CENTROS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS PARA ATIVIDADES, CULTURAIS, EDUCACIONAIS E PROFISSIONALIZANTES NOS HORÁRIOS QUE ESTIVEREM OCIOSOS E NOS FINAIS DE SEMANA.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do artigo 143, de seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer a disponibilização dos Centros Olímpicos e Paraolímpicos para atividades culturais, educacionais e profissionalizantes nos horários que estejam ociosos e nos finais de semana.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

Os Centros Olímpicos e Paraolímpicos, que desde sua criação tem como objetivo, a inclusão social, usando atividades em que os valores como cooperação, solidariedade, pensamento crítico, autoestima, propiciem enriquecimentos internos, transformando assim as expressões da sua conduta.

SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER  
CSDK 16.815



> SETAS - 000033 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



Tendo em vista a ociosidade de alguns horários, nos Centro Olímpicos e Paraolímpicos, sugiro a criação de uma agenda de palestras que beneficie a comunidade, com cursos profissionalizantes, apresentações culturais, fazendo com que os alunos, pais e comunidade possam ter uma maior integração social, retirando os jovens das ruas e dando a oportunidade de crescimento intelectual e que futuramente podem trazer benefícios.

Sendo uma reivindicação justa, e de relevante interesse público, conclamo o apoio dos nobres parlamentares, para apoiarem a presente indicação.

Sala das Comissões, em \_\_\_\_\_ de 2018.



**DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS**  
**PSD/DF**



> SETAS - 000034 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes



**INDICAÇÃO Nº**

(Do Senhor Deputado Claudio Abrantes) Em: 29/11/18

IND 14823/2018

LIDO

Secretaria Legislativa

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal por intermédio da Companhia Energética de Brasília - CEB - a verificação da iluminação da Rodovia DF-130, a partir do Km 01 até o final do Vale do Amanhecer, saindo para o Núcleo Rural Rajadinha.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 143 do Regimento desta Casa, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal por intermédio da Companhia Energética de Brasília - CEB - a verificação da iluminação da Rodovia DF-130, a partir do Km 01 até o final do Vale do Amanhecer, saindo para o Núcleo Rural Rajadinha.

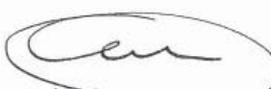
**JUSTIFICATIVA**

Tornou-se corriqueiro que as vias públicas mencionadas sejam palco de assaltos diários, no período noturno, em face da falta de iluminação pública em qualquer das localidades apontadas, colocando em risco toda a população que ali reside ou mesmo trafega.

Pelo exposto, visando solucionar a demanda e com a finalidade de satisfazer a legítima pretensão dos moradores do local aqui identificado, espero contar com apoio dos nobres pares no sentido de aprovarem a presente matéria que será de grande importância para a sociedade.

Sala das Sessões, em de de 2018.



  
Deputado **CLAUDIO ABRANTES**  
PDT/DF



> SETAS - 000035 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes



**REQUERIMENTO Nº** RQ 3776/2018  
(Do Senhor Deputado Claudio Abrantes)

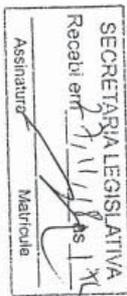
L I D O  
Em, 28/11/18

Secretaria Legislativa

Requer ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação do Distrito Federal que forneça a esta Casa de Leis, em caráter de urgência informações em relação à falta de transporte escolar para estudantes da área rural do Distrito Federal.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos artigos 15, inciso III, 39, § 2º, XII e 40, todos do Regimento desta Casa, que o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal, forneça a esta Casa de Leis, **em caráter de urgência**, sob a pena de infringência do artigo 60, inciso XXXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal, as informações abaixo elencadas:



I – Segundo informações divulgadas no Caderno Cidade do Jornal de Brasília, de 09 de novembro do corrente ano, com o título "**Sem ônibus, estudantes ficam a ver navios em área rural do DF**" - Alunos do Núcleo Rural de Planaltina perdem as aulas há 11 dias por falta de transporte fornecido pelo governo:

I.I. Esta denúncia procede?

I.II. Quantos alunos estão prejudicados e quais as providencias que estão sendo tomadas para que o serviço de transporte escolar volte a atender as crianças da área rural?

I.III. De acordo com a matéria jornalística a cooperativa Coopercam, empresa responsável pelo serviço na área rural, está de greve, quantos ônibus estão parados? E quais as providências foram adotadas para a resolução do problema?

I.IV. Ainda em relação ao quesito I.III, os pagamentos referente ao contrato firmado entre a Secretaria de Estado de Educação e a Cooperativa Coopercam, estão em dia? Se não quantos funcionários estão sem receber? E qual o montante da dívida?



> SETAS – 000036 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes



## JUSTIFICAÇÃO

A proposição em questão visa obter informações fidedignas acerca da real situação do transporte escolar da área rural, em especial de Planaltina Distrito Federal, alvo de denúncias e reclamações dos pais de alunos e de seus familiares, que cobram um posicionamento da Secretária de Estado de Educação. A respeito da falta dos serviços prestados pelo Estado.

O Pedido de informações se justifica em razão da necessidade de se conhecer a verdade sobre os fatos supra elencados, para que possamos fiscalizar a aplicação equilibrada, tempestiva e qualitativa da gestão pública, conforme prevê o art. 60, XVI da Lei Orgânica – “o parlamentar tem a prerrogativa de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluído os da administração indireta, e no Inciso XXXIII, do mesmo artigo, de encaminhar, por intermédio da Mesa Diretora, requerimento de informações aos Secretários de Governo, implicando **crime de responsabilidade**, nos termos da legislação pertinente, a recusa ou o não atendimento **no prazo de trinta dias**, bem como, o fornecimento de informação falsa.

No intuito de prezar pelos princípios fundamentais da administração, legalidade, moralidade, impessoalidade e economicidade, previstas em nossa Carta magna apresentamos o referido requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2018



Deputado **CLAUDIO ABRANTES**  
PDT/DF

> SETAS - 000037 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



REQUERIMENTO Nº RQ 3771/2018 ; 28 11 18

(Do Deputado Robério Negreiros)

“REQUER A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA MITIGAÇÃO, ACOMPANHAMENTO REVITALIZAÇÃO, E VERIFICAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS ATERROS SANITÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Nos termos do art. 71 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a constituição da Comissão Especial para mitigação, acompanhamento, revitalização e verificação dos impactos ambientais decorrentes dos resíduos sólidos nos aterros sanitários do Distrito Federal, bem como adoção de medidas para recomposição dos estragos causados pelo passivo ambiental existente estimados em mais de 30 milhões de toneladas de lixo, apenas na Estrutural, sem falar de outros gargalos existentes nessa Unidade da Federação.

A Comissão Especial é composta por 05 (cinco membros) incluindo se:

- I- **02 (dois)** membros da Comissão de Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT;
- II- **02 (dois)** membro da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC;
- III- **01 (um)** membro da Comissão de Assuntos Fundiários – CAF.

  
ROBERIO NEGREIROS

  
JUAREZÃO

> SETAS - 000038 <



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



A Comissão Especial tem prazo para concluir seus trabalhos restrito a sessão legislativa que compreende à legislatura de 2019, podendo ser prorrogada mediante solicitação de seus membros.

Ao Término dos trabalhos, a comissão apresentará parecer ou relatório com suas conclusões, para publicação no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

**JUSTIFICAÇÃO**

A fiscalização é função precípua do Poder Legislativo. A proposta em tela visa o acompanhamento, fiscalização onde deverá ser identificado os métodos e tecnologias ambientalmente sustentáveis, para um melhor aproveitamento econômico, visando a plena requalificação das áreas, atualmente degradada pela deposição de resíduos sólidos urbanos.

Ressaltamos ainda a importância da constituição da referida comissão especial, tendo em vista a importância do tema que se refere a preservação ambiental, ressalto ainda, que em vários locais os danos ao solo poderão ser incalculáveis a exemplo do aterro Sanitário da Estrutural, onde estima-se que existem aproximadamente 30 milhões toneladas de resíduos sólidos depositados. Ademais, o aterro da Estrutural vem sendo citado em vários meios de comunicação como o maior da América Latina, onde cerca de 2.000 (dois mil) catadores desempenham suas atividades diariamente, com montanhas de lixo com até 55 metros de altura com rejeitos que são dispensados diariamente e muitas vezes de forma irregular.

Desta forma conclamamos aos nobres pares para que seja aprovada a instituição da referida comissão que terá atos contínuos, para acompanhamento desde os atos de planejamento, estudos, desenvolvimento e apresentação de soluções técnicas e tecnológicas pertinentes para resolução dos graves problemas ambientais que afetam gravemente a sociedade do Distrito Federal, cabendo ainda proposição de outras medidas cabíveis para resguardar o interesse público.

Sala das Sessões, em 2018.

**DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS**  
**PSD/DF**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28   11   2018	15h	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	1		

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 109ª  
(CENTÉSIMA NONA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Presidência.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

A Presidência dispensa a leitura das atas e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

– Ata da 108ª Sessão Ordinária;

– Ata da 21ª Sessão Extraordinária.

Verificando-se ausência de *quorum* para os debates em plenário, a Presidência vai suspender os trabalhos durante trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h06min, a sessão é reaberta às 15h37min.)

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28   11   2018	15h	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	2		

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Como não há Deputados em número suficiente para iniciarmos os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares, esta Presidência vai encerrar os trabalhos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar, eu gostaria de registrar aqui, no plenário, e eu vou naturalmente notificar a equipe do novo governo, o benefício Prestação Continuada, uma política exitosa no País.

E nós temos, Sr. Presidente, V.Exa. foi Secretário da Sedest, o BPC para idosos e temos o BPC para deficientes, e que a partir de 1º de janeiro estima-se um público em torno de 25 mil beneficiários. E estima-se que esse público estará desamparado porque era previsto todo o cadastramento, mas só recentemente o Governo do Distrito Federal montou uma equipe de 10 pessoas. Inclusive, o GDF havia feito um chamamento público e havia entidade credenciada, mas ele não deu condições a ela para operacionalizar e agora estão correndo contra o tempo.

É claro que dez servidores para cadastrar 25 mil pessoas é um número extremamente pequeno, em um período bastante tumultuado como é o período de dezembro, período natalino.

Portanto, vamos iniciar o ano com forte turbulência de perdas de direito, por falta de cadastramento por parte do Governo do Distrito Federal.

Como V.Exa. conhece esse assunto, peço que faça conhecer ao Governo os prejuízos que isso traz para a sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Agradeço ao Deputado Wasny de Roure.

Informo que, em razão da aprovação do Requerimento nº 3.774, de 2018, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, a sessão ordinária de quinta-feira, dia 29 de novembro de 2018, será transformada em Comissão Geral, para debater sobre o fim do Ministério do Trabalho e Emprego.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28   11   2018	15h	109ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Não havendo *quorum* e não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h41min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA SUCINTA DA 110ª  
(CENTÉSIMA DÉCIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
EM 29 DE NOVEMBRO DE 2018**

**SÚMULA**

**PRESIDÊNCIA:** Deputado Chico Vigilante Lula da Silva

**SECRETARIA:** Deputada Luzia de Paula

**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

**INÍCIO:** 15 horas

**TÉRMINO:** 18 horas e 57 minutos

Observação: A lista de presença está anexa à ata.

**1 ABERTURA**

Presidente (Deputado Chico Vigilante Lula da Silva):  
– Declara aberta a sessão.

**L I D O**

Em, 04 / 12 / 18

  
Secretaria Legislativa

**1.1 LEITURA DE ATA**

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovada, sem observações, a Ata da 109ª Sessão Ordinária.

**2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA**

Presidente (Deputado Chico Vigilante Lula da Silva):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 3.744, de 2018, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater o fim do Ministério do Trabalho e Emprego.



**ATA SUCINTA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2018**

Revisora: \_\_\_\_\_ Chefe do Setor: Juségnol (SF/A/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



2

**3 ENCERRAMENTO**

Presidente (Deputado Chico Vigilante Lula da Silva):

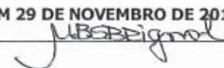
– Após concluída a comissão geral, agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.



Primeiro(a)-Secretário(a)

ATA SUCINTA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2018

Revisora: \_\_\_\_\_ Chefe do Setor:  (SF/A/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



3

# ANEXO I

## LISTA DE PRESENÇA

ATA SUCINTA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2018

Revisora: \_\_\_\_\_

Chefe do Setor: \_\_\_\_\_

*J. B. Signorini* (SF/ATof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



4



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



LISTA DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária: 110ª Data: 29 de novembro de 2018

Transformada em Comissão Geral para debater o fim do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme previsto no Requerimento nº 3.744/2018.

Início: 15 horas 00 minutos Encerramento: 18 horas 57 minutos

DEPUTADOS – LEGENDAS		DEPUTADOS – LEGENDAS	
AGACIEL MAIA <i>Justiça</i>	- PR	LIRA <i>[Signature]</i>	- PHS
BISPO RENATO ANDRADE <i>[Signature]</i>	- PR	LUZIA DE PAULA <i>[Signature]</i>	- PSB
CELINA LEÃO <i>Justiça</i>	- PP	PROF. ISRAEL <i>[Signature]</i>	- PV
CHICO LEITE <i>[Signature]</i>	- REDE	PROF. REGINALDO VERAS <i>[Signature]</i>	- PDT
CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA <i>[Signature]</i>	- PT	RAFAEL PRUDENTE <i>[Signature]</i>	- MDB
CLÁUDIO ABRANTES <i>[Signature]</i>	- PDT	RAIMUNDO RIBEIRO <i>[Signature]</i>	- MDB
CRISTIANO ARAÚJO <i>[Signature]</i>	- PSD	RICARDO VALE <i>[Signature]</i>	- PT
DELMASSO <i>Justiça</i>	- PRB	ROBÉRIO NEGREIROS <i>[Signature]</i>	- PSD
JOE VALLE <i>[Signature]</i>	- PDT	SANDRA FARAJ <i>[Signature]</i>	- PR
JUAREZÃO <i>[Signature]</i>	- PSB	TELMA RUFINO <i>[Signature]</i>	- PROS
JÚLIO CÉSAR <i>[Signature]</i>	- PRB	WASNY DE ROURE <i>[Signature]</i>	- PT
LILIANE RORIZ <i>[Signature]</i>	- PROS	WELLINGTON LUIZ <i>[Signature]</i>	- MDB
JOSÉ CLAUDIONOR DE ALCÂNTARA Matrícula nº 19406 Chefe da Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário		MANOEL ALVARO DA COSTA Matrícula nº 15.030 Secretário da Secretaria Legislativa	

ATA SUCINTA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2018

Revisora: \_\_\_\_\_ Chefe de Setas: *[Signature]* (SF/A/Tof)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 110ª  
(CENTÉSIMA DÉCIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL  
PARA DEBATER O FIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO,  
DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 109ª Sessão Ordinária.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 3.744, de 2018, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 29 de novembro de 2018, fica transformada em comissão geral para debater sobre o fim do Ministério do Trabalho e Emprego.

Convido as Sras. e os Srs. Deputados, bem como todos os convidados, a participarem desta comissão no plenário.

Está suspensa a presente Comissão Geral.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	2

(Suspensa às 15h01min, a sessão é reaberta às 15h38min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, tenho a honra de declarar aberta a presente comissão geral com a finalidade de promover o debate sobre o fim do Ministério do Trabalho e as implicações para a classe trabalhadora, mas esse debate será bem amplo, porque nós queremos discutir também as repercussões das ameaças que estão aí sobre a reforma previdenciária.

Nós estamos aqui com autoridades da mais alta competência. Estão aqui dois desembargadores que são amigos dos trabalhadores de Brasília, o Dr. Mário Caron e o Dr. Grijalbo. A Dra. Alessandra, que é uma brilhante advogada trabalhista, uma mulher guerreira e batalhadora, também irá compor a Mesa.

Portanto, eu convido a tomar assento à Mesa a Sra. Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores, Erika Kokay; o Sr. Desembargador Regional do Trabalho da 10ª Região, Grijalbo Fernandes Coutinho; o Sr. Desembargador Regional do Trabalho da 10ª Região, Mário Macedo Fernandes Caron; a Sra. Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas – ABRAT, Alessandra Camarano Martins; a Sra. Diretora da Central Única dos Trabalhadores – CUT e da Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores do DF – SINPRO/DF, Rosilene Corrêa; o Sr. Supervisor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos em Brasília – DIEESE, Max Leno de Almeida.

Quero registrar a presença dos alunos e professores da Escola Classe 304 Sul, participante do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

Peço para a assessoria pegar os nomes das diretoras a fim de que eu possa registrá-los. Sejam bem-vindos ao nosso Parlamento.

Hoje vocês vão assistir aqui um momento diferente que é quando a gente transforma a sessão plenária em comissão geral para debater assuntos importantes. E hoje nós estaremos discutindo o fim do Ministério do Trabalho, com 83 anos de existência, órgão da época do Presidente Getúlio Vargas. E neste momento em que a gente vive ataques aos direitos dos trabalhadores e a retirada de direitos, é anunciado o fim do Ministério do Trabalho, o que para nós trabalhadores e para o mundo da relação do capital e trabalho é uma tragédia.

Portanto, este debate é no sentido de aprofundarmos essas discussões, organizarmos um movimento sindical preparado para o enfrentamento que tem que ser feito neste momento tão difícil de ataques aos trabalhadores, de ataque à legislação trabalhista, de ataques de todos os lados. Inclusive de ataque à democracia, conquista tão fundamental de que todos nós participamos, e que agora também se sente ameaçada com um presidente que assume a Presidência da República e está segregando o Brasil do chamado mundo civilizado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	3

Uma coisa que teve origem no Brasil, a Conferência Mundial do Meio Ambiente, a primeira que aconteceu no mundo foi no Brasil em 1992, e que agora como uma das medidas que será tomada por esse presidente que ainda irá tomar posse, será a desistência do Brasil em sediar a Conferência em 2019. Portanto, é uma coisa realmente absurda, inaceitável, a que todos nós temos que ficar alertas.

No que tange aos direitos dos trabalhadores, a gente vem num processo de ataque permanente. Eu tenho dito, e o Sr. Mário Caron, o Dr. Grijalbo, a Dra. Alessandra e a Deputada Erika Kokay vão poder se aprofundar mais com relação a isso.

Para mim um dos maiores ataques que sofremos foi a questão da implantação do sistema de terceirização sem limites. Isso no meu ponto de vista é praticamente o fim do concurso público no Brasil. Porque, a partir do momento em que você tem a terceirização sem limites, todas as funções poderão ser terceirizadas. Está aqui a Rosilene, que é do sindicato dos professores...

Eu tenho dito que, a rigor, Alessandra, se quiserem com esse processo de terceirização sem limites, os professores poderão ser contratados por meio de uma empresa terceirizada, assim como acontece hoje com o pessoal que trabalha na limpeza das escolas, o pessoal que trabalha na segurança, o pessoal que trabalha fazendo a merenda escolar. Todos são terceirizados. Portanto, se quiserem, amanhã, no governo neoliberal de ataque aos direitos, tudo poderá ser terceirizado, e você poderá ter uma professora ou um professor que ao invés de pertencerem aos quadros da Secretaria de Educação pertencerão aos quadros de uma empresa de terceirizados. E nós sabemos o quanto os trabalhadores terceirizados são perseguidos e humilhados nesse País.

Portanto, o fim do Ministério do Trabalho, eu colocava aqui, merece um combate que tem sido feito de maneira muito importante que é a questão do trabalho escravo no Brasil. Com o fim do Ministério do Trabalho, eu pergunto: quem vai fiscalizar o trabalho escravo no Brasil?

Quando a gente diz trabalho escravo, é porque existe, de fato. Não são coisas só dos confins da Amazônia. Ele existe, inclusive, aqui, muito perto da gente. Nos Estados de Tocantins, Goiás e Minas Gerais, ainda é praticado o trabalho escravo.

Os gatos vão à cidade, recrutam pessoas, levam para a fazenda, e a pessoa contrai uma conta que nunca consegue pagar. Portanto, são coisas que a gente precisa debater. A gente tem de estar firme e tem de estar muito alerta para tudo o que está acontecendo.

Este debate que vamos fazer hoje, esta comissão geral, é no sentido de os dirigentes sindicais que aqui estão das mais variadas categorias – depois nós vamos nominar as categorias – poderem efetivamente se preparar para o enfrentamento que tem de ser feito, de maneira muito unitária.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	4	

Eu conversava há pouco com o Dr. Grijalbo e com o Dr. Caron. Dizia que a Justiça do Trabalho poderá ser uma espécie em extinção se a gente não lutar pela permanência dela.

Eu já ouvi deputados conservadores, no âmbito do Congresso Nacional, dizerem que a Justiça do Trabalho é muito cara, que custa 10 bilhões, que é melhor fechar. Eles ainda tiveram o cinismo de dizer que, caso se fechasse a Justiça do Trabalho, se pegasse o dinheiro que é pago aos servidores e se distribísse para os trabalhadores, os trabalhadores iriam ficar satisfeitos. Aí eu pergunto: quando eles vão fazer isso?

Eu quero convidar também para fazer parte da nossa Mesa o companheiro que foi dirigente sindical dos bancários, foi Presidente do Partido dos Trabalhadores, foi Deputado Federal, Ministro da Previdência e do Trabalho e das Comunicações, o companheiro Ricardo Berzoini. (Palmas.)

Iniciando nossos trabalhos, os integrantes da Mesa terão um prazo de quinze minutos para fazer sua exposição, depois passamos para o plenário, então voltamos para a Mesa.

Eu vou começar com nosso amigo Desembargador do Trabalho da 10ª Região, Dr. Grijalbo Fernandes Coutinho. O senhor está com a palavra por até quinze minutos, podendo falar daqui ou da tribuna como o senhor achar melhor.

SR. GRIJALBO FERNANDES COUTINHO – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Chico Vigilante, em primeiro lugar, pela organização, na verdade, pela promoção de um ato tão importante como este de defesa das instituições de proteção ao trabalho.

Quero cumprimentar a Deputada Federal Erika Kokay, reeleita; também, o Deputado Chico Vigilante, reeleito Deputado Distrital e todos os demais integrantes da Mesa.

Minha saudação muito especial ao meu colega Mário Macedo Fernandes Caron, meu líder, na verdade; à Dra. Alessandra Camarano Martins, Presidente da Abrat; ao Deputado Ricardo Berzoini; aos integrantes, representantes da sociedade civil de um modo geral; à representante da CUT, Rosilene Corrêa; ao Max, da Intersindical. Portanto cumprimento a todos os sindicalistas e sindicalistas que aqui se encontram.

De um modo muito especial, o meu abraço aos jovens estudantes que estão aqui nos acompanhando nesta discussão sobre cidadania que interessa a todos e a todas, não tenho dúvida disso.

Vamos tratar de um tema muito interessante que diz respeito às famílias também desses jovens que, daqui a alguns anos, também ingressarão no mercado de trabalho de forma qualificada.

Deputado Chico Vigilante, já é a quarta vez que V.Exa. me convida para vir aqui nos últimos anos, sempre para discutir temas tormentosos, como reforma da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	5

previdência, reforma trabalhista, defesa do Estado Democrático de Direito e, agora, discutir o fim do Ministério do Trabalho, uma proposta que parece, se não uma ousadia, no mínimo algo como um desafio. Na verdade, é um confronto falar em fim do Ministério do Trabalho, porque nós devemos nos recordar, e não devemos nos esquecer disto nunca: por que existe o direito do trabalho? Por que existem as instituições de defesa do direito do trabalho?

A classe trabalhadora, ao longo dos séculos, travou lutas e mais lutas por dignidade. Não foi fácil. Eu me refiro somente aos últimos séculos, quando o próprio capitalismo, para se consolidar como regime econômico dominante, precisou dilacerar o trabalho, precisou expulsar os camponeses das suas terras, precisou proletarianizar, precisou do estado para criar leis antidireito do trabalho. Foi assim. Foram séculos até que o capitalismo se consolidasse, tendo sempre como seu oponente o trabalho. O trabalho era a referência.

A razão de ser do capital e das riquezas está no lucro. Portanto, o capitalismo, para se consolidar, precisou massacrar os trabalhadores durante séculos e mais séculos. As primeiras legislações que existiram cuidando do trabalho nessa relação com o capital, especialmente na Europa do capitalismo desenvolvido, do capitalismo emergente, foram leis contra os trabalhadores, foram leis que puniam severamente a organização de trabalhadores, foram leis que não permitiam sequer a reivindicação por salários justos. Então, o Estado, mesmo antes da consolidação do estado burguês, mas o estado já com monarquia, foi o sustentáculo dessas novas bases que consolidaram o sistema capitalista a partir do século XIX. Aí o capitalismo está consolidado na sua fase mais avançada, que é o capitalismo industrial.

Mas as lutas dos trabalhadores nunca cessaram ao longo dos anos, ao longo das décadas e dos séculos. Os trabalhadores sempre tiveram suas frentes de lutas em defesa de dignidade. É verdade que, em alguns momentos, os trabalhadores quiseram não só os direitos do trabalho. Quiseram muito mais que direitos do trabalho, quiseram transformar a sociedade de maneira radical. Essas lutas foram travadas com êxitos e com derrotas, ao longo especialmente do século XIX e início do século XX.

O que ocorreu durante muito tempo? Nada se deu aos trabalhadores. O Estado nunca deu nada de graça aos trabalhadores, até porque o Estado representa uma classe social que é a classe dominante. Do ponto de vista sociológico, isso é algo absolutamente indiscutível, para tirar o juridiquês, porque o mundo jurídico abstrato acha que as pessoas e as classes são iguais e não têm diferença. Mas nós sabemos, na sociologia, que há diferenças radicais entre os que são donos do meio de produção e aqueles que são donos da força de trabalho.

Portanto, tudo que se conseguiu ao longo de décadas e séculos foram lutas. E muitos tiveram que pagar, inclusive, com as suas vidas, para que se consolidassem direitos sociais na Europa, no Japão, na China, no Brasil e em qualquer lugar do mundo. Falo especificamente – é o tema que mais nos interessa – no Brasil. No Brasil, muito se fala muito em Vargas. Vargas é uma figura às vezes mítica, importante, controversa, cheia de complexidades, e tem mais de um Vargas. O Vargas, afinal, não

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	6

foi somente um. Tem mais de um Vargas em relação ao que ele foi, ao que ele representou.

A consolidação do Ministério do Trabalho, da legislação trabalhista a partir dos anos 30, com a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, na verdade não é apenas a vontade do Vargas. Desprezar a relevância de Getúlio Vargas seria ignorar o papel que ele teve. Mas é, sobretudo, olhar o que aconteceu durante as duas primeiras décadas do século XX. Nós tivemos no Brasil grandes lutas, grandes movimentos sociais de trabalhadores durante as duas primeiras décadas do século XX.

A fomentação do direito do trabalho tem uma força muito grande durante as primeiras décadas, de modo que a própria aliança que elegeu Vargas em 1930 tem esse compromisso com o direito do trabalho. A greve no Brasil, por exemplo, era tratada como crime. Os sindicalistas ligados ao Partido Comunista, ou ligados aos anarquistas, muitas dessas lideranças, quando não trucidadas, foram completamente perseguidas durante os anos 10 e 20 do século XX no Brasil.

Então, a cultura do trabalhismo se formou no Brasil, de modo que em 1930 essa cultura era muito forte. Vários movimentos aconteceram para que Vargas se comprometesse com a legislação trabalhista, com toda a influência que ele tinha também do Rio Grande do Sul. Em 1934 nós temos a primeira constituição no Brasil, aparentemente, pelo menos até então, a mais democrática, com direitos sociais, tudo tendo como resultado não ser mais possível ignorar a força e a justeza da reivindicação dos trabalhadores.

Nesse contexto surge o Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho surge dentro de um contexto em que o Estado, mesmo o estado capitalista, mesmo o estado burguês, diz que o Ministério do Trabalho é importantíssimo, é relevantíssimo para fiscalizar, para oferecer condições dignas. Ao mesmo tempo, tem um papel relevantíssimo nos conflitos entre capital e trabalho na fase administrativa. Então, o Ministério do Trabalho é resultado, portanto, de lutas que se deram durante trinta anos, sem desprezar o que ocorreu também no século XIX. Ele é recebido como um marco nas relações de trabalho, e é por isso que daí em diante o direito do trabalho vai se consolidando.

A própria Justiça do Trabalho tem uma fase inicial, não como órgão do Poder Judiciário, mas como órgão ligado ao Ministério do Trabalho. Depois, em 1946, é que a Justiça do Trabalho definitivamente passa a integrar os quadros do Poder Judiciário. As pessoas simples, comuns, muitas vezes até confundem e dizem: "Eu vou entrar contra o patrão, vou ao Ministério do Trabalho". De fato, essa é uma cultura de antes dos anos 40, quando o órgão chamado para arbitrar esses conflitos era o Ministério do Trabalho.

Eu tenho a honra de integrar há trinta anos – o meu colega Mário Caron, que falará daqui a pouco, está lá há quase quarenta anos – a Justiça do Trabalho, primeiro como servidor concursado, depois como magistrado concursado. Ela é uma expressão. Sem o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho não teria sobrevivido. E digo mais:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	7	

não é nem sem o Ministério do Trabalho. Sem a luta dos trabalhadores, a Justiça do Trabalho não teria existido. Ela não teria existido se os trabalhadores não tivessem lutado por direitos sociais, por direitos que o Estado deveria reconhecer.

Pois bem, sempre o direito do trabalho é também, Deputada Erika Kokay, guardado de uma enorme complexidade do ponto de vista da sociologia, da ciência política. Alguns dizem que o direito do trabalho foi criado para frear os movimentos sociais, outros dizem que o direito do trabalho é um instrumento de cidadania. Eu acho que isso é algo que deve ser observado a partir de sua complexidade e do todo. O direito do trabalho muitas vezes foi reconhecido pelo Estado, e é inegável isso, para frear revoluções sociais e transformações mais radicais. Mas isso não quer dizer que o direito do trabalho tenha sempre essa matriz do conservadorismo, porque lutar por direitos do trabalho em qualquer época da sociedade capitalista é importante. O que os trabalhadores vão fazer mais adiante, e como vão conduzir os seus movimentos, é outra coisa. Mas dizer que o direito do trabalho é apenas um freio às revoluções sociais, é uma análise, a meu ver, um pouco simplista demais dessa questão.

O fato é que os direitos do trabalho, mesmo nos momentos das revoluções sociais do século XX mais importantes, não necessariamente os direitos legislados, mas os direitos do trabalho sempre fizeram parte da pauta dos trabalhadores desde o século XIX. Afinal de contas, trabalho digno, jornada limitada, salários dignos, banimento das condições que podem gerar adoecimentos e acidentes, são temas que sempre fizeram parte da pauta de qualquer movimento sindical, e não deixarão de fazer parte nos próximos anos.

O que eu profundamente – meu tempo já está quase encerrando, Deputado – gostaria de dizer, não tentando minimizar os efeitos, é que nós temos uma contrarrevolução em curso no mundo e no Brasil do capital. O capital acha que já é forte o suficiente para desafiar o trabalho, a ponto de dizer que não precisa mais, não da força de trabalho, mas do valor trabalho organizado; que pode reduzir o seu patamar ao nível mais baixo. É o que o capital está querendo dizer, especialmente no Brasil, pelo que ocorreu nos últimos anos com a reforma trabalhista – que não é reforma trabalhista, é, na verdade, uma tentativa de dilacerar a legislação trabalhista, e que ela vai ser interpretada de acordo com a Constituição e com os tratados internacionais.

Eu acho que sempre se falou muito em pacto social no Brasil, e está muito claro que as elites do capital não querem pacto social, porque, quando defendem o extermínio do Direito do Trabalho, o fim de toda proteção, estão dizendo o seguinte: "Na verdade, eu não quero negociar, eu não quero sentar com o trabalho". O capital diz: "Eu quero as condições mais indignas para o trabalho". Então, chegou o momento em que o capital acha que pode tudo, que ele pode desrespeitar tudo o que foi construído. Esquece, o próprio capital, que nós temos duas grandes guerras no século XX, resultado do neoliberalismo, resultado da ganância e da vontade de acumulação sem limites.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	8

Portanto, se não bastasse a insensatez da tentativa de acabar com o Direito do Trabalho, agora também se quer acabar com uma instituição importante, histórica, relevante para a existência do Direito do Trabalho.

Eu só diria o seguinte, para finalizar: nós do Judiciário do Trabalho temos um papel importante na análise e no dia a dia dos processos, na avaliação e em tudo o mais, mas nós sabemos que a função principal de defesa do Direito do Trabalho não está nos juízes nem no Poder Judiciário. A função principal de defesa dos direitos sociais está na organização da classe trabalhadora. Se os trabalhadores não tiverem a capacidade suficiente de enfrentar e dizer para o capital – o capital quer guerra – que a guerra que o capital quer é não querer mais direito nenhum; então, os trabalhadores é que têm que resolver. O Poder Judiciário atua de uma forma importante, mas absolutamente secundária na defesa, porque o atropelo é geral, e os trabalhadores é que devem reagir.

A defesa do Ministério do Trabalho, portanto, insere-se nesse contexto mais geral de lutas, de lutas que devem ser permanentes, por dignidade laboral. E, aí, essa dignidade laboral tem que ser alcançada, porque se depender, evidentemente, do Estado, o Estado vai cumprir o seu papel histórico, que é o de acobertar, se não apoiar explicitamente, o fim dos traços de humanidade que ainda existem nas relações de trabalho.

É isso. Só vocês, somente os trabalhadores é que podem, de fato, inverter esse quadro de insensatez, essa loucura coletiva que se instalou no Brasil nos últimos anos, de destruição de direitos humanos. Podem ter certeza de que alguns juízes o farão, dentro de suas limitações. Alguns o farão, mas não o farão de modo suficiente a evitar o caos e a barbárie. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Quero agradecer ao Dr. Grijalbo a bela contribuição, profunda, que expressou hoje em sua palestra. É exatamente isso que nós gostamos de ouvir de uma autoridade com a responsabilidade que o senhor tem. Isso anima a gente a continuar nessa luta contra a supressão de direitos.

Quero dizer aos companheiros e companheiras que estão aqui que a Francisca acabou de colocar ali uma garrafa de café – um cafezinho grátis; já foi pago antes e está muito saboroso. Quem quiser tomar um cafezinho daqui a pouco, tem ali. Pão de queijo não tem. (Risos.)

Passamos a palavra à Dra. Alessandra Camarano Martins, Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas – ABRAT, por até quinze minutos.

SRA. ALESSANDRA CAMARANO MARTINS – Boa tarde a todas; boa tarde a todos.

Agradeço o convite e cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	9

É muito importante, num momento como esse, que a gente possa estar reunido dentro da Câmara Legislativa para tratar de um tema tão espinhoso como esse, que foi o anúncio da extinção do Ministério do Trabalho, ou da incorporação das suas funções em outras pastas; com um recuo depois – que não significou muita mudança, mas acabou por piorar, talvez, o primeiro anúncio –, colocando dentro do Ministério do Trabalho outras pastas e outras funções, em um movimento que é contrário a tudo o que a gente vê dentro da América Latina.

O Brasil se tornaria o único país, a única exceção, que não teria pasta própria para o Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho, o Dr. Grijalbo já colocou a forma como foi criado, dentro do contexto como ele foi criado. E ainda mais: agora, dentro de um cenário de um ano após a vigência da Lei nº 3.467, que é a da reforma trabalhista. Todos nós sabemos como se deu o contexto de aprovação dessa norma dentro do Congresso Nacional: uma norma que foi aprovada num período de seis meses, sem nenhuma discussão social, nenhuma discussão responsável, com a classe trabalhadora não sendo ouvida, as entidades de juristas tendo apontado pontos de inconstitucionalidade que não foram levados em consideração pela casa legislativa, a qual, mesmo assim, aprovou mudanças consideráveis e que mexem na estrutura do direito do trabalho.

O direito do trabalho tem o seu sistema protetivo. Da forma como se deu a aprovação, e hoje na vigência da reforma, há uma ruptura desse sistema protetivo, e uma ruptura também do Estado Constitucional e do Estado Democrático de Direito, o que pode representar inclusive um estado de exceção, em que se tira o direito através do próprio direito.

A gente vê inclusive algumas decisões do Supremo Tribunal Federal que vão contra a própria Carta Constitucional, como foi o exemplo na questão do imposto sindical. Como é uma luta que está se travando lá dentro também, há uma discussão jurídica até em relação à questão do acesso à Justiça.

A reforma trabalhista veio com normas que impedem o trabalhador de procurar a Justiça do Trabalho, causando medo, com condenações em pagamentos de custas processuais e honorários advocatícios para quem está desempregado, para quem não tem como prover o seu sustento próprio e o de sua família, que busca a Justiça do Trabalho para que sejam resgatados esses direitos, mas saem de lá como devedores do Estado e, às vezes, do seu próprio empregador. E não como um devedor somente naquela causa que por ventura perdeu: ele sai em débito com o sistema, podendo ser cobrado em outra demanda judicial que possa vir a buscar direitos na Justiça, porque hoje existe a cultura do não pagar o trabalhador.

Nós sabemos – advogados e advogadas trabalhistas, vocês sindicalistas e classe trabalhadora – dessa cultura de não pagar o trabalhador. Continua-se com essa cultura, e ainda há essa criminalização da classe trabalhadora, e uma criminalização também da advocacia trabalhista, quando se coloca que a reforma trabalhista veio para acabar com a indústria de ações.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	10	

Então, tudo isso é uma forma de impedir inclusive a mobilização da classe trabalhadora, essa mobilização que faz a diferença dentro de um cenário de desconstrução do Estado Democrático de Direito, dentro de um cenário de desconstrução dos direitos sociais.

O Deputado Chico Vigilante citou, no início, a questão da terceirização. A terceirização talvez seja a mais perversa mudança que aconteceu dentro da legislação do trabalho, com a Lei nº 3.467, que torna ilimitado o direito de terceirizar.

Não é novidade para ninguém que o trabalho terceirizado é um trabalho precário. É um trabalho onde a categoria dos terceirizados recebe menos; trabalha mais; tem altíssimo índice de acidentes de trabalho, porque o trabalhador terceirizado não se sente pertencido àquela empresa onde ele presta os seus serviços. Então, é uma categoria absolutamente precarizada.

Dentro de um cenário de precarização de direitos trabalhistas, dentro de um cenário de aumento de abertura da possibilidade de contratação de terceirizados, dentro de um cenário onde já houve anúncio de privatização de mais de setenta empresas no País – sabemos que a consequência disso são demissões em massa e a substituição por trabalhadores terceirizados –, é anunciada a extinção do Ministério do Trabalho, é anunciada a incorporação do Ministério do Trabalho em outras pastas, ou vice-versa, como foi feito no recuo.

Então, nós temos um país onde, por exemplo, temos 12 milhões de trabalhadores desempregados; onde ainda existem condições análogas às de escravo. Tudo isso é trabalho de fiscalização feita pelo Ministério do Trabalho. Nós temos as normas regulamentadoras. Acabar com o Ministério do Trabalho, acabar com as suas funções pode significar também jogar por terra as normas regulamentadoras que tratam da questão de saúde do trabalhador, que tratam da questão de insalubridade, de periculosidade; tudo isso dentro de um cenário de terceirização ilimitada que tem altos índices de acidentes de trabalho.

Tudo isso em um país que tem uma constituição federal que coloca o trabalho humano em seu centro, onde há a valorização social do trabalho. A Constituição Federal brasileira coloca o trabalho, coloca o trabalhador, coloca a dignidade como o seu centro e não como algo a ser pulverizado, a ser polvilhado, a ser incorporado a outras pastas.

Então, esse anúncio da extinção do Ministério do Trabalho representa mais um retrocesso anunciado, mais um problema para a classe trabalhadora, mais um problema para a sociedade brasileira. E pode ser o primeiro passo para a extinção da Justiça do Trabalho, que tem como finalidade tentar fazer esse equilíbrio entre o capital e o trabalho. Sem a Justiça do Trabalho, sem o Ministério do Trabalho para poder fazer as suas fiscalizações, nada disso mais será possível, e a classe trabalhadora ficará a mercê.

A última pesquisa feita pelo IBGE em relação ao aumento do nível de empregabilidade e de trabalho formal mostra, exatamente no ponto da curva em que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	11

está projetado, que há um aumento do trabalho informal, exatamente no ponto de vigência da reforma trabalhista, um aumento do trabalho informal e uma diminuição do emprego no País. Ou seja, eu aumento a informalidade. E é exatamente o mote que nós já ouvimos o presidente eleito dizer: “Querem mais empregos, ou querem direitos”. Como se o homem e a mulher, como se o ser humano tivesse que escolher entre a sua dignidade, entre a sua capacidade de convívio em sociedade e o direito a ter emprego.

E há os programas de empregabilidade dentro também do Ministério do Trabalho. Acabar com esse Ministério, extingui-lo, ou mesmo incorporá-lo a outras pastas significa reduzir ainda mais a dignidade do trabalhador e da trabalhadora e aumentar ainda mais o índice de desigualdade.

Reforçando o que o Desembargador Grijalbo colocou, é hora de, mais do que nunca, a classe trabalhadora estar atenta, os sindicatos estarem mobilizados, ainda que haja um impedimento pela reforma trabalhista, uma tentativa de destruição dos movimentos sindicais, mas, mais do que nunca, é importantíssima essa união dos movimentos sindicais, importantíssima a união dos movimentos sociais numa luta globalizada, numa luta interseccional, porque tudo se volta para o mundo do trabalho, tudo está voltado para o mundo do trabalho. E acabar com órgãos que têm como finalidade fiscalizar e tentar fazer esse equilíbrio é reduzir a sociedade brasileira à miserabilidade, à pobreza extrema e à desigualdade social.

Que nós possamos estar juntos. Colocamo-nos aqui, a ABRAT – Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, à disposição para que possamos fazer uma luta conjunta para que haja continuidade do trabalho, continuidade da mobilização e aumento das condições sociais e das condições de vida da classe trabalhadora.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado à Dra. Alessandra pela excelente contribuição que ela traz a esta comissão geral.

Eu gostaria de comunicar a todas e a todos que esta comissão está sendo transmitida ao vivo, pela *TV web* da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Depois, se vocês quiserem também pegar o conteúdo, editar vídeos... Hoje está sendo dada uma aula aqui. Há muito trabalhador que não pôde comparecer a esta comissão geral, mas é importante que, através dos sindicatos, eles tomem conhecimento do mundo real que existe hoje.

Concedo a palavra ao Sr. Supervisor Técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, em Brasília – Dieese, Max Leno de Almeida.

SR. MAX LENO DE ALMEIDA – Boa tarde a todas e a todos os presentes nesta importante atividade, para fazermos uma reflexão extremamente importante sob o ponto de vista do que está acontecendo no mundo do trabalho, os desdobramentos de uma série de questões que já foram muito bem abordadas no campo jurídico.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	12

A minha exposição será um pouco tentando agregar, somar algumas reflexões sob o ponto de vista dos reflexos sociais e econômicos. Mas, antes disso, eu gostaria de saudar a Mesa nas pessoas da Deputada Federal Erika Kokay; do Deputado Chico Vigilante, cuja iniciativa foi excelente; do Deputado Berzoini e dos desembargadores presentes. Agradecemos o convite feito pelo Deputado Chico Vigilante, para que o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos pudesse estar nesta Mesa e contribuir com este debate.

Começo minha exposição falando um pouco do nosso papel, do papel do Dieese. Nós temos aqui participando dessa atividade, Deputado Chico Vigilante, muitas entidades sindicais, felizmente. O Dieese, que é o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, criado em 1955 pelo movimento sindical, tem uma tarefa, junto ao próprio movimento sindical, bastante difícil. Difícil em que sentido? Nós temos verificado, entrando no campo da chamada contextualização dessa discussão que envolve o Ministério do Trabalho, que não podemos perder de vista, além dos aspectos do Direito do Trabalho, extremamente importantes e que foram resgatados sob o ponto de vista histórico e sob a forma como os trabalhadores puderam se municiar nessa relação sempre desigual entre o capital e o trabalho, mas percebemos que a realidade coloca essa discussão envolvendo o capital e o trabalho bastante evidenciada, mesmo porque, fruto dessas mudanças que estão acontecendo no mercado de trabalho, percebemos que algumas das principais tendências mundiais vêm chegando também fortemente aqui na nossa realidade local.

O Brasil não pode ser, evidentemente, desvinculado de todo um contexto da chamada globalização que tem sido cada vez mais financeira, que tem sido cada vez mais competitiva e que tem feito, tem trazido desdobramentos tanto sob o ponto de vista das realidades das empresas, quanto...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Só um minuto?

SR. MAX LENO DE ALMEIDA – Pois não?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Sem querer interromper a sua fala, mas já a interrompendo, eu quero convidar para fazer parte da nossa Mesa o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Sr. Guilherme Guimarães Feliciano. Seja muito bem-vindo, Dr. Guilherme. (Palmas.)

Max, pode prosseguir. Eu descontarei esse tempo que tomei de você.

SR. MAX LENO DE ALMEIDA – Muito obrigado, Deputado.

Nesse contexto, não podemos desvincular o Brasil, ou pelo menos deixar de considerar que o País também está muito vinculado a toda uma realidade internacional que tem tentado se consolidar no mundo, fruto de uma globalização que tem várias características. Resgatar o conceito histórico da globalização é o menos importante neste momento, mas algumas tendências têm ocorrido no campo do mercado de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	13	

trabalho, dentre elas: uma discussão mais intensa sob o ponto de vista da automação, das novas formas de produção; o debate mais recente da Indústria 4.0, alguns estão até dizendo Indústria 5.0, no sentido de que – o que eu vejo com muita preocupação e é um desafio para a sociedade e para o próprio movimento sindical – o trabalho e o emprego possam perder sua centralidade.

É bem verdade que, se nós analisarmos, historicamente, a atuação do próprio Ministério do Trabalho, o seu nível de protagonismo não existiu, na prática, mesmo porque outros ministérios acabaram tendo esse protagonismo, sobretudo o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento. A centralidade do trabalho e do emprego voltada como um motor de crescimento, tendo em vista que a própria produção nacional ao ser medida tem como um dos carros-chefes o consumo de massa, a questão da renda das famílias, que é muito puxada justamente pela condição de emprego e renda que é gerada em uma determinada economia.

Eu acho que, nesse ponto, também é sempre importante destacar – e já foi muito bem abordado pelos palestrantes anteriores – que o País passou por um momento de extrema dificuldade sob o ponto de vista da geração de produção. Em 2014, 2015 e 2016, nós tivemos momentos de retração econômica. O diagnóstico e a solução dada pelo governo atual foram no sentido de trazer a locomotiva Brasil para os rumos, tomando como referência algumas reformas que vêm causando também impactos extremamente negativos sob o ponto de vista da realidade dos trabalhadores, que já foram muito bem mencionados.

Agrego a isso a Lei da Terceirização, a questão da reforma trabalhista e a própria Emenda Constitucional nº 95, que acabou também trazendo como consequência uma redução dos direitos sociais e do papel do Estado como indutor de desenvolvimento, importante dentro desse contexto. Isso trouxe, sem dúvida alguma, uma série de consequências para o mundo do trabalho e para os trabalhadores. Tanto nós do Dieese como também o IBGE temos nos debruçados em pesquisas e em levantamentos para analisar até que ponto as promessas que foram estabelecidas de se fazer com que nós tivéssemos um crescimento que pudesse induzir a um desenvolvimento e a uma geração de empregos... De fato, nós temos visto que os números vêm demonstrando o contrário, porque a qualidade desses empregos infelizmente é muito questionável, tendo em vista que as contratações que estão acontecendo sob o ponto de vista formal estão se dando num nível de rotatividade que os salários mais baixos estão substituindo os salários mais altos, sob o ponto de vista das novas formas de contratação. As novas formas de contratação previstas no âmbito da reforma trabalhista também têm trazido uma série de possibilidades para as empresas contratarem nas mais variadas modalidades, diferentemente das formas de contratação do passado, que eram sobretudo celetistas e estatutárias. Você abre, com a reforma trabalhista, uma possibilidade muito grande de formas de contratação, muitas delas precarizadas, trazendo reflexos para a renda das famílias e a própria geração de empregos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	14	

Isso digo porque os nossos números também têm revelado essas tendências. Nós do Dieese temos uma pesquisa que procura retratar a situação do mercado de trabalho brasileiro. Nós temos não só verificado alguns movimentos na própria dinâmica do mercado de trabalho associada ao crescimento do desemprego, como uma série de outros elementos extremamente danosos à classe trabalhadora. Ou seja, o tempo de reinserção no mercado de trabalho tem cada vez aumentado mais, e as possibilidades que se abrem no sentido de fazer com que essas inserções se deem de uma forma a serem geradoras de crescimento estão cada vez menos presentes nas formas de contratação e nos números.

Quando nós analisamos todas essas questões, percebemos que essa tendência, que parecia ser muito restrita ao campo do setor privado, ou seja, que todo esse processo de transformação que o mundo vem vivendo, o Brasil também vem apresentando essa mesma tendência sob o ponto de vista dos modos de produção. Até mesmo, indo um pouco além nessa análise da chamada globalização, essa nova divisão internacional do trabalho, que atualmente nós podemos caracterizar que são as empresas, cada vez mais, procurando redução de custos em determinadas localidades, traz como consequência uma série de aspectos extremamente danosos sob o ponto de vista da situação dos servidores públicos.

Algo que parecia ser uma discussão de mercado de trabalho da iniciativa privada, das indústrias, do comércio e dos serviços está chegando fortemente ao setor público, tendo em vista que a própria Emenda Constitucional nº 95 tem estabelecido uma série de limitações nas quais vários elementos vêm sendo também intensificados sob o ponto de vista de alterações jurídicas, tais quais a própria terceirização, que foi objeto de decreto recente em setembro de 2018 com possibilidade de regulamentação, e também de estabelecimento das regras por parte do Ministério do Planejamento em janeiro; além disso – por que não dizer, tentando tratar de um espectro mais amplo –, o rebatimento nas próprias empresas estatais, em que essa terceirização, sem dúvida alguma, dada a característica desse decreto, vai trazer algumas modificações extremamente perversas sob o ponto de vista do servidor, os trabalhadores que estão no âmbito das empresas estatais.

Então, o que a gente percebe é que o mundo do trabalho vem passando por um processo de extremas transformações. Muitas delas estão vinculadas à redução de custos por parte das empresas e também por parte do próprio Estado, que perde o seu papel de protagonismo num momento tão difícil que o mundo e o Brasil vêm vivendo. Cada vez, estamos precisando muito de uma participação mais presente da estrutura de Estado no sentido de fazer com que o Brasil volte a crescer de fato, não apenas nos números, mas também com qualidade. Os números têm revelado que o Brasil provavelmente crescerá nos próximos anos. Os números se diferem muito quando a gente trata das informações que são veiculadas pelo Banco Central, pelo Ministério do Planejamento, mas a gente percebe que esse crescimento não vem seguido de um dinamismo do próprio mercado de trabalho favorável à classe trabalhadora.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	15

Então, o que a gente percebe é que as estruturas de Estado que poderiam, como vem acontecendo em outros países, contribuir para que nós tivéssemos uma melhoria da situação da sociedade vão perdendo, cada vez mais, em termos de estruturas no sentido de nos fragilizar. Essas fragilidades parecem ser muito propositais tendo em vista que alguns instrumentos ou alguns órgãos, como o movimento sindical e a própria Justiça do Trabalho, vêm sendo, cada vez mais, fragilizados no âmbito dessas modificações em termos de regulamentações.

Isso, sem dúvida alguma, demonstra o que eu havia comentado no início da minha fala e que todos os outros palestrantes anteriores destacaram. A ênfase, nós não podemos perder nesse momento, nessa discussão que envolve o mercado de trabalho, a Indústria 4.0, nesse debate que envolve todas as reformas que efetivamente já aconteceram: a Emenda Constitucional nº 95, a terceirização, a própria reforma trabalhista. Todos esses elementos acabaram fragilizando a nossa relação frente a esse debate que está acontecendo no sentido de nós analisarmos a situação atual no espectro capital/trabalho.

Nós sabemos que o processo produtivo, a produção, envolve a utilização de fatores produtivos. A utilização e a remuneração desses fatores produtivos têm, cada vez mais, também desnudado, colocado em evidência que outros fatores vêm se privilegiando em termos da remuneração no aspecto da produção.

Já foi destacado que o lucro, os juros e o fator aluguel têm sido, cada vez mais, remunerados frente ao fator trabalho. Isso é uma tendência que, infelizmente, fragiliza-nos como trabalhadores. A geração de emprego acaba sendo de forma a beneficiar mais o outro lado, esses outros fatores produtivos que eu acabei de mencionar, que são componentes do aspecto produtivo, mas nos coloca uma série de desafios. Ao mesmo tempo, há essa infeliz tendência de o mercado de trabalho e o próprio ministério, que poderia se constituir em um órgão que tentasse reverter ou trazer o protagonismo do trabalho/emprego como elemento fundamental no desenvolvimento brasileiro, colocarem-no em segundo ou até terceiro plano.

Com isso, o que a gente percebe, na prática, é que nós temos o desafio muito grande de sensibilizar a sociedade no sentido de demonstrar que a fragilização do mercado de trabalho, como também de outras estruturas, legislações e regulamentações que estão já modificadas e que poderão vir a ser alteradas no decorrer dos próximos anos vão trazer consequências graves para o País, para a cidadania e também não apenas para o próprio mercado de trabalho, mas para as famílias como um todo. As famílias sentirão a falta de um estado dinamizador de desenvolvimento. E um estado dinamizador de desenvolvimento requer estruturas que estabeleçam prioridades para a sociedade. Essas prioridades deveriam ser discutidas no âmbito da sociedade de tal forma que se assegurem algumas questões estabelecidas no âmbito da própria Constituição Federal. Isso envolve a discussão da saúde, da educação e da própria geração de trabalho decente, que é um tema que infelizmente está relacionado à pasta do Ministério do Trabalho e que tem perdido e muito o seu contexto. Nas várias atividades de que nós do Dieese participamos, o tema

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	16

do trabalho decente estava muito presente e, infelizmente, com a fragilização do Ministério do Trabalho, temas tão importantes e relacionados – como: de que maneira o trabalho e o emprego serão gerados? – vão perder também essa dinâmica que envolve uma discussão do movimento sindical, da sociedade.

Então, com isso, já fechando a minha participação e agradecendo mais uma vez a oportunidade de estarmos fazendo parte desta Mesa, nós do Dieese nos somamos não apenas a esta Mesa, mas também ao próprio movimento sindical, que está aqui presente, no sentido de também esclarecermos à sociedade e às respectivas bases todas essas alterações que estão acontecendo. Muitos não estão acompanhando de perto todas essas modificações. Nós temos um papel fundamental de esclarecer, de resistir e, ao mesmo tempo, de trazer a sociedade para um debate tão importante, que é a centralidade do trabalho como indutor de crescimento. Isso tudo se perde com o esvaziamento do Ministério do Trabalho.

Por fim, Deputado Chico Vigilante, gostaria de fechar a minha fala dizendo que este mundo não está nada admirável. Este mundo novo não está nada admirável. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Max. Eu quero registrar aqui a presença do Fábio Gonçalves, do SINAGENCIAS – Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação; da companheira Valda Cardoso, do SINDSEP – Sindicato dos Servidores Públicos Federais; da Elisabete Ramos, Secretária de Mulheres do PT, do Cruzeiro; da Maria Isabel Caetano, a dona Isabel, que é Presidente do Sindserviços, uma guerreira, uma batalhadora que está ali; do Claudinei Pimentel, que é diretor do SindPD; do Luizinho, que é o companheiro Luiz Saraiva, diretor executivo do Sindicato dos Comerciantes do Distrito Federal; da Sílvia Canabrava, diretora do Sinpro; do Fábio Medeiros, Presidente do Sindetran; do Washigton Domingues, presidente da FETRACON – Federação dos Trabalhadores no Comércio e no Setor de Serviços do Distrito Federal; da Maura Feitosa, diretora do Sindicato dos Vigilantes; do Carlos Antônio de Abreu, que é do Sindsep; do Antônio Sales Rocha, que é Primeiro-Secretário da Fetracon. À medida que as pessoas forem se registrando, vou falando o nome de outros representantes que estão aqui.

Passo a palavra à nossa companheira Deputada Federal, Erika Kokay, que disporá de até quinze minutos.

SRA. ERIKA KOKAY – Eu queria saudar o Deputado Chico Vigilante e parabenizá-lo pela realização desta comissão geral, que é o espaço importante para que nós possamos refletir sobre as novas relações que se transformam de forma muito intensa e muito rápida no mundo do trabalho.

Eu queria também justificar que, logo depois da minha fala, terei que me retirar, mas acho que é muito importante que nós tenhamos esse espaço, porque nós vivemos num processo pouco reflexivo, numa sociedade muito pouco reflexiva, muito

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	17

pautada numa lógica de consumo exacerbado, desenfreado, em que muitas vezes o ser humano é confundido com mercadoria e em que não há tempo para que se reflita.

Uma sociedade sem reflexão, com políticas públicas precarizadas, com políticas públicas congeladas em função da Emenda Constitucional 95, com espaços públicos destruídos, porque a lógica e a cultura do medo que nos tirou as praças e os espaços coletivos, é uma sociedade que tende a não refletir sobre os momentos que vivenciamos. São momentos de muitas transformações e de muitos ataques aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Porque nós não temos uma centralidade na economia do mundo do trabalho. Nós temos um domínio da financeirização da economia. Isso aparta o desenvolvimento da economia da relação com o trabalho.

O rentismo – aquilo que Marx dizia – leva a metade ou mais do orçamento brasileiro, com juros, com serviços da dívida, com juros pagos pelas dívidas, com a renda. Esse rentismo não produz. Se não há produção, não há relação com o mundo do trabalho. E porque ele não produz e não se relaciona com o mundo do trabalho, não emprega, também não tem preocupação com infraestrutura para escoar uma produção, posto que não há produção.

Não há também preocupação com o mercado interno, com que as pessoas tenham recurso para comprar a produção que é desenvolvida, porque não há o que vender. Não há também nenhum tipo de preocupação com os insumos, seja com a energia que representa 40% do custo médio da produção industrial, seja com o petróleo, com o óleo, enfim.

Não importa se esses insumos ou a energia, o petróleo, o combustível têm um preço exacerbado, consequência de um processo privatista que eles querem implementar. Ninguém tem dúvidas aqui de que a privatização da água que nós conseguimos evitar na Câmara Federal era uma privatização que iria aumentar o preço da própria água, transformando-a em um objeto de que poderia derivar lucro.

Então, nós estamos vivenciando um domínio do rentismo apartado do mundo do trabalho e um processo onde a precarização das relações de trabalho é, de certa forma, o pagamento de uma conta destes que assumiram o poder, sem serem frutos das urnas, ou rasgando 54 milhões de votos, ou seja, golpeando a própria democracia. Estes precisam pagar uma conta de quem financiou essa investida nas estruturas do Palácio do Planalto.

Nesse sentido, nós vamos ver a construção de uma reforma trabalhista, que é uma reforma trabalhista que unificou, que adensou, que aglutinou todas as propostas contra os trabalhadores que estavam dentro da Câmara. A reforma trabalhista chega na Câmara de um tamanho e sai com um tamanho muito maior, porque ela se transformou na agenda parlamentar da Confederação Nacional das Indústrias, que cobrava a participação que teve – e todos nós lembramos dos “patos de troia” – no processo de ruptura democrática que esse País vivenciou em 2016.

Então, nós temos uma aglutinação de todas essas proposições, na construção de uma reforma trabalhista que guarda contradições dentro dela mesma, mas que tem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	18

aspectos de uma profunda crueldade. Uma delas é a terceirização que já havia sido aprovada. Porque a terceirização, em verdade, rompe qualquer legislação que assegure, por exemplo, cotas de acordo com o tamanho da empresa e o número de empregados.

A cota para incluir no mercado de trabalho, por exemplo, as pessoas com deficiência, exige um determinado número de trabalhadores, no mínimo cem trabalhadores. Se eu tenho uma empresa com cem trabalhadores, eu tenho que cumprir a cota, ou com duzentos trabalhadores. Mas, de repente, eu posso ter vinte empresas na minha própria empresa, contratadas como prestadoras de serviço, e eu deixo de ter a obrigação de cumprir uma cota que é inclusiva.

Mas, para além disso, você cria o emprego que é precarizado e a reforma trabalhista tem uma repercussão direta. A Dona Isabel sabe o que estamos enfrentando na Câmara dos Deputados. Com os contratos terceirizados, a tendência e a pressão é para se diminuir os salários. Eles estão colocando como norma a diminuição do salário e dizem que é o mesmo dilema: ou o emprego ou o direito. É como se só pudessem produzir um emprego que viola o próprio direito, é como se houvesse a legitimação da violação dos direitos trabalhistas e da precarização e, portanto, da violação de direitos humanos, porque o que nós estamos vendo – e isso está no nosso cotidiano – é que nós temos que lutar pela manutenção de condições que já estavam existentes.

Para além disso, você tem o trabalho intermitente, que tira do trabalhador o seu direito de ter controle sobre o seu próprio tempo. Nosso tempo é inexorável. O tempo que nós estamos aqui neste dia de hoje não se repete, ele é inexorável. O trabalhador, passando a não ter direitos sobre o seu tempo, fica absolutamente subserviente – em todos os aspectos, na sua própria estrutura, no seu próprio dia, no seu próprio cotidiano – às necessidades do próprio patrão. Isso nos lembra o século XIX, quando os trabalhadores não sabiam quanto tempo iriam trabalhar por dia, isso ficava a cargo do próprio patrão. Isso destrói um dos conceitos que eles construíram da democratização do acesso ao serviço público ou da impessoalidade, porque isso destrói a obrigatoriedade do próprio concurso público, como aqui já foi falado. E tudo isso eles embalam com um conceito que é o conceito da meritocracia, que é um conceito construído para justificar e culpabilizar as vítimas pelas próprias condições adversas. Ou seja, você legitima a desigualdade e não dá as mesmas oportunidades.

Nós vamos ter um Brasil com carências e precarizações, agudizadas às políticas públicas, porque estamos só no primeiro ano da Emenda Constitucional nº 95, que congela recursos, ou seja, as despesas primárias – e 88%, talvez 90%, dessas despesas primárias são despesas obrigatórias.

Então, esse conceito da meritocracia é um profundo instrumento de dominação, porque ele legitima a desigualdade e, mais do que isso, ele culpa o trabalhador, ele culpa a vítima, porque ela não tem condições adequadas ou condições de um trabalho digno. A culpa é sua porque isso é uma questão de mérito. Vejam como esse conceito é profundo e como ele vai sendo reproduzido e vai sendo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	19	

internalizado. Então, é falta de mérito seu, a culpa é sua, a culpa é sua. As desigualdades ficam invisibilizadas e, portanto, passam a ser naturalizadas.

Nós estamos vivendo a tentativa da extinção do Ministério do Trabalho – houve um retrocesso –, mas ninguém aqui duvida que o Ministério Público do Trabalho será morto-vivo, será morto-vivo! Não está nas prioridades do próprio governo! Não está! E para impor essa reforma trabalhista que foi a pauta defendida durante o processo eleitoral.

A pauta defendida por Bolsonaro é a pauta recrudescida do Governo Temer, com caráter misógino agudizado, com caráter LGBTfóbico, com caráter racista, enfim, é a pauta do Governo Temer. Ninguém discutiu o Governo Temer durante o processo eleitoral, quando inclusive não houve debates. É a mesma pauta, os ministros são os mesmos, o processo e os paradigmas são os mesmos, costurados com uma pauta em que ele busca dialogar com a sociedade, que é uma pauta de se tentar impor uma ordem, uma pauta que vai contra os direitos humanos e os direitos das mulheres, da população LGBT, enfim.

Portanto, eu encerro apenas dizendo que nós estamos vivendo a extinção, ainda que seja a extinção em vida, do Ministério do Trabalho, que, com todas as deficiências, é o órgão que está fiscalizando as condições de trabalho, que possibilita ao trabalhador adentrar a Justiça do Trabalho e inclusive ter ganhos e corrigir a violação de direitos em grande medida através do processo de fiscalização, é o órgão que está combatendo o trabalho escravo, e está combatendo o trabalho infantil.

Enfim, a extinção em vida do Ministério do Trabalho vem dentro de uma outra construção, que é a construção do Ministério das Relações Exteriores, Ministério que diz que há uma ideologia climática e que a discussão sobre o efeito estufa sobre as variações climáticas é uma discussão sobre uma cultura marxista e que tira do Brasil a condição de sediar a conferência mundial climática disputada para ser sediada por vários países, o que geraria por volta de 30 mil empregos, o que faria com que o Brasil adquirisse um caráter de vanguarda na discussão climática. Aí vem o Presidente eleito e diz: “nós não vamos discutir a questão do meio ambiente, porque a questão do meio ambiente é um empecilho para o desenvolvimento do próprio progresso”.

Ele disse que iria extinguir o Ministério do Meio Ambiente. Teve que recuar, mas destrói toda a política do meio ambiente. É o que nós esperamos do mundo do trabalho. Aliado a isso, você vai vendo as repetições.

Perguntem-me o que defende o Ministro da Educação. Ele defende como? Como ele está estabelecendo o compromisso e apresentando as metas para cumprir o Plano Nacional de Educação? Como ele vai aumentar o acesso a creches e à educação infantil? Como ele vai aprimorar o ensino profissionalizante e a própria escola? Ou seja, isso não existe. Ele apenas diz que é preciso amordaçar as escolas. Isso quer dizer que é preciso amordaçar a possibilidade de construção de cidadãos e cidadãs com consciência crítica. E é por isso que, aliada à destruição das condições de trabalho, vem a tentativa de destruir a organização sindical.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	20

Não duvidem se houver realmente uma pluralidade sindical – o que nós defendemos –, mas uma pluralidade arranjada para eleger sindicatos, e sindicatos vinculados ao patronato que serão escolhidos como agentes ou como interlocutores no processo negocial e de contratação das relações de trabalho. Eles vão atacar o movimento sindical, além do que já tem sido feito, porque o movimento sindical é a possibilidade concreta de reagir a essa lógica de manutenção da economia financeirizada, do poder do rentismo e de destruição dos direitos dos trabalhadores.

Por isso, nós precisamos entender a realidade que estamos vivenciando neste momento, difundi-la, discuti-la com as nossas categorias, porque há uma pós-verdade neste Brasil. Ele diz alguma coisa, e as pessoas dizem: “Não, mas ele não vai fazer isso”. “Mas ele disse.” “Não, mas ele não vai fazer. Ele disse, mas não vai fazer.” Então há uma pós-verdade no Brasil.

Mais do que nunca a atuação do movimento sindical é absolutamente importante, não apenas para assegurar os nossos direitos, mas para assegurar a democracia e para barrar a lógica fascista, que a gente empurra para trás e, de repente, ela está à nossa volta, como disse Guimarães Rosa com relação ao próprio sertão. A gente vai dizer que ele empurra para trás a nossa organização e, de repente, a nossa organização tem que estar à sua volta para poder fazer com que tenhamos um Brasil para os brasileiros e para que tenhamos uma lógica que aponta que não vamos permitir nenhum direito a menos.

Um abraço grande.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado à nossa companheira Deputada Federal Erika Kokay.

Quero registrar a presença do Manoel Pereira Batista, Diretor do Sindicato dos Comerciantes; do Alex Gurgel, Diretor de Comunicação da Abrat – Alex, lembrei-me de uma grande amiga minha lá do Rio Grande do Norte, Professora Fátima Gurgel. Quero registrar a presença também da Delzair Amâncio, Diretora do Sinpro.

A Deputada Federal Erika Kokay vai ter que sair agora, porque vai a Planaltina. A Dra. Alessandra também, porque vai participar da apuração da eleição dos advogados, mas eu queria pedir para que ninguém sáisse, porque ainda estão aqui para serem ouvidos o Ricardo Berzoini, a Rosilene, o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; o nosso amigo Grijalbo, que já foi presidente também.

Passo a palavra ao nosso companheiro Ricardo Berzoini, que como todos sabem, é ex-Ministro do Trabalho, da Previdência, das Comunicações. Por onde passou, ele fez um belíssimo trabalho.

SR. RICARDO BERZOINI – Antes eu fui delegado sindical de base, diretor de imprensa do sindicato dos bancários, secretário-geral e presidente do sindicato dos bancários e fundador da Confederação Nacional dos Bancários da CUT, hoje Contraf.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	21

É muito mais importante que ser ministro. Foi até bom responder a essa provocação do Chico, provocação no bom sentido.

Cumprimento toda a Mesa aqui presente. De fato, a questão do trabalho na minha vida é fundante da minha personalidade. Eu comecei a ter consciência política como funcionário do Banco do Brasil, vivenciando justamente o enfrentamento do capital estatal do Banco do Brasil com o trabalho não só dos bancários do Banco do Brasil, mas com os terceirizados.

Eu trabalhava no Centro de Processamento de Serviços, Comunicações e Dados do Banco do Brasil – CESEC, em São Paulo, no governo Geisel, e depois no governo Figueiredo. Nós começamos a organizar internamente o enfrentamento ainda na Ditadura, e a reorganização do movimento sindical bancário pós-Ditadura, com o crescimento das direções que levaram à fundação da CUT em 1983, ainda na Ditadura Militar. Portanto, nós não temos medo de ditadura. Não gostamos, mas não temos medo. Enfrentar a ditadura é algo que os brasileiros fizeram. Foram várias ao longo da sua história, desde ditaduras monárquicas, passando pela república dos coronéis, chegando inclusive ao Estado Novo.

Foi citado aqui o Getúlio Vargas, figura extremamente fascinante pelas suas contradições, pela sua história, pelo seu legado. Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que nos ajudou a conquistar o voto da mulher, também a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, e várias instituições importantes, também comandou uma ditadura muito dura, que foi o Estado Novo.

O Brasil é repleto dessas contradições. Por exemplo, em 1873, foi realizado em Itu, São Paulo, a Convenção Republicana. Houve uma grande discussão lá, porque uma parte dos republicanos eram abolicionistas, e a outra parte, não, porque eram fazendeiros paulistas do café, paulistas e mineiros, e eram contra a abolição da escravidão. Eles diziam o seguinte: se abolir a escravidão, o Brasil vai quebrar; se acabar com o trabalho escravo, o Brasil vai quebrar. Assim como dizem hoje, ou têm direito ou têm emprego. São parecidos esses raciocínios binários, primários, superficiais e mal-intencionados, que são partes da nossa história.

Eu passei boa parte da minha vida em movimento sindical. Comecei como delegado sindical organizando local e trabalho, depois fui para a diretoria do sindicato e comande a negociação nacional dos bancários por quase dez anos. Conquistamos a primeira Convenção Coletiva Nacional dos Bancários em 1993. Portanto, 25 anos atrás. E participei ativamente da Constituinte como militante. Eu acredito que hoje nós, na verdade, estamos vivendo no Brasil a tentativa de dissolver a Constituinte. Ou melhor, de rasgar a Constituição, de acabar com ela.

Se pegarmos um dos primeiros artigos da Constituição Brasileira... eu vou até ler para não ficarmos com as palavras imprecisas. Um dos primeiros artigos da Constituição Brasileira diz que constituem objetivos fundamentais da República Federativa Brasileira construir uma sociedade livre, justa e solidária. Isso aqui não é marxismo não, é a Constituição Brasileira. Garantir o desenvolvimento nacional,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	22

erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação. O art. 1º inciso IV diz que um dos fundamentos da República brasileira são os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Ou seja, quando temos no Brasil uma ofensiva de setores políticos empresariais que querem, na verdade, implodir todo o sistema que foi constituído para permitir uma certa capacidade de negociação, organização, mobilização e cidadania entre o capital e o trabalho, na verdade temos uma proposta inconstitucional. Isso não nos tranquiliza muito porque o Supremo Tribunal Federal tem sido muito tolerante às inconstitucionalidades – inúmeras, podem verificar. Nos últimos três anos, se você fizer um exame frio da relação entre o conceito constitucional e o que está sendo decidido, a gente vê que o Supremo Tribunal Federal tem sido ou contraditório, ou leniente, ou totalmente dissociado do seu papel de defender a Constituição.

Como a Constituição, nas suas cláusulas pétreas, não pode ser reformada, nós temos a obrigação de debater – nós sindicalistas – com as nossas bases, debater com a sociedade como um todo, que nós estamos indo para o caminho da tragédia social. O Brasil apostou em um golpe em 2016, porque foi levado a crer, pelos meios de comunicação e por uma maioria conservadora – eu fazia parte, eu era da base do Governo Dilma e do Governo Lula –, que a solução para retomar o crescimento, que foi abalado em 2014 com a crise do preço das *commodities* e também com a crise política na qual o Brasil mergulhou, era retirar esse grupo mais à esquerda do comando do Poder Executivo para permitir que os investimentos voltassem.

Aqui foi golpe; na Argentina, foi eleição. Na Argentina, Macri ganhou exatamente com o mesmo discurso. Nos últimos dois anos e meio, foram eliminados cem mil empregos industriais, sem contar os do comércio, dos serviços e da agricultura. Cem mil empregos industriais! A receita do Macri é a mesma do Guedes, igualzinha. É a mesma do Piñera, no Chile. É a mesma de vários governos conservadores no mundo. É a mesma do Macron, na França, que se elegeu como renovação e já está totalmente sem credibilidade. Por isso eu não me assusto com essa coisa. O Bolsonaro ganhou, está com muita força. Pode ficar com força, não tem problema. A força não resiste à realidade. A força política não resiste à realidade. Por quê? As contradições entre o que ele propõe e a realidade do povo brasileiro são brutais.

Então, quando se extingue o Ministério do Trabalho, que eu tive a honra de comandar por um ano e meio, com todo o apoio do Presidente Lula. À época o Presidente Lula me disse o seguinte, quando me nomeou para o Ministério do Trabalho: "Berzoini, não se limite no seu quadradinho. Interfira em todas as áreas do governo onde estiverem em jogo o emprego, a renda e as condições de trabalho. Meta-se no BNDES, meta-se no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, na Petrobrás, no Ministério da Fazenda. Claro, evidentemente com tranquilidade, com sabedoria, com educação, mas se meta". E foi o que nós fizemos lá. Inclusive, pela primeira vez o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	23

Ministério do Trabalho passou a integrar o Conselho de Administração do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. Eu lutava, até quando saí do Ministério, para que também fosse integrado ao Conselho Monetário Nacional, para interferir na política monetária e na política de crédito do País.

Mas todo esse processo que foi engendrado e está levando hoje a proposta de destruir o Ministério do Trabalho tem a ver com essa lógica extremamente incompetente e contraproducente de um setor grande do empresariado brasileiro que acha que a solução é pagar menos salário e retirar direitos.

Nós provamos, nos oito anos do Governo Lula e nos quatro primeiros anos do Governo Dilma, que era possível aumentar o mercado interno com mais direitos, investimentos e geração de emprego. Geramos mais de 20 milhões de empregos formais. O governo de hoje está dizendo que está caindo o desemprego. Hoje o IBGE publicou os dados do desemprego, companheiro Deputado Chico Vigilante, reeleito justamente pela sua luta em defesa dos trabalhadores, assim como a Deputada Federal Erika Kokay, que também foi reeleita, porque foi reconhecida como uma lutadora pelos direitos dos trabalhadores. A taxa de desocupação está menor do que no ano passado em 11,7%.

Agora, todo mundo aqui sabe – quem já estudou como se mede o desemprego – que se faz uma pergunta para o entrevistado: “Você procurou emprego nos últimos trinta dias?” Se procurou e não encontrou, está desempregado; se o cidadão disser “Não, nem procurei, porque eu já perdi a esperança”, é um desalentado. Os desalentados são 4,7 bilhões de brasileiros.

Os subutilizados são aqueles que trabalharam, portanto, não estão desempregados. Tecnicamente trabalharam, mesmo sem emprego – trabalharam numa atividade própria, numa atividade qualquer, sem formalidade. São 27 milhões! São 27 milhões, dos tecnicamente empregados, que são subutilizados.

Os trabalhadores com carteira assinada são 32,9 milhões. Portanto, vejam bem, são 27 milhões de subutilizados, porque a maioria não tem carteira. Dentro disso aqui deve ter somente os intermitentes, que são os com carteira, mas deve ser uma carteira, obviamente, *fake*, não é? Falsa, porque é uma carteira de mentirinha. Você assina um contrato e é chamado para trabalhar três horas por semana, cinco horas por semana, dez horas por semana. São 27 milhões de subutilizados. Há 11,6 milhões de assalariados sem carteira, e, ainda, 23,6 milhões de trabalhadores por conta própria.

Portanto, quando a gente fala em defender direito do trabalhador formal, nós estamos defendendo, em tese, 32,9 milhões de pessoas. Mas não! É mentira! Eu acabei de falar uma mentira aqui, porque, na verdade, nós estamos defendendo o direito a ter a carteira assinada, não o direito dos que têm carteira assinada – o direito a ter emprego formal, o direito a ter previdência social, o direito a ter acesso a toda uma sorte de benefícios e direitos que são próprios da atividade do trabalho formalizado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	24

Eu não sou contra ninguém que queira empreender por conta própria; ao contrário, também está na Constituição a livre iniciativa, mas é uma opção empreender. Opção a que muitos têm vocação, têm vontade para empreender, e até para empregar, para gerar emprego. Muitas vezes não consegue gerar nenhum emprego, porque numa atividade pequenininha somente ele se emprega, somente ele se utiliza daquela atividade. Mas, às vezes, ele consegue gerar 1, 2, 3, 10, 100, 1 mil, 10 mil empregos. Contudo, isso é uma opção.

Um país que tem na sua construção, nas cláusulas pétreas, os valores do trabalho e da livre iniciativa tem obrigação de ter uma política para o trabalho. Política para o trabalho, o nome ministério vem daí. Ministério o que é? É uma missão. Quando se fala em Ministério do Trabalho, a missão é o trabalho; Ministério da Fazenda, a missão é a fazenda, a economia; Ministério do Meio Ambiente, a missão é o meio ambiente. Ora, se é uma missão, e o Estado comanda na Constituição o valor do trabalho como valor fundante da sociedade, é óbvio que tem que haver Ministério do Trabalho. Portanto, a sua extinção é inconstitucional.

Mas será que o Supremo Tribunal Federal vai achar que a extinção é inconstitucional? Não, ele ganhou a eleição. Quando nós ganhamos a eleição quatro vezes, pelo voto limpo, sem *fake news*, alguém chegava para mim – um jornalista, talvez até um militante – e falava: “Poxa, vocês agora chegaram ao poder.” Eu falava: “Não, chegamos ao comando do Poder Executivo, que depende de harmonia com o Poder Legislativo e com o Poder Judiciário”. Portanto, ninguém chegou ao poder porque ganhou uma eleição. Você chega a comandar um dos Poderes que ganhou numa eleição, mas tem que cumprir a Constituição.

Agora, quero dizer que, assim como eu acredito que tribunais são importantes – e já foi dito aqui que são instrumentos importantes da sociedade para exercer a legalidade, controlar a legalidade e a constitucionalidade –, eu também acredito que tribunal sozinho não faz milagre.

Portanto, numa reunião como esta... Aqui em Brasília acho que somente a CUT tem 130 sindicatos filiados; as demais centrais devem ter 250, 300, 400 sindicatos de trabalhadores. Parabéns a quem está presente, mas numa reunião como esta era para estarem aqui 250, 300, 400 sindicalistas, para discutirem com o Deputado Chico Vigilante, já reeleito – portanto, naquela fase, cansado da campanha, se recuperando do cansaço da campanha. Ele podia deixar para fazer isso no ano que vem, mas nos convocou. Por quê? Eu fiz questão de vir por isto: é fundamental lembrar que não adianta deputado, não adianta juiz, não adianta qualquer tipo de autoridade constituída se o povo não manifestar a sua indignação, e se os sindicalistas não tiverem uma estratégia para, amanhã de manhã ou na semana que vem, dizerem o seguinte: “O meu sindicato vai fazer tal coisa, e eu vou procurar um outro sindicato para combinar as ações, porque um sindicato só também não faz verão”.

A CUT – Central Única dos Trabalhadores, e as demais centrais sindicais vão ter que se organizar para isso, senão ele vai acabar com o Ministério do Trabalho, ele vai acabar com as estatais mais importantes do Brasil – e não é estatal para gerar

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	25

emprego para ninguém não, é estatal para fazer política pública –, ele vai acabar com os direitos humanos, porque tudo que ele fala é inconstitucional do ponto de vista dos direitos humanos também.

É até impressionante que o Ministério Público Federal esteja tão contemplativo em relação às asneiras que são ditas por uma pessoa que acabou de ter o voto popular – o que não quer dizer que é inimputável, por ter tido o voto popular; ao contrário, nós sabemos que é.

Portanto, para encerrar e para não me alongar mais, eu estive aqui no ano passado, no ano retrasado, em debate sobre a reforma trabalhista. Na época, fiz o seguinte desafio: “Olha, eu estou hoje disponível. Exerço uma profissão privada, mas estou disponível algumas horas por semana para conversar com sindicalista, para motivar, para contar um pouco da história, para dizer como é que a gente enfrenta”. Eu enfrentei o Governo Collor, que dizia também que ia acabar com todos nós. Enfrentamos o Governo Collor com muita dificuldade; o meu sindicato foi duramente reprimido; eu fui preso em uma greve por defender a liberdade de negociação e a liberdade de organização.

Então, se nós enfrentamos já tanta dificuldade, se nós já superamos o Estado Novo do Getúlio, se derrubamos a ditadura militar, se derrubamos o autoritarismo do Collor, se vencemos em muitas lutas o Governo Fernando Henrique naquilo que tinha de equivocado, por que não enfrentar e vencer essa agenda do mal, essa agenda da tragédia social?

Eu tenho filhos e espero que eles vivam num país em que sejam respeitados os seus direitos humanos e em que o Estado se preocupe com a geração de emprego e renda. Portanto, nós não podemos sequer dizer: “Já lutei muito”. Não, não lutei o suficiente ainda! Não lutamos o suficiente ainda, vamos lutar mais, vamos enfrentar toda essa dificuldade, porque, se não enfrentarmos, se não colocarmos na nossa mesa de trabalho o desafio de despertar a consciência da classe trabalhadora, ainda temos muito a perder, inclusive a nossa previdência social.

O Sr. Paulo Guedes é admirador da previdência chilena, que é uma tragédia monstruosa. Até sugiro, Chico – não sei se a Câmara tem a prática de convidar pessoas de outros países para virem falar –, convidar um sindicalista chileno para vir falar aqui sobre a previdência chilena. Estive no Chile estudando isso. É uma tragédia! Eles também querem fazer isso.

Então, como sindicato é para lutar, nós só temos uma opção: organizar a luta. E organizar a luta significa ter inteligência, não entrar em qualquer provocação, não fazer como o Brasil fez contra a Alemanha, saindo para o ataque desenfreadamente e tomando sete gols – embora o Felipão tenha se redimido agora no fim de semana. (Risos.)

Mas fiquei sabendo que o coiso vai entregar a taça. (*sic*) Já vou pensar em me desfiliar do time para o qual torço. Apesar de ser campeão, estou feliz, mas se ele entregar essa taça, já não me sinto mais campeão... O fascismo já fez o Palmeiras

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	26

mudar de nome: era Palestra Itália, e na época do fascismo, na Itália, teve que mudar o nome para Palmeiras. Assim, se um fascista for entregar o troféu – se isso for verdade –, eu vou pensar em me licenciar da condição de palmeirense enquanto o time tiver esse tipo de alinhamento.

Quero encerrar dizendo só o seguinte: vamos organizar a luta, não há outro jeito. As palavras, todas muito bonitas, que eu disser aqui ou que qualquer um de nós disser serão insuficientes. Como palavras são importantes, mas são insuficientes. Ou organizamos a luta concreta e pensamos nas formas de enfrentar toda essa situação ou os nossos direitos, conquistados a duras penas, serão dilapidados um a um.

Um grande abraço a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Agradeço ao companheiro Ricardo Berzoini.

Quero aqui registrar a presença de um companheiro que foi o primeiro a chegar no dia de hoje, o Sr. Oton Pereira Neves, Secretário-Geral do SINDSEP – Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF, uma das categorias que eu creio, Oton, será mais atacada por esse elemento que está aí, de quem eu me recuso a dizer o nome.

Vamos ouvir agora a companheira Rosilene, depois o Dr. Caron e, por último, o Dr. Guilherme.

Portanto, eu peço para ninguém sair desta sala, porque está sendo muito produtivo, muito importante este debate travado aqui hoje. E está sendo transmitido ao vivo pela *TV Câmara*. Não temos uma audiência como a da *Globo*, mas cumprimos o nosso papel.

Passamos a palavra à companheira Rosilene Corrêa, por até quinze minutos.

SRA. ROSILENE CORRÊA – Primeiro, eu quero parabenizar o companheiro Chico Vigilante, mais uma vez, sendo protagonista...

Boa tarde a todas e todos os companheiros que estão aqui.

Fico pensando, Oton, quando a Deputada Erika Kokay falou aqui da emenda, como nós, servidores públicos, ficamos, de certa forma, acomodados, achando que, como somos concursados, está tudo certo e a nós nada acontecerá.

Quando nós chamávamos a nossa categoria de professores para as ruas para combatermos a reforma trabalhista, não atendiam ao chamado: "Não tenho carteira, o que isso tem a ver comigo?". A gente insistia na luta de classe, inclusive tentando ser um pouco umbilical mesmo, dizendo que nós, não, mas nossos filhos, nossa família, o meu vizinho, enfim. Mas só lembrando isso. Agora a gente sabe que todo o serviço público está ameaçado pela terceirização.

Outro dia alguém falou que ano que vem será ano de governo novo, deve ter muito concurso. Eu falei: "Como é que é?". Ainda tem gente para quem, literalmente, a ficha não caiu.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	27

De tudo o que nós estamos ouvindo, de fato, é aula de História o que nós estamos tendo aqui. E faz a gente recuperar a memória das aulas que tivemos, no meu caso, há uns quarenta anos. Mas a organização do homem, do trabalhador, quando ainda não havia fronteiras, não havia proprietários, quando todo mundo trabalhava e, portanto, os direitos eram iguais porque não havia dono. Então, tudo o que eu produzia era para mim, para a minha alimentação, para a minha família. Não havia a disputa e não havia a propriedade. À medida que isso foi surgindo, foi surgindo também a necessidade de regular isso, de regulamentar.

Com o passar do tempo, quando surge o salário, aí vem o domínio. O que é isso? É o homem tentando dominar a produção. E essa produção é que fez com que as coisas fossem acontecendo e, claro, organizando-se, porque alguém tinha que explorar e era preciso limitar – inclusive, isso –, porque não era para todo mundo. E as regras vão surgindo. Enfim.

E aí, com todas as críticas que se possa ter, Getúlio Vargas, inevitavelmente, tem um papel fundamental nisso, até para romper, para contrariar, a política café com leite e a economia agrária que dominavam no Brasil. Eles não queriam mesmo que o trabalhador tivesse direito nenhum. E, do jeito que estava, estava bom. A resistência enorme deles com isso.

Então, a carteira de trabalho e o Ministério do Trabalho vêm não só para regulamentar, mas é o Estado agindo, não só para fiscalizar, mas também para propor, para elaborar políticas, como você mesmo colocou.

A gente fica pensando...E aí há uma pergunta que eu queria fazer, numa boa: acho que está correta a decisão do futuro presidente, do presidente eleito. Para quê Ministério do Trabalho para o projeto que ele foi eleito? Qual a necessidade de um Ministério do Trabalho? Porque, se é para precarizar tudo, não vão precisar nem de sindicato para negociar. Daqui a pouco não se vai mais precisar de sindicato, porque qual o papel do sindicato? Se não existe do outro lado da mesa alguém e não existe esse alguém do outro lado, é para não ter direito mesmo. E não vai haver política para melhorar, para investimento, para gerar emprego. É para tirar... Eu até anotei aqui, assim, quando a gente fala... A gente sabia que mudando, dentro de um processo eleitoral, um novo projeto sendo eleito, nós teríamos uma ruptura. Nenhum partido de direita iria dar continuidade à política que nós implementamos. O que nós não esperávamos é que não fosse apenas a ruptura, fosse, na verdade, arrancar o que nós, inclusive, havíamos conquistado, mesmo antes do Governo Lula. É muito mais profundo o que está acontecendo.

Agora, tudo isso, é preciso que a gente faça uma leitura também, porque o golpe não veio só para tirar a Dilma e para o Temer assumir e fazer a maldade da Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista. Ele é muito mais que isso. E é a isso que nós estamos assistindo. Acho, sim, que quando sofremos o golpe, não estava previsto o Bolsonaro virar Presidente. Acho que as intenções, o planejado não era exatamente isso. Mas ele caiu direitinho naquilo que... E aí eu acho que é algo maior que a direita brasileira, que vem planejando e estruturando isso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	28

Hoje de manhã, eu participei de um debate com o Nassif, e a gente falava disso, dessa organização que vai muito além do Brasil, das intenções, e do porquê disso tudo. A Globo também foi derrotada, a direita foi derrotada, porque não era para ser ele a cumprir com essa tarefa. Agora eles estão tendo que reorganizar isso tudo aí, para que ele cumpra com a tarefa que eles também querem, que esperavam.

Mas, de qualquer maneira, a extinção do Ministério do Trabalho era esperada. Na medida em que se faz uma reforma trabalhista, para que reforma do trabalho? Não há mais... É a omissão do Estado porque ele não vai ter esse papel a cumprir mesmo. A gente vai viver uma política de estado mínimo que o Temer já vem fazendo.

Mas quero discordar... não é discordar, mas fazer uma observação no que a Deputada Federal Erika Kokay coloca, quando fala que é a mesma coisa do Temer. Não, gente, é muito pior. Vai muito além do que o Temer vem fazendo e continuaria fazendo. O que ele faz é péssimo, mas o que será feito, na minha avaliação, vai ser ainda muito pior, vai aprofundar muito mais. E há maldade mesmo, chega a ser desumano o que se faz, porque mexe com os brios, mexe com a moral, com a dignidade das pessoas.

Não há nada pior, e eu já tenho dito isso, do que está acontecendo no nosso País, viu, Chico? Porque, para mim, o prejuízo maior é esse sentimento do brasileiro, que, por pouco tempo, pôde experimentar o gostinho de ter orgulho de ser brasileiro. Aí hoje você tem de um lado o fanatismo, porque, para mim, existe uma parcela da sociedade hoje fanática pelo presidente eleito; do outro lado, há aqueles que vão se beneficiar, não é fanatismo, mas é esperteza no processo; e há nós que estamos nesse desalento. E hoje alguém falou assim: "Mas o que que acontece? Como é que no Nordeste o povo votou?"

Bom, primeiro que tem o Lula, o Nordeste votou no sentimento de solidariedade, de respeito e de compromisso ao Lula. Exatamente. E aí a expectativa de voltar a ter aquilo que tiveram, isso foi o que fez, porque esse percentual que você traz aí, esses que estão nos desalentados, a maioria é nordestina. Eu também fiz esse estudo outro dia porque fui ao Nordeste fazer uma mesa lá e fiz questão de dar uma olhada em como estava isso. Então, a maioria é de nordestinos.

Nós, gente, acho que quase 100% dos que estão aqui participando, somos sindicalistas. Como o Berzoini colocou: onde é que nós entramos? Como é que a gente vai reagir a isso? Mas também, Chico, eu desafio aqui a um dos nossos dirigentes e a você, que é muito mais experiente que eu, a dizer cadê a receita. Ninguém tem ainda o fazer, o novo. Há a experiência do que já foi vivido, é óbvio, mas há elementos novos que nós ainda não conseguimos assimilar. Ainda não conseguimos achar o *timing*, a veia do que vamos realmente fazer. Que nem estávamos falando outro dia: temos que separar. As pessoas que têm, digamos, uma responsabilidade maior de articulação nos partidos, no movimento sindical, no MST, enfim, todo mundo que está nesse pacote que vai sofrer duramente, precisam urgentemente pensar uma forma de sentar e de fazer algo. Aí é claro que não vão ter a receitinha, não vão sair de lá com uma orientação manual, mas é preciso pensar os primeiros passos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	29

Preocupa-me muito, em um momento deste, realmente, não termos aqui mais gente, exatamente por isto: quando é que vamos entender que não teremos muito tempo? É aquela velha história do carro rodando, e nós trocando pneu. Porque vai ser assim, a cada dia uma coisa em cima da gente. Vamos ter de sobreviver a tudo isso.

Agora, não existe mistério, é a nossa organização, nossa capacidade de organizar, de mobilizar. O nosso velho modelo deu certo até aqui e nos trouxe até aqui com grandes vitórias, mas só isso não basta mais. Tanto é que estamos vivendo a realidade que estamos vivendo. Se tivéssemos com o fazer acertado, redondinho, não estaríamos na situação em que estamos. Então, temos que fazer autocrítica: estamos falhando de alguma forma.

E, aí, nós que somos da educação... Por que o Escola sem Partido? Por que eles insistem, estão martelando nisso? Eles não vão abrir mão e vão aprovar. É porque é preciso silenciar as pessoas, é preciso silenciar as próximas gerações, os próximos trabalhadores. Não pode ter organização. Esses meninos precisam... Nós teremos que limitar o que falaremos dentro da sala de aula porque esses jovens de hoje não poderão ser os sindicalistas que nós somos. Eles terão que aprender que não têm direito a se organizar, não têm direito a reivindicar, não têm direito à luta. E, para isso, precisa-se aprovar, sim, o Escola sem Partido, que é para ficar um país sem memória, onde o trabalhador não vai saber da história do trabalhador, porque não será permitido contar a nossa versão. Então, por isso é tão importante ir para dentro da sala de aula para dar o recado que tem de ser dado.

Isso é muito mais grave do que podemos imaginar, é um massacre o que se pretende fazer. E a educação é que cumpre esse papel, ela liberta e ela condena. E o que estão pretendendo é isto: oferecer uma educação que é para condenar a nossa juventude a ter simplesmente a função de servir, de servir a um modelo de Estado que não é o que nós planejamos para nós, para nossos filhos, para nossos netos, enfim, para a futura geração. É por isso que a nossa responsabilidade é imensa.

Nós falhamos e estamos com um país hoje que não podemos deixar que dure muito, senão dará muito trabalho para recuperar. Então, por isso que nós que somos dirigentes temos uma responsabilidade muito grande. Vai ser difícil, muito difícil!

No dia seguinte às eleições, primeiro, chorei muito, no domingo; mas, no outro dia, Chico, eu acordei, encontrei com um amigo e aí já não chorei mais. Falei: "Cara, eu estou pronta e acho que agora eu vou começar a ser uma dirigente, porque, até aqui, foi muito fácil". Agora sim é que vamos saber quem aqui realmente veio para lutar, porque, até agora, com o Governo Lula, Dilma, nos últimos vinte anos, trinta, anos, não foi tão difícil assim. Foi, sabemos da dureza, mas acho que agora é que realmente vamos saber quem é que veio para lutar, Chico, para colocar a cara a tapa mesmo. É esse o desafio que temos, companheiros e companheiras. Ou estamos aqui para isso ou temos de repensar os espaços onde estamos, porque são espaços estratégicos e não podemos fazer de conta.

Um beijo para todo mundo. Tenho certeza de que quem está aqui é da luta.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral		30

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, companheira Rosilene. Bela reflexão que você fez. Fez-me lembrar um episódio importante na minha vida, Rosi.

Eu era presidente da CUT – Central Única dos Trabalhadores do DF e o Jair Meneghetti era Presidente da CUT nacional. Aí um dia, Ricardo, o Jair recebeu um convite do Ministro Almir Pazzianotto Pinto para uma reunião com o Pazzianotto e o Ministro Dilson Funaro, que era o Ministro da Economia. E nós fomos. Eu, como Presidente da CUT de Brasília, acompanhei o Jair. Chegando à sala no Ministério do Trabalho, o Dilson Funaro nos disse: “Olha, eu pedi para o Pazzianotto chamar vocês aqui para essa reunião a pedido do Presidente Sarney, mas nós não vamos discutir nada. Nós chamamos vocês aqui porque o Presidente quer dizer para vocês que vocês são importantes, vocês são muito importantes e precisam estar discutindo conosco as coisas. Nós não queremos vocês isolados, largados para lá, porque não sabemos o que vocês são capazes de fazer. Portanto, é importante haver esse diálogo entre nós.”

Eu achei isso interessante porque, se verificarmos esse elemento que foi eleito aí, até agora, o que ele tem feito, Dr. Mário Caron? Almoço com militares, café da manhã com militares, janta com militares. Ele não recebeu uma entidade empresarial, com exceção da UDR – União Democrática Ruralista, que eu achei até que não existisse mais – e das chamadas bancadas fundamentalistas. Ele nunca disse que vai receber uma central sindical, nenhuma, nem a que o apoiou, no caso, a do Paulinho. Portanto, é um elemento que expressa no seu gesto o mais profundo desprezo pela democracia. Mesmo com todos os defeitos que os partidos têm, quem sustenta a democracia são os partidos. O elemento se nega a conversar com os partidos, conversa apenas com as chamadas bancadas temáticas e discute com elas as nomeações de ministros. Isso nos dá exatamente a dimensão do desprezo que ele tem pela democracia. Isso é extremamente perigoso.

Concedo a palavra ao Dr. Mário Caron, nosso companheiro de luta, um desembargador que honra o fato de ser desembargador do trabalho.

SR. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON – Muito obrigado a todos.

Deputado Chico Vigilante, muito obrigado pelo convite. Mesa, senhoras e senhores, cumprimento a todos na pessoa da grande líder com a qual tivemos grandes embates quando presidiu o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Dra. Isabelzinha, uma líder importante nas conquistas de uma categoria que é essencial, mas que é invisível. Meus parabéns! Peço palmas para ela. (Palmas.)

Agradeço, mais uma vez, o convite do Deputado Chico Vigilante, porque acho importantíssimo esse encontro. Estou representando também o GETRIN – Grupo de Trabalho Interinstitucional, um grupo interassociativo. Getrin até parece nome de remédio para caspa, mas é um grupo que vem do programa Trabalho Seguro do TST – Tribunal Superior do Trabalho e reúne várias entidades do poder público e privado, entidades patronais, sindicais e trabalhistas, profissionais. Ele visa justamente à prevenção dos acidentes e busca a melhoria da saúde do trabalhador. Eu fui

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	31

coordenador desse grupo. Hoje, quem o coordena é o Desembargador Dorival e a Juíza Ana Beatriz. Eu estou aqui representando também esse grupo. Acho importante, inclusive, esse grupo – eu que vou redigir – enviar uma carta ou um ofício, não sei, diretamente ao governo de transição, ao escritório de transição no sentido de mostrar a inviabilidade de se extinguir ou fundir o Ministério do Trabalho. De tudo o que já foi dito aqui, a última coisa que eu ouvi é mais ou menos assim: juntar isso, isso, isso e o Ministério do Trabalho. Nós achamos excelente: “Ah, não vai mais extinguir.” Isso, isso, isso. E o Ministério do Trabalho é o último. Não é assim.

O trabalho é especial, o trabalho, numa sociedade, é a base de tudo, de tudo. Berzoini colocou muito bem. Está lá no art. 1º. A gente não precisa nem abrir muito a Constituição. É o art. 1º. É o fundamento da nossa existência como coletivo. É a dignidade da pessoa humana, é a soberania. Mas a dignidade da pessoa humana que passa por aqui, o valor social do trabalho e o valor social da livre iniciativa. Livre iniciativa não é só lucro. É uma obrigação do empresário com a sociedade. É retornar algo para a sociedade e não ficar com tudo. Como já foi dito, não foi nenhum marxista que escreveu. Muito pelo contrário, garantimos a livre iniciativa como fundamento da nossa República, mas com essa obrigação. Obrigação essencial. É no primeiro artigo.

Então, o Ministério do Trabalho já sofre. Faça a crítica aqui que jamais no País nós demos a prioridade necessária a tudo que se relaciona ao trabalho. Justiça do Trabalho é justicinha, porque é do trabalho. Ministério Público do Trabalho é especializado; é aquela coisa, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo tudo. Quem trabalha com saúde do trabalhador, por exemplo, como o CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, não tem dinheiro para comprar papel, um *toner*, nada.

Audidores fiscais, nós temos no Brasil 2.300 para este mundo todo. Isso vem de muito tempo, de muito tempo! Nós resgatamos, desde 2003, apesar de toda essa precariedade, até agora em 2018, 53 mil trabalhadores do trabalho escravo. Apesar de todas as dificuldades e dos dois últimos anos, com várias portarias para achar o trabalho escravo maravilhoso! É um prato de comida, pelo menos!

Eu aprendi que nós estamos apanhando muito. Vejam um dado aqui que eu peguei agora, antes de o Berzoini falar. É um dado do Ministério Público do Trabalho. Foram 653 mortes em três meses no ano de 2018, por acidente de trabalho, ou seja, 7,25 por dia. Veja bem que isso é o que foi notificado. Seria muito maior se nós não tivéssemos esses abnegados do Ministério Público do Trabalho, do Cerest, da Fundacentro, laborando sem nenhuma condição para tentar minimizar isso. Nós temos, neste período, 184.519 acidentes. São os notificados. Para que Ministério do Trabalho? Se, com o Ministério do Trabalho nós já temos essa precariedade, imaginemos sem!

Só para se ter uma ideia, hoje eu li alguma coisa, uma notícia de que, em Brasília, nós estamos em 2 milhões e 900 mil habitantes. Serão 3 milhões, 3 milhões e 100 mil, 3 milhões e 200 mil até 2020. Nós temos 2 milhões e 500 mil crianças trabalhando neste País. É o trabalho infantil. Isso fora o que nós não conhecemos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	32

porque não temos gente para apurar tudo isso. Agora, isso é um erro político do atual, do eleito, do anterior? Não é! Vamos reconhecer. É uma vitória, como falou muito bem a Rosilene aqui. Foi muito bem pensado, gente. O desmonte não vem de agora. Isso está preparado desde 2005. Depois, nós tivemos vários processos, e veio a terceirização. Depois, veio a lei trabalhista, que começou com sete artigos e acabou com não sei quantos – sem um debate! Eu falei isso. Ninguém foi. Eu fui lá e esculhambei na Confederação Nacional da Saúde. Estava lá o empresariado. O Rogério Marinho estava lá e saiu. Tinha que ficar.

Isso foi tudo muito bem arrumado. Nesse ponto, a autocrítica deve ser feita mesmo. A classe trabalhadora foi derrotada. A classe trabalhadora foi derrotada! Nós não podemos fugir disso.

Eu estive aqui, acho, naquela audiência pública da legislação trabalhista. Eu estive aqui. Aqui estava até cheio. Eu me lembro de que, já naquela época, a gente já estava sabendo desse perigo. Tudo bem engendrado.

Eu sei das dificuldades dos trabalhadores. Vejam bem: nós fazemos uma legislação trabalhista nova que acaba com o Direito do Trabalho. Aí eu digo: se não há Direito do Trabalho, para que Justiça do Trabalho? Eu inverteo o pensamento. Eu fragilizo o sindicato, acabo com a contribuição sindical – contra a qual particularmente me coloco, mas dentro de uma realização de um outro contexto. Não é simplesmente cortar aqui, acabar ali, colocar custas ali, pagar honorários aqui, inviabilizar o ajuizamento de ação.

A classe trabalhadora também foi fragilizada através desses sindicatos. A luta está mais difícil. Isso foi pensado. Isso foi articulado com muita gente inteligente. Não é só boçalidade, não. Isso, a classe trabalhadora tem que saber. Nós temos uma Brasília de crianças trabalhando. Quase uma Brasília inteira! Quase um Uruguai! Trabalhando!

Então, é como falaram: o momento é muito difícil. É muito difícil até mesmo porque, na minha opinião, nós não vivemos uma democracia há muito. Eu acho que uma democracia plena tem que ter um equilíbrio social, tem que ter justiça social, e o Brasil está muito longe de ser equilibrado socialmente, muito pelo contrário.

Nós não temos uma democracia plena porque temos muitas aparências. *Impeachments* que não são... É uma democracia Denorex, que parece, mas não é. Cada vez nós temos que notar que há uma agressão maior a essa democracia meramente formal. É democracia só porque eu estou falando aqui? Isso não é democracia.

Sei disso quando eu vejo, por exemplo, um ministro fardado falar que, se alguém fosse solto – e solto apenas por uma decisão judicial –, isso poderia dar uma reviravolta na caserna e haver um Golpe de Estado. Não falou nessas palavras, mas foi claro nesse sentido. Esse militar não foi recolhido ao quartel e a sua tropa não ficou envergonhada do que ele disse?! Nós não estamos vivendo uma democracia! E a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral		33

ditadura deve ser enfrentada sempre! Pisem as rosas. Acabem com elas, mas não vão deter a primavera.

De tudo o que foi dito aqui, o que eu vejo de importante? É a necessidade de uma organização, de uma discussão. Repito aqui o que eu falei lá no outro encontro e que eu não senti isto sair às ruas. Nós estamos, no momento, num cenário horroroso na minha opinião. Nós estamos num momento de saber quem é quem nas suas lideranças, ou sindicais ou dentro de cada área. Nós estamos vivendo naquele exemplo que eu dei lá no passado também. É o momento em que a floresta está pegando fogo. No momento em que a floresta está pegando fogo ou na seca na selva, é algo absurdo: o leão e a zebra bebem água no mesmo lugar. Eles não se atacam. Eles têm uma visão na frente, maior, que é a sobrevivência. Depois do pasto verdejante, aí a vida volta ao normal. As discussões internas da classe trabalhadora devem ser até incentivadas democraticamente, mas, neste momento, vou repetir aqui o que disse aquela vez. Aqui nós tínhamos várias cores, vermelha, amarela, várias centrais: unam-se, misturem essas cores, para que possamos passar este período.

Vou dizer mais, apenas por um simbolismo, o que me veio à mente quando eu estava aqui escutando os colegas. Ao início dos trabalhos, Deputado Chico Vigilante, nós aplaudimos crianças aqui que deveriam ser de uma escola de ensino fundamental. Tenham os senhores, passem para os seus liderados e para outros sindicatos essa imagem. Essas crianças aqui, na Câmara Legislativa, estavam sobre nossas cabeças. Essas crianças estavam acima de todos aqui. Tenham esta imagem: o futuro dessas crianças. Tenham esta imagem: o futuro do Brasil. Olhem para aquela galeria já vazia e vejam como estava há alguns minutos. Não é mais para a gente não. É para aqueles meninos, para eles terem consciência, inclusive, de construir algo além. É isto o que eu peço para vocês: união com autocrítica, união, união. E até à vitória sempre.

Obrigado. (Palmas.)

**PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA)** – Eu confesso que esta tarde está sendo realmente maravilhosa, esta tarde de quinta-feira. Inclusive, Ricardo, eu tinha combinado com o Dr. Mário Caron e com o Dr. Grijalbo de a gente repetir este tipo de debate, Rosilene, nas cidades. Já que Maomé não está indo à montanha, a montanha vai a Maomé. Vamos organizar nas cidades este tipo de debate, trazer o povo para discutir, para ouvir, porque muitas vezes ouvir isso do Deputado Chico Vigilante... "Ah, o Chico..." Mas ouvir do desembargador tem peso.

**SRA. ROSILENE CORRÊA** – Deputado Chico Vigilante, antes de você passar a palavra, empresta-me só trinta segundinhos. Sobre a importância do emprego que todo mundo está falando aqui, a gente pensa sempre no adulto. Nós estamos vendo uma realidade lá dentro do nosso sindicato. Há uma escola aqui do Plano que eu visitei há uns meses e uma professora me acompanhou e falou: "Rosilene, a gente está com um problema com um aluno aqui, que é um excelente aluno e tal, de uma família muito carente, e ele tem tido muita depressão, até já tentou se matar, tem problema em casa, com a mãe... tem como arrumar um estágio lá para ele?". Aquilo me tocou. Aí eu cheguei, articulei com a direção, porque não é prática nossa, e colocamos o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	34

menino para trabalhar no Sinpro. Gente, é outra pessoa! Ele é o mais velho e quer cuidar dos irmãos. Emprego era o que ele precisava. Ele se sentiu gente, com capacidade de cuidar dos irmãos. Então, quando a gente fala o que significa o trabalho...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Obrigado, Rosilene. O Max vai só se despedir. Em seguida, nós vamos ouvir – ainda bem que o plenário todo está aqui – o Dr. Guilherme.

SR. MAX LENO DE ALMEIDA – Sim, Deputado, eu leciono agora à noite e gostaria, mais uma vez, de agradecer o convite para a audiência e poder participar deste momento. Coloco-me à disposição para outras iniciativas, tanto na Câmara, como também em atividades sindicais, tanto sob o ponto de vista de reflexões, debates e para esses desafios que estão aí colocados.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado Max Leno de Almeida.

Passo neste momento a palavra ao Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Sr. Guilherme Guimarães Feliciano.

SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Boa tarde a todos, boa tarde Deputado Chico Vigilante, meus queridos colegas Grijalbo Coutinho, meu querido colega Caron, demais membros da Mesa, Ministro Ricardo Berzoini, dirigentes sindicais que aqui estão, eu, inicialmente, me escuso pelo horário em que cheguei, eu estava no Ministério do Trabalho.

O atual Ministro do Trabalho, Ministro Caio Vieira de Melo, está discutindo a automação Indústria 4.0, que foi até objeto de referência anterior aqui, e alternativas de regulação. E a Anamatra tem um projeto, na verdade, um anteprojeto, de regulamentação do art. 7º, inciso XXVII, da Constituição, que, há trinta anos, prevê o direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais à proteção contra os efeitos nefastos da automação.

Quem é do setor bancário sabe bem o que foi a automação, e o que isso representou – e está sendo ainda – em termos de desemprego e de prejuízo no campo dos direitos sociais. E é uma promessa constitucional que está ali. Evidentemente não pode ser – como se dizia antigamente – um mero preceito programático. Se está na Constituição, é norma, se é norma tem de ter efetividade.

Há trinta anos a sociedade aguarda que isso se regule, porque a Constituição sempre disse “nos termos da lei”, e essa lei jamais foi aprovada. Então, a Anamatra esteve lá para oferecer a sua contribuição. E assim que terminou – a organização é do Desembargador José Eduardo Chaves, de Minas, que estava aí também –, viemos para cá.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	35

Então, sem mais, eu principio por dizer que o Presidente eleito tem, digamos, se manifestado com idas e vindas a esse respeito. Inicialmente, não haveria mais Ministério do Trabalho; depois, haveria; porém, seria Ministério do Trabalho, mais isso e aquilo. Ainda não sabemos bem o que é isso e aquilo, mas recentemente se falou em tornar o Ministério do Trabalho uma secretaria, e assim vamos, sem muita certeza do que virá a esse respeito.

O que nós podemos é, desde logo, dizer o que vai representar uma supressão do Ministério do Trabalho, ou uma absorção do Ministério do Trabalho, ou um esvaziamento do Ministério do Trabalho. A associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho já antecipou, inclusive, o seu ponto de vista a respeito disso. Uma nota técnica foi publicada há duas semanas e foi assinada não apenas pela Anamatra, mas também pela Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, que estava aqui representada pela sua nova Presidente; pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, representada pelo Dr. Ângelo Fabiano; pelo Procurador Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Fleury – este subscreveu a nota e, portanto, falou por toda a instituição, por todo o Ministério Público do Trabalho –; e pelo Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho. O Colepccor também assinou esta nota. Portanto, essa visão de mundo não é apenas uma visão de mundo da Anamatra, mas dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, pelas suas mesas diretoras. O que eu vou dizer aqui é algo que foi dito nessa nota, e algo mais do que nós temos acumulado, desde então, de pensamento crítico a respeito desse assunto.

Evidentemente, a nossa posição é absolutamente contrária a qualquer desses fenômenos que mencionei – a extinção, a supressão, ou a absorção, ou a repartição das atuais funções, o que significaria esvaziamento –, basicamente por três razões, ou por três eixos de razões. Primeiro, um eixo político simbólico, que já foi em várias falas aqui enfatizado. Segundo, um eixo econômico-financeiro, a respeito do qual eu tenho ouvido falar pouco, e talvez seja o mais relevante nessa discussão. Então, é importante que se chame atenção para isso. Terceiro, um eixo técnico-jurídico ligado ao cumprimento da legislação trabalhista.

Do ponto de vista político simbólico, isso já foi dito, há uma semana eu falava para algumas emissoras de rádio exatamente sobre o 88º ano de existência do Ministério do Trabalho no Brasil. Não é pouca coisa, é quase um século. O Ministério do Trabalho tem mais tradição na República do que alguns ministérios hoje, muito festejados, como o Ministério do Desenvolvimento e o Ministério das Cidades, que, no entanto, são ministérios mais recentes.

Nós temos que antecipar o que de fato isso significa para a estrutura jurídica da República. Isto foi dito pelo Ministro Berzoini e também pelo Dr. Mário Caron: no artigo 1º da Constituição, que estabelece os fundamentos da República, a expressão é fundamentos da República, não são nem princípios. O inciso III refere-se à dignidade da pessoa humana. O inciso IV refere-se aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Há quem diga inclusive que, não por acaso, o constituinte originário, em primeiro lugar, citou o trabalho e depois a livre iniciativa. Isso seria no sentido de que,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	36

onde houver tensão insolúvel entre esses dois valores, o legislador deveria dar prevalência ao valor social do trabalho. Mas eu nem entro nessa discussão. O fato é que estão ali pareados, de modo que não faz sentido haver um ministério que vai, por exemplo, preocupar-se com a indústria e o comércio – como de fato haverá –, e não existir um ministério que vai se preocupar com o trabalho.

Pode haver aqui mesmo, e deve haver, uma discussão de constitucionalidade, porque na estrutura administrativa que o Poder Executivo federal constrói, tem de haver um norte, primeiro, que é o texto constitucional. Não é possível subalternizar, no campo da organização dos ministérios, um valor constitucional que está eleito pelo constituinte originário já no primeiro artigo da Constituição da República.

O Ministério do Trabalho teve muitas conformações. De fato, ele já foi aduzido a outras pastas. Originalmente, inclusive, era Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Já chegou a ser, nesses 88 anos, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego, e atualmente é Ministério do Trabalho. O fato é que, desde a sua criação, sob Getúlio Vargas, até os dias de hoje, passando pelos períodos de exceção que nós vivemos, inclusive o pós-64, esse ministério sempre foi preservado pelo seu papel político, pela sua simbologia.

O Ministério do Trabalho não diz respeito a este ou àquele governo, diz respeito ao Estado brasileiro, e não pode ser suprimido exatamente por isso. Então, é importante que se tenha clareza quanto a isso. Ele nunca perdeu o status de ministério, nunca. De tal maneira, que, no final das contas, o que nós estamos discutindo é que – se o Ministério for absorvido, se ele for suprimido ou se de alguma maneira desaparecer ou for transformado em secretaria – nós estaremos vivendo um retrocesso que nos reportará, nos remontará aos anos 20 do século passado. Se ele for agregado – eu já ouvi diversas versões aqui nas andanças por Brasília – em um ministério da produção, com todo o respeito, isso me lembra os tempos do corporativismo, que em larga medida informou exatamente o Estado Novo varguista.

Imaginar que se pode colocar tudo no mesmo balaio, como se fosse a mesma coisa, sob os cuidados – na verdade, sob a tutela – do Estado... O ministério da produção era o que lá atrás, há oitenta anos, justificava entre os juristas o chamado princípio do rendimento, de que ainda há um resquício no art. 8º, *caput*, parte final, da CLT. Basicamente dizia o seguinte: empregadores e trabalhadores, vocês estão diante de um interesse maior, que é o interesse da Nação. Portanto, a atividade produtiva tem de render. O resto é subalternizado a esse interesse.

Bom, bonito de se falar, não é? Vamos ler as entrelinhas? As entrelinhas diziam: a greve é ilícita no Brasil porque ela prejudica o rendimento da empresa. E não à toa, a chamada Constituição Polaca, de 1937, dizia textualmente que a greve ou locaute eram recursos antissociais. Não à toa, até hoje, no texto da parte especial do Código Penal, há ali um artigo que, se bem lido, criminaliza greve em atividades essenciais. É claro que qualquer penalista minimamente antenado com os novos valores constitucionais sabe que esse tipo penal não foi recepcionado, mas ele ali previsto. A interrupção dolosa, intencional de atividades e obras de interesse público

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral		37

ou serviços de interesse geral está ali tipificada como crime. Obviamente não é mais, porque o art. 9º da Constituição consagrou o direito de greve. O que antes era um ilícito, hoje é um direito social. E assim se evolui. Nós estamos falando aqui de evolução do Direito. Guardem isso porque vou voltar a esse ponto.

Se houver uma, digamos, conjunção de pastas – como seria um Ministério da Produção, como seria um Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, também ouvi essa hipótese –, aí estaremos retrocedendo ao final dos anos 30, mas ainda assim é retrocesso. Desde então, o Ministério do Trabalho se concatenava apenas com pastas de perfil social, e não pastas de perfil econômico. Portanto, simbolicamente, emblematicamente, suprimir o Ministério do Trabalho, subalternizá-lo, reduzi-lo a uma secretaria é notório retrocesso. Nós só vamos discutir de quantas décadas, mas é retrocesso.

O segundo ponto é muito importante. São os aspectos econômico-financeiros. Sob os cuidados do Ministério do Trabalho, está hoje um ativo de aproximadamente 1 trilhão de reais. Eu estou falando do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que em ativos deve ter em torno de 650 milhões, e do Fundo de Amparo ao Trabalhador, mais uns 300 milhões. Isso, bem ou mal, será sempre, em alguma medida, coordenado pelo Ministério do Trabalho. Assim tem sido, inclusive com políticas que são sistêmicas, políticas convergentes. Um exemplo clássico disso é a utilização dos recursos do FAT para o seguro desemprego no caso da libertação de trabalhadores em condição análoga à de escravo. Foi uma alteração da Lei do Seguro Desemprego, inclusive para contemplar essas hipóteses, para permitir que esses trabalhadores que são resgatados possam ter alguma condição de sobrevivência, até serem reinseridos no mercado formal de trabalho, e não numa situação de violência aos seus direitos humanos.

Mas aqui eu estou concatenando políticas do Ministério do Trabalho, como a política de fiscalização da Secretaria de Inspeção do trabalho por um lado, e as verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador de outro lado. Temos visto essas denúncias todas de desvios. Evidentemente esses desvios quanto às verbas que estão sob a gestão do Ministério do Trabalho têm que ser combatidos. Isso é evidente, mas nada tem a ver com qualquer visão que pretenda tirar esses fundos, esses ativos da gestão do Ministério do Trabalho, porque, obviamente, esses ativos devem ser geridos com uma perspectiva social.

Por isso, em uma pasta de perfil social como é o Ministério do Trabalho, se for para uma outra pasta, ou se for gerido por uma pasta, digamos, híbrida, que interesses serão objeto dessa nova gestão? Portanto, isso também nos preocupa e é mais uma razão pela qual esses fundos têm de continuar sob a gestão do Ministério do Trabalho.

Por fim, evidentemente ainda nessa linha, temos de perceber que qualquer esvaziamento que envolva inclusive fundos significa também perder de vista – ou correr risco de descontinuação – as próprias políticas públicas que estão sendo realizadas pelo Ministério do Trabalho.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	38	

Aqui eu cito algumas que interessam de alguma maneira ao próprio patronato: implantação da Escola do Trabalhador no sistema penitenciário para a qualificação de detentos e egressos, como forma de oferecer alternativas de retorno ao mercado de trabalho; implantação da Escola do Trabalhador nas 27 Superintendências Regionais do Trabalho; convênio com os Correios para a distribuição de carteira de trabalho e previdência social; consignado do celetista; regulamentação da disponibilização de verba do Banco do Brasil para capital de giro de micro e pequenas empresas; viabilização, junto ao Banco do Brasil, de um total de 200 milhões para microcrédito orientado. E por aí vai.

Naquela nossa técnica, nós nos referimos aqui a pelo menos quinze políticas públicas que hoje têm sido tocadas pelo Ministério do Trabalho, inclusive a partir desses fundos. O que acontecerá se nós tivermos um esvaziamento, uma subalternização ou até uma absorção do Ministério do Trabalho com essas políticas? Então, é preciso ter cuidado com isso.

Por fim, eu falava de um terceiro eixo, que diz respeito ao aspecto técnico-jurídico quanto ao cumprimento da legislação do trabalho. Aqui eu me refiro essencialmente a um detalhe. Na verdade, não um detalhe, mas uma função eminente do Ministério do Trabalho que diz respeito à fiscalização do trabalho, e que hoje está com a Secretaria de Inspeção do Trabalho, a qual tem toda uma tradição no Brasil.

Hoje já é realizada de maneira insuficiente, porque nós não temos no Brasil auditores fiscais do trabalho bastantes para a necessidade da realidade nacional. Temos falta de pessoal, e os concursos públicos para o cargo de auditor fiscal do trabalho há muito tempo não se realizam. Então, nós já temos um déficit nessa área, mas, de todo modo, temos uma gestão feita dentro do Ministério do Trabalho, a partir da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Entre as versões, uma delas era a de que a fiscalização do trabalho passaria para o Ministério da Justiça. Nada contra o Ministério da Justiça, mas este Ministério não tem expertise nenhuma nessa área, e, bem ou mal, a fiscalização terá de ser implementada às políticas do Ministério, até numa perspectiva de gestão sistêmica, senão não faz sentido ter ali uma secretaria para isso. E qual será essa política? Perde-se, de novo, o elemento social.

Fiscalização do Trabalho é tema do Ministério do Trabalho, necessariamente. Isso não pode, evidentemente, sair de lá. A própria ideia de integração dessas várias políticas que são levadas a cabo pelo Ministério do Trabalho hoje consta de lei. Se tiverem tempo, vejam: é a Lei nº 13.502, de 2017, que refere todas essas políticas e a maneira como elas devem atuar de modo integrado.

Então, é preciso inclusive alertar para o fato de que fazer alterações dessa maneira, por meio de decreto, primeiro, evidentemente pode ser uma violência aos próprios princípios constitucionais, à própria ideia de que o trabalho é um fundamento da República; e, segundo, se não for isso, numa visão mais positivista, mais pé no chão, uma violação à lei, que prevê que essas políticas devem ser realizadas de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral		39

maneira integrada. Evidentemente, repassá-las para ministérios diversos ou para pastas diversas é uma maneira de desintegrar essas políticas.

Já passei o meu tempo, portanto, termino. Já que ouvi aqui nas falas anteriores algumas referências, algumas até poéticas, resolvi fazer uma também. Quando se fala tanto em modernização, em futuro, via Ministério do Trabalho, na verdade a discussão é sobre o futuro do trabalho, e nisso entra o tema da automação. Eu me lembrei de uma peça de Shakespeare e de uma passagem, que diz muito sobre os nossos tempos.

A passagem diz o seguinte: "Não, Tempo, não zombarás de minhas mudanças! As pirâmides que novamente construístes não me parecem novas, nem estranhas; apenas as mesmas, com novas vestimentas. É preciso ter muito cuidado com o que se apresenta como novo, porque, às vezes, esse novo é o velho mais curtido que se apresenta sob novas vestes."

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Dr. Guilherme, pela brilhante contribuição que o senhor nos trouxe nesta tarde.

Nós vamos ouvir três companheiros do plenário que estão inscritos – dois companheiros e uma companheira –; depois nós vamos para as considerações finais da Mesa.

O primeiro inscrito é o Oton Pereira Neves, Diretor do SINDSEP/DF – Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF.

O Dr. Guilherme vai ter que ir ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por isso a gente o libera, agradecendo, mais uma vez. O senhor será convidado para outros debates que nós vamos promover.

SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Virei, com certeza. Foi uma honra.

Eu me desculpo, porque não há nada mais deselegante do que isto: chegar tarde e sair cedo. Enfim, acabei de receber um chamado, e tenho que dar um pulinho lá.

Parabéns, mais uma vez, Deputado! Já foi um sucesso, e estamos à disposição. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado.

SR. OTON PEREIRA NEVES – Boa tarde a todos.

Primeiro eu quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante por, de uma forma muito merecida, ser reeleito, e também pelo debate.

Cumprimento os companheiros da Mesa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	40

Eu fico impressionado como em dez, quinze minutos vocês conseguem transmitir tantas informações preciosas.

Acho que o momento nosso não é nem de desânimo nem de desespero. É o momento que nós temos que, a partir da realidade, ter a força necessária para reestruturar, repensar e continuar a luta. A gente já teve momentos muito mais difíceis e traumáticos na vida do nosso País. Conhecer a realidade é que está um pouco difícil.

O Deputado Chico Vigilante estava falando, ou alguém da Mesa falou das poucas presenças aqui. Isso realmente é o que eu estou vendo como uma das dificuldades, apesar de que o nosso sindicato está aqui com oito companheiros.

A gente vem batendo nisso, mas a gente está vendo uma dificuldade muito grande não dos trabalhadores, mas especialmente dos dirigentes sindicais para se apropriarem das informações, da situação. Você só pode combater uma realidade a partir do momento em que você a conhece.

Então, essa proposta, Deputado Chico Vigilante, de levar esse tipo de debate para as cidades-satélites tem que ser posta em prática – acho que é uma ideia muito boa –, talvez até com a participação dos sindicatos. Há servidores federais em todas as cidades de Brasília.

A SRTE/DF – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Distrito Federal, antiga Delegacia do Trabalho de Taguatinga, é extremamente movimentada, e a gente precisa fazer esse debate lá, inclusive. Evidentemente a gente não precisa levar um arsenal desses para fazer esse debate, porque a gente sabe do tempo de cada um.

Portanto, eu estou realmente animado. Sem querer discordar da companheira Rosilene, acho que o problema não é uma receita, a receita está aí; o problema é a gente procurar dialogar com a base.

As novas ferramentas de redes sociais, a gente tem que utilizar igual alguém já utilizou fumaça antigamente, mas acho que o grande e primeiro problema do movimento sindical, que eu acompanho de muito perto, é a gente se apropriar da realidade, é a gente poder dialogar com a base. Isso está faltando no trabalho de base que foi uma das principais, também acredito, funções do nosso querido Berzoini, quando ele era delegado de base, e isso foi fundamental. Então, estou sentindo essa falta, mas, por outro lado, confesso a vocês que estou otimista, porque caímos, mas caímos de pé, já que temos 56 Deputados, temos 48 milhões de votos, temos muita coisa.

Sobre o Ministério do Trabalho, realmente, a minha preocupação é o sofisma que está sendo utilizado: “Ah, vou manter o Ministério do Trabalho”. Aquietou lá os servidores do Ministério do Trabalho que fizeram um movimento sem o sindicato, puxados, inclusive, pelas chefias, e eles estão achando que está resolvido o problema. Pelo contrário, o Moro deve tomar conta da fiscalização, o Paulo Guedes vai tomar conta da grana, e, na parte da assistência, vai ficar qualquer ministério que ele invente

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	41

ai para de novo fingir. Igual foi o programa Mais Médicos em que não conseguiram nem a inscrição suficiente para substituir os médicos cubanos e, dos que se inscreveram, apenas 10% se dispõem. Quer dizer, é uma mentira atrás da outra e nós estamos – repito, para terminar – muito acomodados por não estarmos absorvendo essas informações, porque você somente pode dar aquilo que você tem. E a gente não vê os nossos dirigentes em Brasília – que são mil dirigentes sindicais liberados – nesse tipo de atividade, ai realmente é uma preocupação que nós temos que superar.

No mais, a luta continua e estou confiante de que a gente vai reverter essa situação. Como diz o companheiro Berzoini, “nada resiste à realidade”.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito Obrigado, Oton.

Convido o Sr. José Pereira Dias, diretor do SINDPREV – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência.

SR. JOSÉ PEREIRA DIAS – Boa tarde para todos, Deputado Chico Vigilante, demais, Sr. Berzoini, eu estou à vontade em ver o senhor. Eu sou o José Dias, faço parte da direção colegiada do Sindprev, eu, o companheiro Adão e aquela turma.

Sinceramente, o que o companheiro Oton falou aqui é a pura verdade. Por exemplo, vários diretores sindicais estão liberados, e os companheiros não estão aqui. Eu pertenco a uma base, já que eu fui criado em Sobradinho, então a minha base é Sobradinho, é Planaltina e é aquele hospital, pois trabalhei lá muito tempo. Inclusive, eu me aposentei por lá.

Eu sou da época da ditadura mesmo. Eu trabalhei no Hospital das Forças Armadas por 23 anos e eu sou da época do Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Brizola e depois companheiro Lula. Quantas vezes fizemos movimento aqui, na época dos militares, em que enfrentamos os militares na Praça dos Três Poderes. Passávamos em frente ao Ministério do Exército e eles botavam as armas em cima da gente. Derrubamos. Conseguimos. Depois veio o Collor. O que o Collor aprontou com a gente? Eu morava no Cruzeiro, ele fez aquela disponibilidade, e nós perdemos muitos companheiros. Inclusive vários companheiros que votaram nele se suicidaram.

Há uns quinze dias mais ou menos, quando participamos daquela plenária da CUT – não é companheiro, Oton? – os senhores falaram para a gente que uma possibilidade e uma das prioridades desse Bolsonaro que vem ai é de fazer outra disponibilidade. Agora, imaginem bem, a nossa responsabilidade. Nós estamos tendo dificuldade de participar, de ir para a base, a base está desacreditada.

A gente, para chegar aos locais, não pode ir de vermelho. Tem que ser disfarçado e passar os uniformes individuais, porque os ataques que vêm realmente são grandiosos. O pessoal está desmobilizado, mas jamais podemos perder as esperanças. Olhem bem para trás e vejam o que conseguimos, gente. Agora, deixar

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	42

se dismantelar assim por uma pessoa que cresceu em cima das inverdades. Cresceu em cima das inverdades. Sinceramente...

Então, companheiros, eu gostaria de falar que eu estou animado. Já tivemos muitas vitórias, estou animado, temos condições de reverter esse quadro indo para cima mesmo, mas com sabedoria, avançar com sabedoria e recuar também com sabedoria. Não tem nada perdido, nosso País é maior do que Bolsonaro, maior do que Mourão, maior do que todo mundo.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, companheiro José Pereira.

Convido agora a fazer uso da palavra a nossa companheira Maria Isabel Caetano dos Reis.

SRA. MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS – Eu me inscrevi para falar porque o maior discurso aqui foi sobre terceirização.

Eu quero chamar a atenção, pena que o plenário está vazio. Isso veio desde o início, quando estavam armando o que fizeram com a Dilma, e o povo achou que não ia acontecer. Então, não adianta passar aqui na Câmara Legislativa, mostrar para procuradores e para juízes que estão aí..., e não ficar até o final. Por exemplo, eu, do SINDSERVIÇOS – Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal, fui avisada com antecedência para organizar a minha vida e poder estar aqui hoje, não foi uma coisa em cima da hora!

Então, não dá para dizer que está com medo, que está com isso, botar tudo em cima da terceirização! Não vamos enganar a nós mesmos. Aí vou pedir desculpas aos magistrados que estão à Mesa, não sei se aconteceu com eles, todo brasileiro votou nesse cidadão, por isso que ele arrota: "Fui eleito com o voto do povo". Gente, quem está aqui eu sei que não votou nele, também não votei, mas nós vamos colocar uma venda aqui e dizer que não foi o povo? O povo votou, inclusive a nossa base, inclusive a nossa base! Eu não posso falar aqui no Judiciário porque é uma coisa que eu não conheço, mas aqui tem sindicalista, funcionário público, terceirizado, comerciante, e até sindicalista votou! Então, não vamos tampar o sol com a peneira, porque peneira não tampa chuva e muito menos sol. É isso que temos que ver.

Outra coisa, não lembro se esses procuradores e juízes estavam lá, mas a ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e tribunal cansaram de fazer audiência para não passar a reforma trabalhista. Quantos sindicatos estavam lá? E não é porque quero ser a rainha da cocada preta não, que nem bonita eu sou, é porque eu tenho responsabilidade. Só estava eu do meu sindicato... (Falha na gravação.) ... como hoje não está aqui, como hoje não está aqui. Aí é como minha mãe dizia: "Quem sabe a goteira da casa é quem mora dentro dela". Então, não tentem tampar o sol com a peneira não, falar bonito, dizer: A base, a base... Não soubemos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	43

aproveitar a oportunidade que nós tivemos. Tribunal fez, a Anamatra fez e disseram o que ia acontecer com a reforma trabalhista.

Primeiro fizeram o que fizeram, tiraram a Dilma, e aí foram armando. O Michel Temer já tinha preparado o boneco para fazer o que eles queriam, já tinha preparado! E aí o povo se acomodou, o povo se acomodou. Por exemplo, aqui foi dito, o povo está tão iludido, que você vê trabalhadores fazendo propaganda para o Governo Federal: "Trabalhar em casa está muito bom, eu não levo meu filho para a creche, eu arrumo minha casa, eu faço..." Eles estão dizendo que está uma maravilha para eles, e eu faço o meu trabalho. Só que nós sabemos que pode-se trabalhar por hora. Para ela dar conta, ela não vai levar o menino na creche, mas vai ter que levar o menino para o colégio, vai ter que fazer as coisas que fazia. E quando é que ela vai fazer esse trabalho? De noite. É de noite que ela vai fazer.

Então, é muita coisa que a gente tem que pensar, não é só falar em reforma trabalhista e que houve golpe. Foi dito aqui para quem conhece a lei. Isso já se vem fazendo há muito tempo, só que, infelizmente, quando nós pegamos o poder, nós nos esquecemos de trabalhar.

Hoje eu fico preocupada quando alguns falam aqui que nós temos que lutar, que nós temos que ir para a rua. Com o Michel Temer, já era cavalo, PM, bala de borracha, pimenta, PM quebrando vidraça e dizendo que erámos nós. E agora vai ser canhão, porque só tem coronel no poder agora, no governo. Eu aguento uma bala de canhão? Não vai sobrar nada nem para enterrar. Entenderam? Então, vamos baixar a bola.

Quantos? Berzoini disse aí. Mas, naquele tempo, era mais fácil, porque eles pensavam que nós não iríamos conseguir fazer o que nós fizemos. Agora eles sabem que nós somos capazes. Eles não vão dar brecha para nós, gente.

Você já pensou num professor terceirizado? Não é porque nós não temos capacidade, não. É porque ele não vai ter motivo. E, se ele estiver do lado de lá, ele pouco estará interessado pelos nossos filhos. O que eles estão dizendo com "regenerar preso para poder trabalhar"? Para escravizar.

Eu paro por aqui. Eu só quero que façam uma reflexão, porque oportunidade nós tivemos. A Justiça votou a nosso favor. Nós é que não soubemos trabalhar. Cansei de ir e ficar sozinha no plenário e com vergonha, porque não tinha um sindicalista, porque achava que era o rei da cocada preta. Agora pegue: bomba, tiro. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A Dona Isabel falou um bocado de coisas que eu gostaria de falar, só que eu não posso, não é? Mas a realidade é essa. A gente faz um esforço danado.

Nós tivemos aqui uma rodada de seminários, de debates nesta Câmara em conjunto com o Senador Paulo Paim. Trouxemos o Ricardo uma série de vezes, o Dr. Caron, o Dr. Grijalbo. Eles estiveram aqui o tempo todo. A gente discutiu e disse o que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	44

iria acontecer. Não precisava ser oráculo para dizer o que iria acontecer. E aconteceu. Mas parece que não despertaram ainda.

E os caras agora vão trabalhar no sentido da enganação, de jogar pobre contra pobre. Pensem quando começarem a sair as chamadas auditorias dos programas sociais. Pensem no desastre que vai ser isso. Eles tentarão dizer que os trabalhadores foram beneficiados, mas não dizem os bilhões que vão para os bancos.

A questão da criminalização dos movimentos sociais. Eu estou cansado, Dona Isabel, de ver trabalhador terceirizado, pobre falando mal do MST. E fala mal sem saber o que é o MST. Eu tenho me empenhado bastante para tentar dizer o que é o MST. E o que estamos vendo agora? Estão pegando os acampamentos, Dr. Grijalbo e Dr. Caron, estão pegando os assentamentos produtivos e tomando-os, porque é a maneira que eles encontraram para destruir o MST.

Os sindicatos... Cansei de ver trabalhadores dizerem... A direita é inteligente, senão não estaria no poder há quinhentos anos. O que eles fizeram? Falaram como se a única coisa que prejudicasse o trabalhador fosse o imposto sindical. Quando eu vejo hoje os companheiros da minha base, que são os vigilantes, falando alguma coisa, eu digo: "Bicho, escuta aqui. Com a reforma trabalhista, tiraram em média 5 mil e 400 reais de cada vigilante por ano, que são da intrajornada, do adicional noturno, do feriado em dobro. Tudo isso, tiraram". Dá cinco mil, duzentos e poucos reais. Eu falei: "E você trocou tudo isso por 67 reais, que era o valor do imposto sindical que vinha para o sindicato".

Falamos que os caras ganharam a eleição em cima de *fake news*. Eles ganharam a eleição em cima, desculpe a expressão, da tal da mamadeira de... em cima do tal do *kit gay*, que é um bicho que eu nunca vi!

Levantaram agora outra discussão, que não sei o que é também. Até sei... Quando eu pergunto para os mais vorazes defensores do Bolsonaro o que é a tal de ideologia de gênero. Quem combate a chamada ideologia de gênero não sabe o que é ideologia de gênero. Entretanto plantaram isso na cabeça deles. E eles acham bonito, porque tem idiota para tudo. O cara vai nos Estados Unidos, reúne-se com o último escalão do Trump e sai todas as horas nos jornais dizendo que está se reunindo com a alta cúpula da Casa Branca.

SR. RICARDO BERZOINI – E hoje o próprio bateu continência para um subalterno do Trump.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Não é? Se fosse de um governo sério, aquele subalterno do Trump talvez fosse recebido no Brasil por um capitão do Exército, um tenente.

O que eles querem fazer? Há uma coisa mais grave: estão insultando a China, estão dizendo que vão se aliar com os Estados Unidos para destruir Cuba e Venezuela, estão tentando importar o terrorismo para o Brasil com essa maluquice da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	45

transferência da embaixada de Telaviv para Jerusalém. Tudo isso vai mexer com os trabalhadores. E temos o dever de dizer isso.

Entretanto, você chama para a assembleia, e dizem: “Qual é o reajuste que eu vou ter?” Portanto, é complicado, mas a gente tem que enfrentar isso.

Para as considerações finais, concedo a palavra ao Sr. Ricardo Berzoini.

SR. RICARDO BERZOINI – Eu queria fazer um registro e dar uma opinião rápida. O registro é o seguinte: em janeiro, fará quinze anos que três fiscais do Ministério do Trabalho e um motorista do Ministério do Trabalho foram assassinados por alguns fazendeiros. Eu não gosto de generalizar e falar: “ah, foram assassinados pelo agronegócio”. Não, por alguns fazendeiros aqui de Unai. Eu era Ministro do Trabalho. Tomei posse no Ministério do Trabalho no dia 27 de janeiro de 2004, depois de passar pela Previdência. No dia 28, eu cheguei para trabalhar de manhã, e a Ruth, que era secretária de inspeção de trabalho, falou: “Ministro, uma tragédia. Mataram quatro companheiros nossos”. Eu me desloquei de helicóptero lá para o local e vi a cena horrorosa. Depois fui com o falecido e saudoso José Alencar, porque o Lula estava no exterior, para Belo Horizonte para participar do funeral.

Não sei se vocês viram, saiu a notícia nesta semana de que os Mânica, mandantes do crime, ainda estão soltos. O Lula está preso em Curitiba, sem provas, mas os Mânica estão soltos ainda. Então, vai fazer quinze anos. Anularam agora o júri porque um dos irmãos assumiu a responsabilidade pelo outro, só para ganhar tempo.

Eu acho que valeria a pena, Chico, a gente pensar aqui junto com a CUT, Rose, junto com as entidades representativas dos magistrados, junto com as entidades representativas dos procuradores, junto com outras centrais de outras entidades, programar para o dia 27 ou 28 de janeiro do ano que vem, já com o governo fascista, um ato em desagravo, em protesto a essa lentidão judicial absurda em relação ao caso de assassinato de quatro pessoas em que, até hoje, não se teve a responsabilização dos mandantes. Os assassinos, uma parte deles está presa, mas os mandantes não estão presos.

Então, esse é o registro que eu queria fazer, porque acho muito importante. Dia 28 de janeiro de 2019 faz quinze anos e o Estado brasileiro ainda não deu conta de fazer justiça. O filho de um dos fiscais, na época, tinha 10 anos; e eu, na época, prometi, como Ministro do Trabalho, que íamos fazer de tudo para que se fizesse justiça. Imagina o menino de 10 anos hoje está com 25 anos e certamente está com essa marca ainda muito presente na sua vida.

A questão seguinte é: temos um problema concreto, o movimento sindical brasileiro, na minha modesta opinião, está bastante burocratizado e sem mecanismos efetivos de cobrança de responsabilidade e de criação de novas formas de mecanismos de mobilização. Eu falo isso como sindicalista, não me colocando à parte do problema. Não adianta ficarmos nos lamentando, temos de ter alguma forma de elaborar políticas para isso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	46	

Em 1919, o movimento sindical e político italiano de esquerda viveu a mesma crise, há cem anos. E o Gramsci já teorizava sobre essa questão da burocratização. Será que não está na hora de fazermos uma reflexão mais profunda sobre esse fenômeno da burocratização, da acomodação e do envelhecimento, sem renovação, do movimento sindical? Eu acho que está. Na minha opinião, ou fazemos isso, ou a capacidade real de enfrentamento vai ser baixíssima. E aí vamos contar só com os acidentes de percurso, que também acontecem, porque, às vezes, a mobilização acontece apesar da direção, não a partir da direção!

Eu vivi, muitas vezes, situações no movimento sindical em que a diretoria estava mais acomodada que a categoria. A gente tinha brigas imensas com a diretoria do sindicato porque percebia que a diretoria estava conformada, acomodada, achando que é assim mesmo. “Ah, o povo votou.” É verdade, o povo votou. E a democracia é assim, às vezes, o povo vota errado. Votou no Collor e fomos lá, lutamos e lutamos, enfrentamos, apanhamos, alguns de nós fomos presos, para romper com aquele ciclo conservador. Depois veio o Fernando Henrique, que reprimiu duramente a greve dos petroleiros de 1995.

Uma das táticas que os governos usam quando querem assustar, provocar o medo, é pegar o primeiro movimento, do primeiro ano de governo, e dar uma paulada na cabeça para amedrontar o resto. Então, vamos saber que isso vai certamente ser uma das hipóteses que podem acontecer. Nós temos de saber como é que a CUT age numa situação como essa, como é que as centrais sindicais se unem.

Hoje, eu estava almoçando com o Vagner Freitas, presidente da CUT, e propondo para ele juntarmos as centrais, para discutir esse tema da previdência de uma maneira mais estratégica, não ficar simplesmente na reação! Nós não temos o direito de só reagir em relação a esse tema.

A previdência social no Brasil é de 600 bilhões de reais por ano. Aqui foi dito do Fundo de Garantia e do FAT. Se juntar a previdência, Fundo de Garantia e FAT dá mais de um trilhão de reais. Se o Fundo de Garantia for sucateado pelo Paulo Guedes, acaba o Minha Casa Minha Vida; se o FAT for sucateado pelo Paulo Guedes, acaba o seguro-desemprego. Ou seja, nós temos a obrigação de sair da rotina burocrática do dia a dia dos sindicatos – tem que cuidar da rotina burocrática também, faz parte da vida –, sair que digo é sair um pouco dessa agenda e construir novas alternativas, dialogar com jovens. Romper essa coisa do fetiche pela tecnologia. Isso é muito perigoso porque as pessoas começam a adorar o deus cibernético e esquecem que isso aqui é só um instrumento. Como foi dito aqui, o sinal de fumaça virou agora o WhatsApp. O sinal de fumaça, o telégrafo, a carta que ia de cavalo, agora é o WhatsApp. É só um instrumento, isso aqui não resolve a vida de ninguém, não dá emprego para ninguém, ao contrário, tira, em muitas hipóteses, inclusive dos bancários, que estão sofrendo com a automação cada vez maior.

Então, eu queria encerrar, para não esticar essa fase final, dizendo que ou temos mecanismos para sentar e conversar sobre essas alternativas de como fazer para chamar a atenção de setores entorpecidos da classe trabalhadora, ou vamos ficar

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	47

só nos lamentando: "Olha, tá difícil, tal, o pessoal não vem". Se não vêm, vamos até eles, como disse o Chico, vamos levar a montanha até Maomé. Se nós pudermos, só que aí temos de fazer com preparação para ter comparecimento, fazer reuniões em cada uma das cidades do Distrito Federal, eu me comprometo a ir a cada uma das atividades. A cada uma delas, comprometo-me aqui perante vocês. Eu aqui fiz a provocação daquela reunião da reforma trabalhista em que eu estava à disposição dos sindicatos para ir conversar.

Vejam só, por mais que saibamos que ninguém é dono da verdade – você convidou, eu fui –, mas, às vezes, dialogar um pouco com quem já vivenciou vários processos históricos é interessante para despertar, justamente, a esperança. Há duas categorias na política que se enfrentam permanentemente: a esperança e o medo. Se nós formos pela linha de que haverá canhão na praça, ficaremos com medo. Eu sou da turma da esperança. Com a esperança, a classe trabalhadora, às vezes, demora, mas uma hora ela metaboliza o processo e reage. Ela é muito melhor quando age, e não quando reage.

Se nós construímos tanta coisa neste País a partir da mobilização dos trabalhadores, eu continuo com a esperança de que, do ponto de vista histórico, a classe trabalhadora seja o agente das transformações em todas as sociedades. Por isso, eu defendo o Ministério do Trabalho, porque a classe trabalhadora representa o que está no art. 1º da Constituição, que é o valor social do trabalho.

Quando eu falo em trabalho, estou reconhecendo como trabalhador inclusive os empresários que não são da lógica, simplesmente, da acumulação, mas são poucos. Ou melhor, são muitos; porém, com pouco dinheiro. É a turma que trabalha por conta própria, tem um ou dois empregados, que é um trabalhador igual a nós. A diferença é que é um trabalhador sem jornada, sem fim de semana e sem férias, porque optou por empreender. Não podemos tratá-lo como patrão. Patrão é o Bradesco, o Itaú, a Gerdau, a Vale do Rio Doce. Estes são os patrões: as grandes lojas, as grandes organizações que dão mais-valia ao processo de acumulação sem fim. O valor social do trabalho está no art. 1º da Constituição, e nós vamos defendê-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, companheiro Ricardo.

Concedo a palavra à companheira Rosilene, para as suas considerações finais. Nós estamos caminhando para o encerramento.

SRA. ROSILENE CORRÊA – Nas minhas considerações finais eu só quero registrar aqui o nosso agradecimento, Deputado Chico Vigilante, em nome da classe trabalhadora. E, claro, quero desejar a nós muita força para a luta. Um bom feriado e um bom fim de semana a todos. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, companheira Rosilene.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	48

Concedo a palavra ao Dr. Mário Caron, que contribuiu tão bem com essa comissão geral do dia de hoje.

SR. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON – Primeiro, eu queria destacar algo que eu me esqueci de falar. É interessante entendermos que o fortalecimento do Direito do Trabalho traz também ao empresariado vantagens. O fortalecimento do Ministério do Trabalho, seja por meio da fiscalização ou de outras atuações, traz um crescimento ao empresariado; não apenas ao pequenininho, que é patrão dele mesmo, não, mas aos pequenos empresários.

Como falou muito bem a Deputada Federal Erika Kokay, nós estamos em um modelo rentista, não é nem o do capital produtivo. É o rentista, aquele que nem sabe o que produz; ele está investindo, jogando. Tanto que o Banco Itaú, como todos os bancos, em uma crise dessas, teve lucros altíssimos e sem retorno social.

Eu acho que o empresariado também deve ser inserido nessa discussão para sentir que está, na verdade, acabando com a galinha dos ovos de ouro. Quando se tem uma política de renda mínima, estão circulando riquezas. Eu me lembro de que os pisos salariais – a Bel se lembra disso –, no dissídio coletivo, o salário-mínimo subia um pouco mais do que a inflação, o que obrigava o piso salarial a subir também. Em compensação, na comunidade, o trabalhador ia lá gastar na vendinha não sei o quê, o dono da vendinha podia comprar uma moto, o vendedor da moto podia comprar não sei o quê, isso tudo agrega valor para a sociedade. É o capitalismo, mas pelo menos que não seja tão sanguessuga como estamos vendo agora. Isso é muito importante que seja dialogado.

Outro momento que vejo para reflexão. Nós tivemos aqui em Brasília 70% de votação na chapa. Isso envolve tudo, a grande maioria, de trabalhadores a juízes, ministros, gerais, tudo. São 70%. Em Brasília, 70% fez uma escolha. Como foi escolhido, como não, é outra situação. Deixamos para os cientistas políticos, os doutos discutirem. Agora, eu acho que a classe trabalhadora deve discutir esse tema, sim, o porquê disso. Vejam bem. Nós tivemos esses 70%. Depois, vimos uma pesquisa posterior, uma eleição que não teve debate de plano de governo nenhum, de política nenhuma. Não teve. O que nós enxergamos depois de pesquisa? Setenta por cento é favorável a imposto sobre grandes fortunas. É tudo o inverso. Setenta por cento são favoráveis a universidades públicas, justamente o inverso. Então, quando nós começamos a pesquisar a vontade do povo brasileiro por tema, por políticas, por programas, nós enxergamos justamente o contrário. Então, nós temos quarenta e tantos por cento, 52%, 20 milhões de abstenções. Eu conheço muita gente trabalhadora que não foi porque não foi.

(Manifestação fora do microfone.)

SR. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON – Pois é. Mas, se você for fazer uma pesquisa sobre essa participação, as pessoas têm outra visão. O que eu acho que deve haver é realmente uma discussão crítica interna pelos sindicalistas profissionais com uma autocrítica do que acontece. Se é burocracia ou não, não é da minha área. Mas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	49

devemos discutir internamente. E haver uma união de todas as centrais. Precisamos discutir um modelo sindical internamente, com estudos teóricos e técnicos. Uma imersão mesmo para que saíamos com um novo patamar, inclusive teórico sobre tudo isso. Precisa ser feito, senão vamos ficar nessa mesmice e na reação. Eu acho que temos que ser proativos mesmo. Só na reação, fica mais difícil.

Então, esse cenário é muito interessante. Houve uma eleição, no entanto as pesquisas indicam que os programas são justamente o contrário. Isso é uma coisa que deve ser discutida internamente por todas as centrais sindicais do país numa perspectiva de união.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Mário Caron.

Concedo a palavra ao Sr. Grijalbo Fernandes Coutinho, para as considerações finais.

SR. GRIJALBO FERNANDES COUTINHO – Bom, eu agradeço mais uma vez a oportunidade e cumprimento o Deputado Chico Vigilante Presidente desta Mesa pela oportunidade de retornar a esta Casa com um debate tão importante. Cumprimento todos os meus colegas de Mesa, todos os sindicalistas também pelas belíssimas exposições. O tempo foi muito razoável para que pudéssemos discutir. Em outras oportunidades, Mário Caron, eu me lembro de que, em uma delas, nós tínhamos cinco minutos. Era muito curto.

Além de agradecer, eu quero também registrar que eu não fiz nenhuma menção à terceirização, embora tenha tentado me debruçar sobre os impactos da terceirização em relação ao mundo de trabalho, às condições precárias.

Sra. Isabel, quero registrar como sempre tenho dito nos últimos anos sobre esse assunto que as maiores vítimas desse processo de fragmentação da classe trabalhadora, do ponto de vista político, e de precarização das condições de trabalho... o modelo que foi eleito, escolhido estrategicamente pelo capital desde os anos de 1960 no Japão, que se espalhou pelo mundo com o propósito muito claro de aumentar a margem de lucro do sistema e, ao mesmo tempo, reduzir a capacidade de organização do trabalho e reduzir também o patamar salarial dos empregados. São estes dois propósitos: um de natureza econômica, outro de natureza política.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. diz que o capital, ou a classe dominante, vamos utilizar o termo, é muito inteligente. Eu diria que, antes de ser inteligente, na verdade, ela é dona de tudo. Sendo dona de tudo – dos meios de comunicação, do controle da informação, do aparato repressor –, é muito mais fácil conduzir e ter êxito em suas propostas. Então, antes de ser inteligente, ela é dona de tudo.

Há a terceirização, algo aqui também mencionado. Na minha compreensão, tenho dito isto já nos últimos oito anos, nenhuma medida impacta tanto as relações

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	50

de trabalho do ponto de vista negativo quanto a terceirização. Ela é um retrocesso inimaginável, mas não vou falar sobre terceirização.

Eu vou finalizar, Deputado Chico Vigilante, depois de agradecer, dizendo que na minha experiência de integrante da Justiça do Trabalho, de alguém que tenta compreender as relações de trabalho há trinta anos e há mais de trinta anos – antes de ingressar na Justiça do Trabalho –, nós estamos vivendo – sem nenhum tipo de chavão, sem nenhum tipo de frase de efeito – o momento mais crítico das relações de trabalho no Brasil desde que elas foram concebidas, normatizadas ou reconhecidas, ou seja, desde os anos 1940 até hoje. Nós não tivemos nenhum ataque tão sistemáticos aos trabalhadores e ao Direito do Trabalho.

Nós tivemos um golpe militar em 1964, uma ditadura que ficou durante 21 anos com apoio também de parte da sociedade civil – por isso, alguns autores chamam de ditadura de civil-militar. Eu prefiro, no meu estudo, na minha compreensão, chamar de ditadura militar, mas não vou explicar por quê.

De qualquer forma, na ditadura militar, nós sabemos o que ocorreu: as torturas, as perseguições, as mortes. A perseguição, evidentemente, estava fundamentalmente vinculada aos movimentos ligados ao trabalho, a tudo que fosse identificado com o trabalho, com proteção ao trabalho, com a sociedade mais igualitária. Esse foi o mote, evidentemente, do capital com o Golpe de 1964/1965.

Nós tivemos, também, retrocesso imenso do ponto de vista trabalhista durante o regime militar. Nós tivemos várias lideranças sindicais afastadas, cassadas e intervenções em sindicatos. Daí porque, inclusive, o processo constituinte de 1986/1988 ter, como um dos motes, dar uma resposta, também no campo sindical e do trabalho, a uma nova matriz. Para compreender a Constituição de 1986/1988, é preciso voltar e entender o que foi a Ditadura Militar de 1964 a 1985.

Contudo, nós vivemos, nos últimos anos – especialmente, a partir de 2016 –, o maior dos retrocessos do campo do trabalho. Nunca tivemos nada como isso. Nós tivemos até a terceirização que se tentou implementar pela via judicial, mas nada que se compare ao que ocorreu nos últimos anos. Só que não há limites. Se o campo for fértil, não só a inteligência da classe dominante, mas sobretudo o poder e o aparato de que ela dispõe avançarão e irão muito além do que aquilo que a gente não conseguia projetar há alguns anos.

Como eu disse no início da minha fala, uma verdadeira declaração de guerra do capital ao trabalho é o que se está se fazendo no Brasil com a reforma trabalhista, que não é reforma trabalhista. Portanto, nós estamos vivendo o maior de todos os retrocessos que nós conhecemos no campo das relações de trabalho desde que a legislação trabalhista foi concebida. Não tivemos nada com que se pudesse comparar.

Nós temos uma precarização e a flexibilização do Governo Fernando Henrique Cardoso com várias medidas que nós achávamos, naquela época, uma aberração – e não deixam de ser uma aberração, não deixam de ser um retrocesso –, mas,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	51

comparado com o que ocorre desde 2016 para cá, é algo sem precedentes na história das relações de trabalho em todos os campos.

Para se ter uma ideia, eu recebo sindicalistas e converso com eles o tempo todo. Eles dizem que estão com muitas dificuldades para qualquer tipo de mobilização e de reação frente à retirada abrupta da fonte de receita, sem contrapartida, com a tal reforma trabalhista. Algumas centrais sindicais estão vendendo suas sedes. Outros sindicatos, reduzindo salários, mandando empregados embora. Quer dizer, é o momento mesmo, foi tudo planejado, articulado para criar toda essa dificuldade. Nós não vamos desprezar, não vamos aqui agora, não dá tempo, fazer autocrítica ou tentar encontrar aqui a responsabilidade. Mas também há todo um conjunto de ações, esse conjunto muito forte no sentido de fragilizar toda a organização coletiva. E aí, quando fragiliza o sindicato, fragiliza o Direito do Trabalho, a Justiça do Trabalho.

Mário Caron disse isso, eu também disse em um discurso a juízes do trabalho. Eu especialmente disse que eles estão imaginando que o Direito do Trabalho vai desaparecer e eles vão ficar lá, os juízes do trabalho, a Justiça do Trabalho. Não! De jeito nenhum! Não há razão de ser. A Justiça do Trabalho só existe em função do Direito do Trabalho. Esse é o mote, senão qualquer um pode julgar as ações do trabalho. Não precisa ser juiz especialista, não precisa de juiz do trabalho para julgar essas relações.

Portanto, a instituição Direito do Trabalho, com todas as linhas, é mais importante do que todos os meios de proteção, todas essas entidades de proteção. É por isso, Deputado Chico Vigilante, para encerrar, que eu diria que nós estamos vivendo o maior retrocesso em termos de relações do trabalho no Brasil nos últimos cem anos, oitenta anos, noventa anos, e cada vez mais desfazendo esse mito de que a história é um movimento retilíneo de progresso. Poderíamos imaginar isso no final do século XIX, afinal foi o tempo da Segunda Revolução Industrial, de uma riqueza imensa concentrada, e pobreza do outro lado. Tudo se transformava, a sociedade tinha atingido a modernidade, o seu mundo ideal, e a partir dali era só progresso. Logo em seguida, menos de vinte anos depois, tudo foi desmentido com a Primeira Guerra Mundial. Logo em seguida, a maior tragédia, a continuidade da Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial. Por quê? Briga por dinheiro, briga por acumulação de riqueza.

Então, essa história de movimento retilíneo de progresso é uma concepção positivista da história completamente equivocada. O retrocesso que nós estamos vivendo hoje é prova disso, mas ao mesmo tempo, a resposta para isso é o que a história nos ensina. O que a história nos ensina? Desculpe-me se eu falo tanto em história, apaixonado que sou pela história. A história nos ensina que os avanços e retrocessos estão condicionados sempre a processos de luta. Sem processos de luta, com produtos culturais, não há transformações. Em outras palavras, não há como combater e derrotar os retrocessos, que estão hoje se consolidando, sem processos de luta. Sem isso, nós temos certeza, não haverá. Depende fundamentalmente dos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	52

atingidos mudar a situação, embora as condições sejam as mais adversas possíveis. Só processos de luta podem mudar esse contexto.

Falou-se tanto aqui em flores e poesia, que eu diria que a vida é bela não apenas, desembargador Mário Caron, pela beleza que emerge das flores. É necessário lutar coletivamente para que o belo tenha concretude na vida humana, permeada por fraternidade, solidariedade e justiça social. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Dr. Grijalbo. São 18h54min. Eu diria que nós tivemos uma tarde fantástica no dia de hoje, de verdadeiro aprendizado. Pena que não compareceu o tanto de gente que aguardávamos. Fizemos um esforço.

Eu queria fazer uma proposta aqui para vocês, Rosilene e demais dirigentes sindicais, para que a gente possa organizar, no primeiro semestre de 2019, debates como esse nas cidades. A ideia é, em dia de sábado, ou dia de sexta, ou de domingo, preparar um café da manhã – eu vou precisar que vocês ajudem – e chamar as pessoas para debater. Num dia a gente leva o Dr. Mário Caron, noutro dia a gente leva o Dr. Grijalbo, e leva o Ricardo em todos, e vamos fazer em todas as cidades. Quando a gente fechar as 31 regiões administrativas do Distrito Federal, no mínimo vamos ter atingido 1.500 pessoas. Se a gente atingir 1.500 pessoas e, ao final do processo, a gente conseguiu convencer quinhentas, eu já vou me dar por satisfeito, porque quinhentos militantes estarão preparados para fazer o enfrentamento que tem que ser feito.

Muita gente não está fazendo a leitura correta do que está acontecendo. E isso é o que me assusta! O teórico Leonardo Boff disse uma vez – são coisas que me marcaram muito – que, se os trabalhadores soubessem o que lhes espera – isso foi no começo da discussão do *impeachment* –, nas ruas e praças do Brasil não caberia tanta gente. Eu não tenho dúvida, se a classe trabalhadora soubesse o que foi preparado, o que estão executando, nas ruas e praças não caberia tanta gente.

Eu sou um otimista, e estava me lembrando aqui de uma vez – é claro que o momento era outro – em que a classe trabalhadora estava praticamente anestesiada. A partir de Brasília, eu era presidente da CUT, e o Sindicato dos Professores foi fundamental naquele momento, a gente fez o que chamaram de badernaço. Milhares de pessoas em Brasília foram para as ruas. A partir dali, a classe trabalhadora despertou, e chegamos até a fazer algumas greves gerais. Hoje, com a solidariedade internacional que existe, porque o mundo está olhando com o maior desprezo por essas coisas que estão assumindo aí, acho que a gente tem muita possibilidade de fazer as coisas.

Eu quero agradecer a presença de cada um e de cada uma que se deslocou de seu local de trabalho, da sua casa, e dizer que estamos dispostos a prosseguir com esse debate, e aproveitar efetivamente.

Quero agradecer ao pessoal do meu gabinete, que ajudou sobremaneira no dia de hoje; ao Cerimonial aqui da Câmara, na pessoa da Sra. Roberta e da Sra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	11	2018	15h00min	110ª Sessão Ordinária – Comissão Geral	53

Verônica; ao Marinho do Som, que está ali ainda; a Ruth e a Francisca, que são as meninas da copa e atendem tão bem a todos nós. Ainda tem um cafezinho ali. Agradeço ao pessoal da Polícia Legislativa, aos vigilantes e brigadistas terceirizados desta Casa. Quero agradecer as autoridades e demais convidados e convidadas que honraram a Câmara Legislativa do Distrito Federal com suas presenças.

Declaro encerrada esta comissão geral, bem como a sessão ordinária que a originou.

Antes, porém, esta Presidência convoca sessão deliberativa a realizar-se terça-feira, às 15h, aqui no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Muito obrigado a todos e a todas.

(Levanta-se a sessão às 18h58min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA SUCINTA DA 111ª  
(CENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
EM 4 DE DEZEMBRO DE 2018**

**SÚMULA**

**PRESIDÊNCIA:** Deputado Joe Valle

**SECRETARIA:** Deputada Telma Rufino

**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

**INÍCIO:** 15 horas e 11 minutos

**TÉRMINO:** 15 horas e 40 minutos

Observação: A lista de presença está anexa à ata.

**1 ABERTURA**

Presidente (Deputado Joe Valle):

– Declara aberta a sessão.

**1.1 LEITURA DE ATA**

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovada, sem observações, a Ata da 110ª Sessão Ordinária.

**1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE**

Observação: Os expedientes lidos estão anexos à ata.

- **Mensagens nºs 284 a 286, de 2018**, de autoria do Governador do Distrito Federal.
- **Mensagem nº 287, de 2018**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 2.173, de 2018**.
- **Mensagem nº 288, de 2018**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que dá origem ao **Processo nº 55, de 2018**.

L I D O  
Em, 05/12/18  
Secretaria Legislativa

Revisora: \_\_\_\_\_ ATA SUCINTA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 4 DE DEZEMBRO DE 2018  
Chefe do Setor: JUBERIGNO (L/A/SR/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



2

- **Mensagem nº 289, de 2018**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 2.174, de 2018**.
- **Mensagem nº 290, de 2018**, de autoria do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 2.175, de 2018**.
- **Projeto de Lei nº 2.172, de 2018**, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2018**, de autoria do Deputado Delmasso.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2018**, de autoria do Deputado Joe Valle.
- **Moção nº 1.071, de 2018**, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.
- **Moção nº 1.072, de 2018**, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- **Requerimento nº 3.778, de 2018**, de autoria do Deputado Robério Negreiros.

## 2 PEQUENO EXPEDIENTE

Observação: A íntegra dos discursos consta da ata circunstanciada desta sessão.

### 2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES

#### DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA, líder do PT

– Chama a atenção para a violência recorrente contra rodoviários e usuários do transporte público de Brasília, e solicita ao Poder Público a adoção de medidas para reprimir essa prática criminosa.

– Informa que os servidores da Companhia Energética de Brasília – CEB deflagraram greve, após não terem sido atendidos em suas reivindicações, e pede ao Governador que determine aos dirigentes da entidade que negociem com a categoria.

– Rechaça críticas direcionadas a esta Casa com relação à discussão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, e ressalta que o dia da votação está marcado e que não serão aceitas emendas de Plenário.

#### DEPUTADO CHICO LEITE, líder do Bloco Sustentabilidade e Trabalho

– Registra a presença do Dr. Rafael Estorílio e do Dr. Márlon Reis, autor da Lei da Ficha Limpa e idealizador do aplicativo *Mudamos*.

– Defende a admissão de projetos de lei de iniciativa popular com inscrições eletrônicas a fim de facilitar a participação dos cidadãos no processo legislativo.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



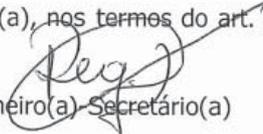
3

**3 ENCERRAMENTO**

Presidente (Deputado Joe Valle):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

  
Primeiro(a)-Secretário(a)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



4

# ANEXO I

## LISTA DE PRESENÇA

Revisora: \_\_\_\_\_ ATA SUCINTA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 4 DE DEZEMBRO DE 2018  
Chefe do Setor: J. B. R. R. P. (L/A/SR/ToF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



5



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



LISTA DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária: 111ª Data: 04 de dezembro de 2018

Início: 15 horas 11 minutos Encerramento: 15 horas 40 minutos

DEPUTADOS – LEGENDAS		DEPUTADOS – LEGENDAS	
AGACIEL MAIA - PR	LIRA - PHS		
BISPO RENATO ANDRADE - PR	LUZIA DE PAULA - PSB		
CELINA LEÃO - PP	PROF. ISRAEL - PV		
CHICO LEITE - REDE	PROF. REGINALDO VERAS - PDT		
CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA - PT	RAFAEL PRUDENTE - MDB		
CLÁUDIO ABRANTES - PDT	RAIMUNDO RIBEIRO - MDB		
CRISTIANO ARAÚJO - PSD	RICARDO VALE - PT		
DELMASSO - PRB	ROBÉRIO NEGREIROS - PSD		
JOE VALLE - PDT	SANDRA FARAJ - PR		
JUAREZÃO - PSB	TELMA RUFINO - PROS		
JÚLIO CÉSAR - PRB	WASNÝ DE ROURE - PT		
LILIANE RORIZ - PROS	WELLINGTON LUIZ - MDB		
JOSÉ CLAUDIONOR DE ALCANTARA Matrícula nº 19406 Chefe da Divisão de Taquígrafia e Apoio ao Plenário	MANOEL ALVARO DA COSTA Matrícula nº 15.030 Secretário da Secretaria Legislativa		

ATA SUCINTA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 4 DE DEZEMBRO DE 2018

Revisora: \_\_\_\_\_ Chefe do Setor: JOSÉ SÉRGIO (L/A/SR/ToF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



6

## ANEXO II

# EXPEDIENTE LIDO NA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA

---

ATA SUCINTA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 4 DE DEZEMBRO DE 2018

Revisora: \_\_\_\_\_ Chefe do Setor: J. B. S. Pignol (L/A/SR/Tof)

> SETAS - 000007 <



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**MENSAGEM**

Nº 284 /2018 - GAG

Brasília, 28 de novembro de 2018.

L I D O  
Em. 04, 12, 18

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,**

Secretaria Legislativa

Dirijo-me a Vossa Excelência e a os demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetei parcialmente o **Projeto de Lei nº 2.136/2018**, que "altera o art. 68 da Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, *que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal*, para suspender o prazo de validade dos concursos".

**MOTIVOS DO VETO**

Da análise do texto aprovado, observa-se que a emenda parlamentar incluiu, no *caput* do artigo 68, da Lei 4.949/2012, o direito à nomeação no cargo ou emprego público do candidato aprovado no cadastro de reserva previsto no edital do concurso.

Tal medida, no entanto, importa em patente inconstitucionalidade formal, porquanto desnatura o projeto de lei inicialmente proposto pelo Sr. Governador, violando a prerrogativa exclusiva da iniciativa do projeto em comento.

Conforme se observa da minuta enviada pelo Poder Executivo, a proposta versa apenas sobre a suspensão do prazo de validade do certame, não havendo qualquer apontamento ou proposta de alteração da natureza ou regras sobre os candidatos aprovados em cadastro de reserva.

Ao realizar tal inclusão dos candidatos aprovados em cadastro de reserva, houve nítida violação à iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, porquanto se incluiu matéria estranha ao objeto da proposta, desfigurando a intenção inicial do projeto de Lei. Com isso, houve a criação de um direito com enorme impacto nos certames públicos, sem que tal iniciativa viesse da autoridade competente.

A Sua Excelência o Senhor  
**DEPUTADO JOE VALLE**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA

> SETAS - 000008 <



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Por outro lado, a emenda parlamentar, além de implicar aumento de gastos, desnatura o próprio instituto do cadastro reserva.

Desta forma, entendi por bem apor veto ao *caput* do artigo 68, pelas razões acima expostas.

A regra do parágrafo único, no entanto, há de permanecer íntegra, porquanto veicula a verdadeira pretensão do Poder Executivo ao encaminhar o Projeto de Lei, qual seja, suspender o prazo de validade dos concursos públicos, quando a administração, por expressa disposição legal, ficar impedida de realizar a nomeação dos aprovados em concurso público homologado, v.g., quando extrapolado o limite de gastos com pessoal estabelecido pela LRF.

Por esta razão, comunico que após veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.136, de 2018, precisamente ao *caput* do artigo 68, alterado por iniciativa parlamentar pelo artigo 1º, solicitando aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,



**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador

> SETAS - 000009 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº <sup>6.228</sup> DE <sup>28</sup> DE NOVEMBRO DE 2018.  
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

*Altera o art. 68 da Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, para suspender o prazo de validade dos concursos.*

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O art. 68 da Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 68. (V E T A D O).

*Parágrafo único.* Quando a Administração Pública, por expressa disposição legal, fica impedida de realizar a nomeação dos aprovados em concurso público homologado, o prazo de validade estabelecido no edital do certame é automaticamente suspenso, voltando a correr, após cessada a causa de suspensão, por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 2018.  
131º da República e 59º de Brasília

  
RODRIGO ROLLEMBERG



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

PRESIDÊNCIA  
Secretaria Legislativa



(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Voto Parecer  
MS

**Altera o art. 68 da Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, para suspender o prazo de validade dos concursos.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** O art. 68 da Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

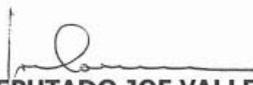
Art. 68. O candidato aprovado no quantitativo das vagas previstas no edital do concurso, inclusive no cadastro de reserva, tem direito à nomeação no cargo ou no emprego público ao qual concorreu.

*Parágrafo único.* Quando a Administração Pública, por expressa disposição legal, fica impedida de realizar a nomeação dos aprovados em concurso público homologado, o prazo de validade estabelecido no edital do certame é automaticamente suspenso, voltando a correr, após cessada a causa de suspensão, por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 06 de novembro de 2018



**DEPUTADO JOE VALLE**  
Presidente

> SETAS - 000011 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LIDO  
Em. 04/12/18

Secretaria Legislativa

**MENSAGEM**

N.º 285 /2018- GAG

Brasília, 29 de novembro de 2018.

Excelentíssimo Presidente da Câmara Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 74 combinado com o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o art. 206, § 2º, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, sancionei o **Projeto de Lei nº 1.864/2017**, que **altera a Lei nº 5.323, de 17 de março de 2014, que dispõe sobre a prestação do serviço de táxi no Distrito Federal e dá outras providências**, e a **Lei nº 5.691, de 2 de agosto de 2016, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal e dá outras providências**, para estabelecer idade máxima de 8 anos para os veículos que menciona, o qual se converteu na Lei nº 6.229 de 29 de novembro de 2018, publicado no DODF nº 227 de 29 de novembro de 2018.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e respeito.

  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador

A Sua Excelência o Senhor  
**DEPUTADO JOE VALLE**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA

70322

> SETAS - 000012 <



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**MENSAGEM**

N.º 235 /2018- GAG

Brasília, 29 de novembro de 2018.

Excelentíssimo Presidente da Câmara Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 74 combinado com o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o art. 206, § 2º, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, sancionei o **Projeto de Lei nº 1.864/2017**, que **"altera a Lei nº 5.323, de 17 de março de 2014, que dispõe sobre a prestação do serviço de táxi no Distrito Federal e dá outras providências, e a Lei nº 5.691, de 2 de agosto de 2016, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal e dá outras providências, para estabelecer idade máxima de 8 anos para os veículos que menciona"**, o qual se converteu na Lei nº 6.229 de 28 de novembro de 2018, publicado no DODF nº 227 de 29 de novembro de 2018.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e respeito.



**RODRIGO ROLLEMBERG**

Governador

A Sua Excelência o Senhor

**DEPUTADO JOE VALLE**

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA  
Secretaria Legislativa



(Autoria do Projeto: Deputado Professor Israel)

*Altera a Lei nº 5.323, de 17 de março de 2014, que dispõe sobre a prestação do serviço de táxi no Distrito Federal e dá outras providências, e a Lei nº 5.691, de 2 de agosto de 2016, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal e dá outras providências, para estabelecer idade máxima de 8 anos para os veículos que menciona.*

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** O art. 25-A, I, *a*, da Lei nº 5.323, de 17 de março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

a) 8 anos para veículos a gasolina ou álcool e bicomcombustíveis, contados a partir da emissão do primeiro Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV;

**Art. 2º** O art. 5º, I, *a*, da Lei nº 5.691, de 2 de agosto de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

a) 8 anos para veículos a gasolina, álcool e outros combustíveis fósseis;

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 08 de novembro de 2018



**DEPUTADO JOE VALLE**  
Presidente

> SETAG - 000014 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

**MENSAGEM**

N.º 286 /2018- GAG

Brasília, 29 de novembro de 2018.

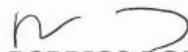
L I D O  
Em. 04/12/18

Secretaria Legislativa

Excelentíssimo Presidente da Câmara Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 74 combinado com o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o art. 206, § 2º, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, sancionei o **Projeto de Lei nº 2.146/2018**, que **"Altera a Lei nº 5.351, de 4 de junho de 2014, que dispõe sobre a criação da carreira Socioeducativa no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências"**, o qual se converteu na Lei nº 6.230 de 27 de novembro de 2018, publicado no DODF nº 227 de 29 de novembro de 2018.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e respeito.

  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador

A Sua Excelência o Senhor  
**DEPUTADO JOE VALLE**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA

2018-1032

> SETAG - 000015 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

**LEI Nº 6.230 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018.**

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

**Altera a Lei nº 5.351, de 4 de junho de 2014, que dispõe sobre a criação da carreira Socioeducativa no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º A Lei nº 5.351, de 4 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – o art. 2º, I a IV, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – Especialista Socioeducativo: 700 cargos;

II – Agente Socioeducativo: 2.500 cargos;

III – Técnico Socioeducativo: 800 cargos;

IV – Auxiliar Administrativo: 145 cargos.

II – o art. 3º, III, passa a vigorar com a seguinte redação:

III – Técnico Socioeducativo: diploma de curso de nível superior ou habilitação legal equivalente, fornecido por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação e, nos casos especificados no edital normativo do concurso, curso de formação profissional na área e registro em conselho de classe.

III – fica acrescido o seguinte art. 6º-A:

Art. 6-A Pelo menos 70% dos cargos em comissão do órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas do Governo do Distrito Federal devem ser providos por servidores públicos da carreira Socioeducativa de que trata esta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de novembro de 2018.

131º da República e 59º de Brasília



**RODRIGO ROLLEMBERG**

PUBLICADO NO DODF  
Nº 227 DE 29/11/2018



> SETAS - 000016 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

PRESIDÊNCIA  
Secretaria Legislativa



(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

**Altera a Lei nº 5.351, de 4 de junho de 2014, que dispõe sobre a criação da carreira Socioeducativa no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 5.351, de 4 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – o art. 2º, I a IV, passa a vigorar com a seguinte redação:

- I – Especialista Socioeducativo: 700 cargos;
- II – Agente Socioeducativo: 2.500 cargos;
- III – Técnico Socioeducativo: 800 cargos;
- IV – Auxiliar Administrativo: 145 cargos.

II – o art. 3º, III, passa a vigorar com a seguinte redação:

III – Técnico Socioeducativo: diploma de curso de nível superior ou habilitação legal equivalente, fornecido por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação e, nos casos especificados no edital normativo do concurso, curso de formação profissional na área e registro em conselho de classe.

III – fica acrescido o seguinte art. 6º-A:

Art. 6-A Pelo menos 70% dos cargos em comissão do órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas do Governo do Distrito Federal devem ser providos por servidores públicos da carreira Socioeducativa de que trata esta Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Brasília, 06 de novembro de 2018

  
**DEPUTADO JOE VALLE**  
Presidente

> SETAS - 000017 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LIDO  
Em 04/12/18  
Secretaria de Interação

**MENSAGEM**

Nº 287 /2018-GAG

Brasília, 29 de novembro de 2018.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,**

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei que, "institui o Fundo Distrital de Combate à Corrupção".

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado da Controladoria-Geral do Distrito Federal.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,

  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador

Edy/2404

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado JOE VALLE**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA

> SETAS - 000018 <



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

PL 2173 /2018

**PROJETO DE LEI Nº**

(Autoria: Poder Executivo)

**Institui o Fundo Distrital de Combate  
à Corrupção.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Fundo Distrital de Combate à Corrupção - FDCC, vinculado à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, com a finalidade de financiar ações e programas destinados a prevenir, fiscalizar e reprimir a prática de ilícitos que ofendam os princípios da administração pública, que causem prejuízo ao erário distrital ou que gerem enriquecimento ilícito de servidores públicos distritais ou de pessoas jurídicas relacionadas no parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como de promover ações de cunho educacional relacionadas à formação cidadã e ética, para a fiscalização da gestão pública.

*Parágrafo único.* Os recursos do FDCC serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento e fomento de atividades relacionadas a:

- I – reparação de danos imateriais coletivos;
- II – controle interno;
- III – auditoria pública;
- IV – correição;
- V – prevenção e combate à corrupção;
- VI – função de ouvidoria;
- VII – incremento de transparência da gestão no âmbito da administração pública;
- VIII – capacitação de servidores e modernização dos órgãos públicos responsáveis pela execução das atividades previstas neste artigo;

**Art. 2º** Constituem receitas do Fundo Distrital de Combate à Corrupção:

- I – sanções pecuniárias resultantes das condenações ou acordos firmados em razão de ações judiciais que impliquem a obrigação de ressarcir danos morais a direitos ou interesses difusos relacionadas ao Patrimônio Público do Distrito Federal;
- II - dotações orçamentárias que lhe forem destinadas pelo Distrito Federal;
- III – o valor das multas administrativas aplicadas pelo Distrito Federal, referentes aos recursos administrados pelo Tesouro, com base na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

> SETAS - 000019 <



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

IV – o valor das multas aplicadas conforme os termos da Lei Federal nº 12.846, de 2013, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 37.296, de 2016, nos processos administrativos de responsabilização administrativa cível de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública Distrital;

V – o valor das multas civis aplicadas com base na Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

VI – doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

VII – juros e rendimento de seus recursos financeiros depositados; e

VIII – transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas nacionais ou internacionais.

*Parágrafo único.* Os recursos constantes nos incisos I e V serão destinados exclusivamente para o desenvolvimento e fomento de atividades descritas no art. 1º, parágrafo único, inciso I.

**Art. 3º** O Fundo de Combate à Corrupção será gerido pelo Conselho de Administração, com a seguinte composição:

I - um representante Controladoria-Geral do Distrito Federal, que o presidirá;

II - um representante da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

IV - um representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

V - dois representantes de entidades civis, que incluam dentre suas finalidades institucionais o combate à corrupção, a proteção ao patrimônio público, o fomento ao controle social ou a melhoria da gestão pública.

§1º As entidades civis descritas no inciso V serão indicadas pelo titular da Controladoria-Geral do Distrito Federal.

§2º Os integrantes do conselho e respectivos suplentes:

I - serão designados pelos titulares dos órgãos e entidades a que estejam vinculados;

II - terão mandato de dois anos, vedada a recondução;

III - não farão jus a remuneração pela participação no conselho, que será considerada de relevante interesse público.

§ 3º Em impedimentos eventuais do presidente do Conselho de Administração, a presidência será exercida pelo representante da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

§ 4º O funcionamento do Conselho de Administração observará as seguintes condições:

I - as decisões serão tomadas pela maioria absoluta dos membros;

> SETAS - 000020 <



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

II - compete-lhe exclusivamente deliberar sobre a gestão e a aplicação dos recursos do Fundo Distrital de combate à corrupção;

III - contará com secretaria executiva, constituída por recursos humanos e materiais da Controladoria-Geral do Distrito Federal.

**Art. 4º** Os recursos a que se refere o art. 2º serão depositados em conta bancária específica no Banco de Brasília S/A.

§ 1º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 2º O superávit financeiro das receitas consignadas no art. 2º, incisos I, III, IV, V, VI VII e VIII, apurado em balanço é transferido para o exercício seguinte, a crédito do Fundo de Combate à Corrupção.

§ 3º O superávit financeiro das receitas de consignações voluntárias do Distrito Federal, nos termos do inciso II do art. 2º, apurado em balanço, é automaticamente transferido ao Tesouro do Distrito Federal.

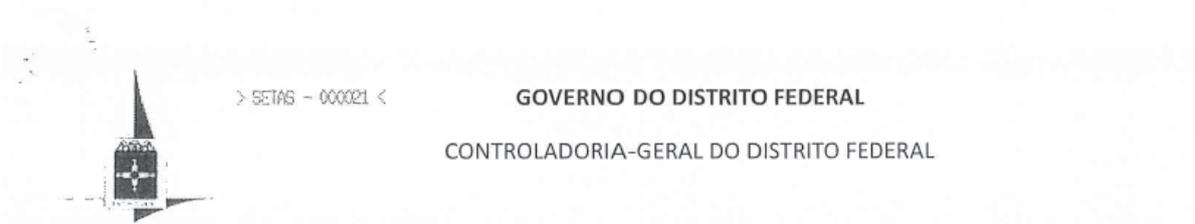
**Art. 5º** A Controladoria-Geral do Distrito Federal publicará no Portal da Transparência do Distrito Federal relatório semestral acerca da aplicação dos recursos que compõem o Fundo, incluindo o nome das pessoas referidas no inciso VII do art. 2º desta Lei e o valor das respectivas doações.

**Art. 6º** Qualquer cidadão ou entidade privada poderá apresentar ao Conselho de Administração projetos relativos às finalidades previstas para o Fundo descritas no art. 1º desta Lei.

**Art. 7º** O Conselho de Administração reunir-se-á no prazo de sessenta dias, para elaborar o regulamento do Fundo de Distrital de Combate à Corrupção, o qual será instituído por decreto.

**Art. 8º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Exposição de Motivos SEI-GDF n.º 10/2018 - CGDF/GAB/AHC

Brasília-DF, 24 de setembro de 2018

Exposição de Motivos – Fundo de Combate à corrupção

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

1. Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência Projeto de Lei (nº SEI), que visa instituir o Fundo Distrital de Combate à Corrupção do Distrito Federal, construído em parceria com o Ministério Público Federal e Territórios - MPDFT, com a finalidade de financiar ações e programas destinados a prevenir, fiscalizar e reprimir a prática de ilícitos que ofendam os princípios da administração pública, bem como de promover ações de cunho educacional relacionadas à formação cidadã e ética, para a fiscalização da gestão pública.
2. A corrupção é um dos principais temas na Agenda Pública atual. Seus efeitos, percebidos pela sociedade como um todo, impactam negativamente tanto a estrutura econômica de investimento e produtividade do país (distorção da concorrência, comprometimento do ambiente de negócios e oportunidades de investimento), como a estrutura social, na medida em que contribui para a exclusão social, favorece a alocação ineficiente de recursos públicos e concorre para a redução dos níveis de desenvolvimento humano no país.
3. No âmbito do Distrito Federal, a Controladoria-Geral do Distrito Federal, como órgão central do Sistema de Controle Interno, desempenha papel fundamental na prevenção e no combate à corrupção, atuando principalmente no (i) fortalecimento da governança, controle e integridade dos órgãos públicos distritais, (ii) no aprimoramento das relações da administração pública com entes privados e (iii) na garantia da transparência pública e estímulo à participação e controle social.
4. O combate à corrupção, materializado em diversas ações complexas, tem sido fortalecido pela formação de redes de inteligência, gestão e cooperação entre órgãos federais e distritais, em especial pela Rede de Controle da Gestão Pública do Distrito Federal. Trata-se de uma iniciativa de trabalho efetiva e inovadora voltada à integração de órgãos que apresentam entre os seus objetivos a fiscalização do dinheiro público ou a investigação relativa ao desvio de recursos públicos, de forma a estabelecer práticas uniformes para o diagnóstico, prevenção e repressão à corrupção.
5. No contexto desta rede, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT e a Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF têm alinhado diversos entendimentos e ações de fortalecimento da governança dos órgãos do poder executivo distrital, com o intuito de aprimorar programas e projetos de prevenção, como Gestão de Riscos e Programas de Integridade na Administração Pública.
6. Tendo em vista que a sociedade é a parte mais prejudicada em casos de corrupção e degradação do Patrimônio Público, torna-se imprescindível a realização de iniciativas que “devolvam” às comunidades parte dos recursos que lhes foram subtraídos e recuperados em virtude da ação do controle. Esta devolutiva é de suma importância para que o Estado possa reestabelecer a confiança da população na Administração Pública. Tais ações precisam ser visualizadas e percebidas pela população com uma ação do Estado, de forma ativa, a partir de demandas construídas em parceria com a coletividade.
7. Neste sentido, o presente projeto de lei, nascido a partir de uma proposta do MPDFT, carrega em si múltipla funcionalidade. A primeira e de maior relevância, destina recursos de sanções e multas aplicadas pelo MPDFT para ações e projetos sociais nas comunidades do Distrito Federal. Aqui reside a grande importância do Projeto: executar ações reais e palpáveis de reparação de danos diretamente em entidades sociais e equipamentos públicos, num processo de resgate de confiança da comunidade com o Estado.

8. Em um segundo plano, trabalha-se também para o fortalecimento do Controle Social e da Governança Pública. As funções de Ouvidoria e Transparência Social, coordenadas pela Controladoria-Geral trazem em si elementos fundamentais para o combate à corrupção – a participação social constrói a cidadania. Projetos como Controladoria nas Escolas, Auditoria Cívica Cidadã, Jovem Ouvidor, entre outros, tem gerado um efeito multiplicador positivo nas comunidades beneficiadas.

9. Com relação à Governança Pública, a CGDF atua com foco na melhoria contínua dos controles e processos, fomentando a implantação de novos modelos de gestão. A função da Auditoria trabalha com a perspectiva de parceria, oferecendo consultorias aos órgãos e entidades do Distrito Federal, para disseminar a cultura de integridade e de internalização da gestão de riscos, como estratégia de fortalecimento do controle interno. No âmbito da Correição, a inovação de atuação vem da mediação de conflitos entre agentes públicos, que concorre para a consolidação de um ambiente de cooperação.

10. Como pode ser observado, o fundo destina-se a ações estruturantes e fundamentais para o fortalecimento do controle, numa perspectiva ampla. Neste sentido, e conforme acordado entre as partes, os seus recursos serão destinados exclusivamente às ações previstas em seu artigo 1º. A proposta que se apresenta é de que os recursos provenientes de dotações consignadas (Art. 2º, inciso II) pelo do Distrito Federal de forma voluntária, em caso de superávit financeiro, sejam revertidos ao Tesouro Distrital no exercício subsequente, permanecendo no fundo as demais receitas.

11. Tal prerrogativa faz-se necessária face às características típicas de Estado da função de Controle, que goza de presunção constitucional e reserva legal de função, tal qual a Procuradoria Geral do Distrito Federal, membro nato do Conselho de Administração do presente Fundo. Por similaridade, ambos são órgãos especializados, responsáveis pelo Controle em diferentes perspectivas – jurídica e administrativa - e exercidas com exclusividade por corpo técnico definido – na mesma linha, os fundos destinados a ações programáticas de controle devem guardar paridade operacional.

12. Por decorrência lógica, as ações programáticas de combate à corrupção devem ser estruturadas em um cenário que não se restrinjam ao exercício fiscal, conferindo autonomia, flexibilidade e liberdade de programação ao Controle nas estratégias de combate à corrupção. Em apertada síntese, as ações de controle não devem ser subordinadas a um processo de negociação concorrencial de recursos orçamentários e financeiros, sob pena de perda da necessária autonomia que a matéria exige.

13. Ressalto ainda que um programa coordenado de combate à corrupção e fortalecimento do Controle gera um efeito multiplicador positivo na gestão dos recursos públicos. Em um cenário de grandes restrições orçamentárias e financeiras como o atual, não há como refutar o papel estratégico do Controle Interno para alavancar a qualidade do gasto público, sobretudo na proteção dos ativos públicos de erros intencionais (ou não) e também das irregularidades. A obtenção de receitas provenientes de sanções administrativas em ações voltadas para o combate à corrupção atende não apenas ao fortalecimento da capacidade do órgão de Controle, mas tem efeito real na melhoria dos processos que envolvem gastos públicos, especialmente os relacionados a licitações e execução de contratos.

14. Nesta perspectiva, os retornos financeiros da iniciativa são bastante palpáveis. A CGDF, no exercício de suas funções, tem contribuído ao longo dos últimos exercícios para conferir um maior grau de confiabilidade e qualidade ao gasto público, gerando, de forma indireta, economias suntuosas ao erário público. A título de exemplificação, em recentes ações da equipe da CGDF, foram identificadas falhas em procedimentos na folha de pagamento de servidores públicos e em concessão de benefícios a usuários do Sistema de Bilhetagem Automática que juntos, representam uma economia indireta na ordem de R\$ 300 milhões de reais – aproximadamente 1.500 vezes o valor anual estimado com o Fundo de Combate à Corrupção.

15. Ante o exposto, encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Governador as razões que fundamentam a presente proposta submetida a Vossa consideração.

**Lúcio Carlo de Pinho Filho**

Secretário(a) de Estado Controlador(a)-Geral do Distrito Federal

**Leonardo Roscoe Bessa**

Procurador Geral de Justiça

> SETAS ~ 000023 <



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO CARLOS DE PINHO FILHO - Matr.0191681-5, Secretário(a) de Estado Controlador(a)-Geral do Distrito Federal**, em 24/09/2018, às 10:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Roscoe Bessa, Usuário Externo**, em 24/09/2018, às 13:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **12989592** código CRC= **BD581019**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - anexo do Palácio do Buriti, 13º andar. - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

> SETAS - 000024 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O  
Em. 09/12/18  
Secretaria Legislativa

**MENSAGEM**

Nº 288 /2018-GAG

PROC 55 /2018

Brasília, 3 de dezembro de 2018.

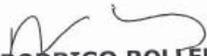
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Em substituição à mensagem nº 282/2018, encaminho à consideração de Vossa Excelência e dos demais Deputados Distritais, nos termos do art. 100, XIII, c/c o art. 60, XX, ambos da Lei Orgânica do Distrito Federal, o nome de Ludmila Lavocat Galvão Vieira de Carvalho para o cargo de Procuradora-Geral da Procuradoria Geral do Distrito Federal, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Encaminho anexo, o currículo da indicada que comprova sua habilitação para o cargo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,

  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador

A Sua Excelência o Senhor  
**DEPUTADO JOE VALLE**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA

Edy 12/18

> SETAS - 000025 <

1/2018

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Ludmila Lavocat Galvao Vieira de Carvalho)



## Ludmila Lavocat Galvao Vieira de Carvalho

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6160469510826716>  
Última atualização do currículo em 22/11/2018

Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (1993) e mestrado em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2002). É pós-graduada pela Escola Superior de Magistratura do Distrito Federal (1996) e em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP (1998). Atualmente, é Subprocuradora-Geral do Distrito Federal e advogada com atuação em Tribunais Superiores. (Texto informado pelo autor)

### Identificação

Nome Ludmila Lavocat Galvao Vieira de Carvalho  
Nome em citações bibliográficas CARVALHO, Ludmila L. G. V.

### Endereço

### Formação acadêmica/titulação

2017	Doutorado em andamento em Direito Processo Civil. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Orientador: José Roberto dos Santos Bedaque.
1999 - 2002	Mestrado em Direito Processual. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: A causa petendi aberta na ação direta de Inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. (Ano de Obtenção: 2002. Orientador: José Roberto dos Santos Bedaque.
1996 - 1998	Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil. (Carga Horária: 360h). Instituto Brasileiro de Direito Processual, IBDP, Brasil. Título: O efeito suspensivo ativo do agravo de Instrumento. Orientador: Pebrônio Calmon Filho.
1996 - 1996	Especialização em Primeiro Curso de Atualização e Aperfeiçoamento das Carreiras Jurídicas. (Carga Horária: 540h). Escola Superior de Magistratura do Distrito Federal, ESMDF, Brasil. Título: Crimes praticados contra a previdência social e a ordem tributária. Orientador: Edson Alfredo Smaniotto.
1990 - 1993	Graduação em Direito. Universidade de Brasília, UnB, Brasil.

### Formação Complementar

1994 - 1994	Estágio Profissional Supervisionado. Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
1993 - 1993	Estágio Profissional Supervisionado. Bastos e Fruet - Advogados Associados, BF ADV, Brasil.
1992 - 1992	Estágio Profissional Supervisionado. (Carga horária: 500h). Tribunal Regional Federal de 1ª Região, TRF/1ª Região, Brasil.

### Atuação Profissional

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL, PGDF, Brasil.

#### Vínculo Institucional

1996 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Subprocuradora-Geral do Distrito Federal, Carga horária: 30

#### Outras Informações

Ingresso por concurso público de provas e títulos, classificada em 13º lugar, para ingresso na carreira de Procurador do Distrito Federal Categoria II. Promovida por antiguidade para Procurador do Distrito Federal Categoria I em 08/08/2001 e para Subprocuradora-Geral do Distrito Federal por merecimento em 22/02/2016.

> GETAS - 000026 <

Galvão e Vieira de Carvalho Advogados Associados, GVC, Brasil.

Vínculo institucional  
1994 - Atual

Vínculo: sócia, Enquadramento Funcional: advogada

Superior Tribunal de Justiça, STJ, Brasil.

Vínculo institucional  
1994 - 1996

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessora de Ministro, Carga horária: 40,  
Regime: Dedicção exclusiva.

Outras informações

Assessora do Ministro Francisco de Assis Toledo

Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, CSPGDF, Brasil.

Vínculo institucional  
2013 - Atual

Vínculo: Membro, Enquadramento Funcional: Conselheira

Outras informações

Eleção pela categoria em outubro de 2013 e reeleita pela categoria em outubro 2015.

Instituto Brasileiro de Direito Processual, IBDP, Brasil.

Vínculo institucional  
1999 - Atual

Vínculo: membro, Enquadramento Funcional: membro

#### Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

#### Idiomas

Inglês  
Francês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

#### Prêmios e títulos

2010

Elogio profissional nos assentos funcionais - atuação na Intervenção Federal nº 5179-STF,  
Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

#### Produções

Produção bibliográfica

#### Outras produções bibliográficas

1. ★ CARVALHO, Ludmila L. G. V.. Efeito suspensivo ativo do agravo de instrumento. Rio Branco - AC: ESMAC, 1998 (artigo doutrinário).
2. ★ CARVALHO, Ludmila L. G. V.. Proventos e vencimentos de cargo em comissão: acumulação permitida?. Brasília-DF: Escola Superior da Magistratura, 1996 (artigo doutrinário).

#### Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. XLI Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal. Relatório de teses. 2015. (Congresso).

> SETAS - 000027 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O  
Em, 09/12/18

**MENSAGEM**

Nº 285 /2018-GAG

Secretaria Legislativa

Brasília, 09 de dezembro de 2018.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,**

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei que, "cria o Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal – FUSPDF e dá outras providências".

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,

  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado JOE VALLE**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA

Ecyl/2018

> SETAS - 000028 <



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

PL 2174 /2018

**PROJETO DE LEI Nº**

(Autoria: Poder Executivo)

**Cria o Fundo de Segurança  
Pública do Distrito Federal –  
FUSPDF e dá outras providências.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** decreta:

**Art. 1º** Fica criado o Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal – FUSPDF, com o objetivo de garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações na área de segurança pública e de prevenção à violência, alinhados com as diretrizes do Plano de Segurança Pública do Distrito Federal.

*Parágrafo único.* O FUSPDF tem a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros objetivando a modernização, reequipamento, manutenção, aquisição de bens de consumo e serviços para o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal.

**Art. 2º** Constituem fontes de receitas do FUSPDF:

I - doações em espécie, auxílios e subvenções procedentes de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras;

II - recursos provenientes de convênios, contratos, acordos, contratos de repasse, termos de parceria e outros instrumentos congêneres firmados com a União, Estados ou Municípios;

III - recursos decorrentes da alienação de bens móveis, que constituem o acervo patrimonial da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e dos órgãos vinculados;

IV - recursos decorrentes de juros e rendimentos de aplicações financeiras;

V - recursos provenientes da cobrança de taxas previstas na legislação do Distrito Federal, destinadas à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social;

VI- recursos repassados na modalidade Fundo a Fundo, oriundos da União;

VII - outros recursos que lhe forem destinados, exceto recursos do tesouro.

√

> SETAS - 000029 <



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

*Parágrafo Único.* Os recursos provenientes da União serão movimentados conforme o disposto nos instrumentos de pactuação e os demais recursos do FUSPDF serão movimentados em conta corrente no Banco de Brasília - BRB.

**Art. 3º** A gestão orçamentária e financeira do FUSPDF competirá à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, incumbindo-lhe:

I - receber as doações de que trata o inciso II, do art. 2º, desta Lei;

II - alocar os recursos para o atendimento de demandas específicas das unidades integrantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e dos órgãos a ela vinculados;

III - desempenhar os demais atos necessários ao fiel cumprimento do disposto nesta Lei, observadas as disposições das Leis Federais que dispõem sobre o mesmo tema.

**Art. 4º** O FUSPDF será gerido por um Conselho de Administração composto pelos seguintes membros:

I - o Secretário de Estado da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, que será o seu Presidente;

II - o Secretário de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal;

III - o Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal;

IV - o Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal;

V - o Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal;

VI - o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

VII - o Secretário de Estado Adjunto da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal;

VIII - o Subsecretário de Administração Geral, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, que atuará como Ordenador de Despesas do FUSPDF;

✓

> SETAB - 000030 <



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

IX - o Subsecretário de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal;

X - o Subsecretário de Operações Integradas da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal;

XI - o Subsecretário de Gestão da Informação da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal;

XII - um Presidente dos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs e um representante do Conselho Distrital de Segurança Pública - CONDISP, escolhidos pelo Secretário de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal e designados por ato do Governador do Distrito Federal.

§ 1º Os Conselheiros constantes dos incisos deste artigo serão representados por seus substitutos por ocasião de suas ausências ou impedimentos legais ou regulamentares.

§ 2º O mandato dos Conselheiros a que se refere o inciso XII será de dois anos, permitida uma única recondução para período imediatamente subsequente.

§ 3º os integrantes do Conselho de Administração e respectivos substitutos não farão jus a remuneração pela participação no conselho, que será considerada de relevante interesse público.

**Art. 5º** Compete ao Conselho de Administração do FUSPDF:

I - aprovar a programação financeira;

II - expedir normas e procedimentos destinados a adequar a operacionalização do FUSPDF às exigências decorrentes da legislação aplicável à matéria;

III - manter arquivo, com informações claras e específicas, das ações, programas e projetos desenvolvidos, conservando em boa guarda os documentos correspondentes;

IV - manter organizados os demonstrativos de contabilidade e escrituração do fundo;

V - analisar os projetos recebidos visando verificar seu alinhamento com as diretrizes do Plano de Segurança Pública do Distrito Federal;

> SETAS -- 000031 <



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

VI - fiscalizar a correta aplicação dos recursos do FUSPDF destinados aos projetos, às atividades e às ações na área de segurança pública e de prevenção à violência.

VII - elaborar, no prazo de 30 dias contados da data de instalação do Fundo, o respectivo regimento interno, a ser aprovado por decreto, estabelecendo suas normas de organização e funcionamento.

*Parágrafo único.* O Conselho de Administração poderá instituir comissão para analisar e monitorar a prestação de contas dos recursos utilizados.

**Art. 6º** Os recursos do FUSPDF contemplam a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, podendo ser destinados também a atender demandas específicas da Polícia Civil do Distrito Federal, da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, que se compatibilizem com as diretrizes e orientações gerais do Plano de Segurança Pública do Distrito Federal, sendo destinados a:

I - aquisição de bens e serviços imprescindíveis ao funcionamento da segurança pública;

II - construção, reforma, ampliação e modernização de prédios e próprios;

III - tecnologia e sistemas de informações e estatísticas de segurança pública;

IV - inteligência, investigação, perícia e policiamento;

V - aquisição de material permanente, equipamentos e veículos;

VI - custeio de cursos e treinamentos de profissionais de segurança pública;

VII - custeio de programas de prevenção à violência e à criminalidade;

VIII - integração de sistemas, base de dados, pesquisa, monitoramento e avaliação de programas de segurança pública;

IX - serviço de recebimento de denúncias, com garantia de sigilo para o usuário;

X - premiação, em dinheiro, para informações que levem à elucidação de crimes, observada a legislação específica.

> SETAS - 000032 <



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

---

§ 1º O custeio das despesas operacionais e administrativas, vinculadas às ações decorrentes desta Lei, correrão por conta de recursos do FUSPDF.

§ 2º O saldo positivo do FUSPDF, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo fundo.

§ 3º É vedada a destinação de recursos do FUSPDF para atender despesas com pessoal.

§ 4º Os recursos do FUSPDF não poderão ser contingenciados, em função de serem sustentáculos na prestação de serviços de pronto atendimento e de emergência, visando a salvaguarda urgente da vida e do patrimônio de cidadãos do Distrito Federal.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. ↴

> SETAB - 000033 <

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL



Exposição de Motivos SEI-GDF n.º 25/2018 - SSP/GAB Brasília-DF, 18 de junho de 2018

**Exposição de Motivos**

Excelentíssimo Senhor Governador,

Considerando a necessidade de criação de um fundo de segurança pública específico para captar recursos financeiros, visando apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo do Distrito Federal;

Considerando a edição da Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018;

Considerando a necessidade de financiamento de ações para proporcionar recursos e meios de apoio às atividades e programas de desenvolvimento, modernização e aprimoramento do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal;

Considerando a existência de projetos de capacitação, treinamento, qualificação, reequipamento e integração das forças policiais do Distrito Federal, que necessitam de recursos;

Considerando a necessidade de busca de novas fontes de recursos, tendo em vista a insuficiência dos recursos financeiros para subsidiar projetos voltados a políticas de prevenção e combate à violência;

Considerando que o orçamento destinado para o custeio e investimento em segurança pública é deficitário, e acaba inviabilizando a realização de projetos de suma importância para esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social.

Considerando que o combate à criminalidade e a redução da violência exigem investimentos em novas tecnologias, que atuem diretamente na redução da criminalidade;

Por fim, considerando a necessidade de um instrumento específico para captar recursos necessários ao desenvolvimento de projetos imprescindíveis para reduzir os índices de violência e criminalidade no Distrito Federal, propomos a criação do Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal.

Diante do exposto, submeto à deliberação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que cria o Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal.

São essas, Senhor Governador, aliadas às contidas nas justificativas pormenorizadas apresentadas, as razões que fundamentam a proposta de Lei que ora submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**CRISTIANO SAMPAIO BARBOSA**  
Secretario de Estado da Segurança Publica e da Paz Social

---

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO BARBOSA SAMPAIO - Matr. 168496-1**,



Secretário(a) de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, em 20/06/2018, às 19:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= 9313785 código CRC= 3EB1C514.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

S.A.M. CONJUNTO A BLOCO A ED.SEDE DA SSPDF - Bairro BRASILIA - CEP 70620-000 - DF

61-3441-8852

00050-00020477/2018-62

Doc. SEI/GDF 9313785

Criado por 02285348100, versão 2 por 02285348100 em 18/06/2018 17:16:08.

> SETAS - 0000034 <



> SETAS - 000035 <

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL  
Subsecretaria de Administração Geral

Declaração SEI-GDF - SSP/SUAG

#### DECLARAÇÃO DE NÃO GERAÇÃO DE DESPESA

Declaro, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que a criação do Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal - FUSPDF, objeto da minuta de projeto de lei que instrui os presentes autos, não acarretará geração de despesas e nem impacto orçamentário-financeiro ao orçamento desta Unidade, tendo em vista tratar-se de projeto que visa captação de recursos.

**Álvaro Henrique Ferreira dos Santos**

Subsecretário de Administração Geral

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **ALVARO HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS - Matr.0057964-5, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 18/06/2018, às 16:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= 9306790 código CRC= A4FF6697.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

S.A.M. CONJUNTO A BLOCO A, 2º ANDAR, ED.SEDE DA SSPDF - Bairro BRASÍLIA - CEP 70620-000 - DF

61-3441-8715

00050-00020477/2018-62

Doc. SEI/GDF 9306790

Criado por 12106040865, versão 2 por 12106040865 em 18/06/2018 16:05:38.

> SETAG - 000036 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O  
Em. 09/12/18  
Secretaria Legislativa

**MENSAGEM**

Nº 290 /2018-GAG

Brasília, 03 de dezembro de 2018.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,**

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação desta Casa o anexo Projeto de Lei, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 3.401.188,00.

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,

  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado JOE VALLE**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA

Me-42/MP-3

> SETAS - 000037 <



GOVERNO DO DISTRITO FI

PL 2175 /2018

**PROJETO DE LEI Nº**  
**(Autoria: Poder Executivo)**

**Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ R\$ 3.401.188,00 (três milhões, quatrocentos e um mil, cento e oitenta e oito reais).**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** decreta:

**Art. 1º** Fica aberto, nos termos dos art. 57 e 61 da Lei nº 5.950, de 2 de agosto de 2017, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2018 (Lei nº 6.060, de 29 de dezembro de 2017), crédito suplementar, no valor de R\$ 3.401.188,00 (três milhões, quatrocentos e um mil, cento e oitenta e oito reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I;

**Art. 2º** O crédito suplementar de que trata o art. 1º, I será financiado, nos termos do art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior oriundo de recursos das fontes 320 – Diretamente arrecadados e 370 – Remuneração de Depósitos Bancários de Fundos;

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.



ANEXO 1		RS 1,00	
SUPLEMENTAR SUPERÁVIT LEI			
SUPLEMENTAÇÃO			
ANEXO À LEI Nº			
ÓRGÃO: 01000 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL			
UNIDADE: 01901 FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - FISCAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
FUNC.	PROGRAMÁTICA	R E C O	F E S F C O
	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	U S O	F T E
		D O	D O T A Ç Ã O
6003	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	3.401.188	
ATIVIDADES			
10.302	6003.2042	3.401.188	
	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF		
10.302	6003.2042.0001	99	
	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF-DISTRITO FEDERAL		
		S 3	90 0 320
		S 3	90 0 370
TOTAL - SEGURIDADE		3.401.188	
TOTAL - GERAL		3.401.188	

(\*) Prioridade LDO (\*\*) Projeto em Andamento (\*\*\*) Conservação de Patrimônio

(EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO

(EPE) Emendas Parlamentares na Execução

> 000000 - 04113 <



> SETAS ~ 000039 <

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

Exposição de Motivos SEI-GDF n.º 213/2018 - SEPLAG/GAB

Brasília-DF, 03 de dezembro de 2018

Excelentíssimo Senhor Governador,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência minuta de projeto de lei que abre crédito suplementar, no valor de R\$ 3.401.188,00 (três milhões, quatrocentos e um mil, cento e oitenta e oito reais), em favor do FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA – FASCAL, nos termos dos art. 57 e 61 da Lei n.º 5.950, de 2 de agosto de 2017, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, Lei n.º 6.060, de 29 de dezembro de 2017, para o exercício financeiro de 2018.
2. O crédito em questão tem a finalidade de reforçar dotação orçamentária constante do programa de trabalho 01.031.6003.2042.0001 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF, com o fito de suprir despesas médico-hospitalares decorrentes de atendimento aos associados em geral. A suplementação será custeada com a incorporação do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial de 2017, das fontes 320 – Diretamente Arrecadados e 370 – Remuneração de Depósitos Bancários de Fundos.
3. O encaminhamento da presente proposta, por meio de projeto de lei, justifica-se por se tratar de unidade integrante do Poder Legislativo do Distrito Federal.
4. Considerando a relevância da matéria solicita-se a tramitação da proposta em caráter de urgência, na forma do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Respeitosamente,

**RENATO JORGE BROWN RIBEIRO**

Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



Documento assinado eletronicamente por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO - Matr.0272267-4, Secretário(a) de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 03/12/2018, às 12:02, conforme art. 6º do Decreto n.º 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= 15767120 código CRC= 88819F3A.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti - 10º andar - Sala 1001 - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

3313-8104

> SETAS - 000040 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO WASNY DE ROURE

PROJETO DE LEI Nº PL 2172 / 2018 18  
(DO DEPUTADO WASNY DE ROURE)

LTDO  
Em. 09/12/18  
Secretaria Legislativa

Altera a Lei nº 6.144, de 7 de junho de 2018, que "Dispõe sobre a implantação de medidas de informação a mulheres grávidas e paridas sobre a política nacional de atenção obstétrica e neonatal, visando, principalmente, à proteção delas no cuidado da atenção obstétrica no Distrito Federal".

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:**

**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 6.144, de 7º de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 2º** Considera-se violência obstétrica todo ato praticado pela equipe de assistência à mulher grávida ou parida de estabelecimentos hospitalares, postos de saúde, unidades básicas de saúde e consultórios médicos especializados no atendimento da saúde da mulher grávida ou parida que ofenda de forma verbal ou física desde o pré-natal até o puerpério.

§ 1º. Considera-se violência obstétrica institucional, de responsabilidade objetiva dos hospitais, casas de parto, Unidades Básicas de Saúde, Clínicas Médicas e quaisquer outros estabelecimentos de saúde que porventura venham a prestar assistência às mulheres no ciclo gravídico puerperal, todas as negligências relacionadas ao desabastecimento e a falta de acesso a equipamentos, leitos hospitalares, medicamentos, analgesias, exames e outros insumos e produtos de saúde que possam acarretar em danos às mulheres grávidas, em trabalho de parto ou em situação de puerpério.

§2º. A responsabilidade dos profissionais da assistência ao parto que atuarem de forma a violar os direitos da mulher é subjetiva, com a devida apuração de culpa, nos termos da legislação vigente.

PL 2172



> SETAS - 000041 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO WASNY DE ROURE



**Art. 2º** Os incisos VI, XIV e XVIII do artigo 3º, da Lei nº 6.144, de 7 de junho de 2018, passarão a vigorar com as seguintes redações:

**Art. 3, inciso VI**

Alegar riscos imaginários ou hipotéticos, sem indicação obstétrica fundamentada em evidências científicas e sem a devida explicação dos riscos potenciais para a parturiente e o recém-nascido, para induzir nascimento pela via cirúrgica. A indicação materna ou fetal deverá ser registrada no prontuário. Caso seja uma cirurgia a pedido, deverá constar no prontuário a informação e, em anexo, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que constem esses riscos potenciais.

**Art. 3, inciso XIV**

Manter algemada a mulher detenta durante toda a internação para o parto, até a alta (determinação do art. 292, parágrafo único do Código de Processo Penal, alterado pela lei federal 13.434/2017).

**Art. 3, inciso XVII**

Submeter o recém-nascido saudável a procedimentos de rotina e injeções na primeira hora de vida, sem que antes tenha sido colocado em contato pele-a-pele com mãe e ter tido a chance de mamar, sendo a mãe saudável e sem complicações, observadas as contraindicações de amamentação específicas.

**Art. 3º**Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 6.144, de 7 de junho de 2018, visa a garantir que durante o trabalho de parto, o bem-estar da parturiente e do bebê deverão ser colocados em primeiro lugar.

A parturiente e o recém-nascido devem ser tratados com dignidade, ética e muito profissionalismo. Não submetendo a parturiente ou seu bebê a situações vexatórias ou de constrangimento, que lhes resultem qualquer tipo de trauma no momento ou futuramente.

As alterações apresentadas buscam o pleno respeito a todas as pessoas envolvidas nos procedimentos e fases que acompanham o trabalho de parto, bem como os momentos que o antecedem e sucedem.

Com a aprovação deste Projeto de Lei, o Distrito Federal proporcionará ainda mais dignidade e acolhimento para as gestantes em trabalho de parto, durante e após o nascimento de seus filhos, bem como, garantia de um bom tratamento para ambos.



> SETAS - 000042 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DEPUTADO WASNY DE ROURE



Ante o exposto, convoco os nobres pares a apoiarem a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em



**Deputado Wasny de Roure**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º PDL 411 /2018

(Do Senhor Deputado DELMASSO –PRB/DF)

L I D O  
Em, 04 /12 /18

Secretaria Legislativa

Revoga o Decreto Legislativo n.º  
2.218, de 22 de junho de 2018.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

**Art. 1º** Fica revogado o Decreto Legislativo n.º 2.218, de 22 de junho de 2018.

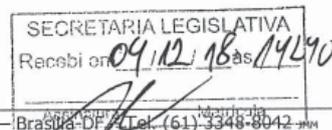
**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Câmara Legislativa derrubou, na terça-feira (27/11), o veto ao Projeto de Lei nº 1.079/2016, pondo fim à tarifa mínima de água e esgoto nas residências de todo o Distrito Federal em que não haja consumo em um período de 30 dias consecutivos.

A proposta afirma que “o consumo de água é fato gerador de ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] tributado à alíquota de 18% no Distrito Federal, e a cobrança de valores mínimos, independentemente do consumo, sobrecarrega o consumidor por duas vezes”, por estar sendo cobrado por um serviço não utilizado.

A Lei Orgânica do Distrito Federal dispõe sobre importante aspecto a ser considerado nesta questão quando trata sobre a carga tributária propriamente dita. O consumo de água é fato gerador de ICMS tributado à alíquota de 18% no Distrito Federal e não é demais destacar que a cobrança de valores mínimos, independente do consumo sobrecarrega o consumidor por duas vezes. Ora porque está pagando o valor



> SETAR - 000044 <



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



de um serviço que efetivamente não utilizou, ora porque sobre este valor incide ICMS e há a cobrança do tributo.

O combate ao desperdício de água é muito importante, porém não pode acontecer às custas do sustento de inúmeras famílias, como dito anteriormente, são sim necessárias medidas que evitem o gasto excessivo de água, porém tal medidas não podem ser danosas a ponto de gerar a bancarrota de diversas empresas, a demissão de funcionários e, conseqüentemente, um impacto não só na vida dessas pessoas, mas na economia do Distrito Federal como um todo.

Por todo o exposto, faz-se necessário a revogação do Decreto Legislativo, uma vez que com a derrubada do Projeto de Lei que trata da tarifa mínima, não há motivo para as pessoas pagarem por aquilo que elas não usaram.

Por essas razões que conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em



Deputado **DELMASSO**  
Autor



> SETAS - 000045 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete do Deputado JOE VALLE

L I D O

Em, 09/12/18

Secretaria Legislativa

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº** PDL 412 /2018  
(Do Deputado Joe Valle)

**Concede o título de Cidadão Honorário de  
Brasília ao Senhor Daltro Noronha Barros.**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Daltro Noronha Barros.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICAÇÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recobi em	09/12/18 as 14h45
Assinatura	Matriculo

Este projeto de decreto legislativo tem como objetivo conceder o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Daltro Noronha Barros.

O Senhor Daltro Noronha Barros, nasceu em 29 de novembro de 1944 no sul de Minas Gerais na cidade de Cristina. Em Cristina viveu com seus pais José Araújo Barros, Maria de Lourdes Noronha Barros e mais oito irmãos até à idade de 15 anos. Foi lá que se casou com Terezinha Marta Pereira Barros com quem tem três filhos, Marco Túlio Pereira Barros, Lívia Cristina Pereira Barros, Flávio Cesar Pereira Barros e quatro netos.

Cursou o primário e ginásio na escola pública em Cristina. Aos quinze anos saiu para continuar seus estudos no Colégio de Itajubá. Lá mesmo cursou a Escola Federal de Engenharia, a tradicional IEI e hoje, Unifei, Universidade Federal de Itajubá, graduando-se como Engenheiro Eletricista em 1968.

Influenciado pelo entusiasmo de seu pai com a fundação da nova capital e com os feitos heroicos de Juscelino Kubistchek, a quem muito admirava, motivou-o a vir para Brasília em busca de seus sonhos e realizações.

Embora enfrentando grandes dificuldades numa cidade que ainda estava por





> SETAB - 000046 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Deputado JOE VALLE**



concluir, fundou a empresa Delta Engenharia Indústria e Comércio em 5 de Maio de 1969, empresa essa que se beneficiou do crescimento de Brasília, participando ativamente de sua construção.

Assim a frente desta empresa de Engenharia que fundou juntamente com seu irmão Cícero de Noronha Barros, vem a cinquenta anos prestando trabalho ininterrupto com grandes feitos e realizações, fazendo destes empresários pessoas de destaque em obras de engenharia da capital.

A Delta Engenharia foi e continua sendo uma escola para todos os que lá iniciaram sua carreiras técnicas. Se tornando no Brasil referência em Manutenção Predial. Por seus quadros já passaram muitas gerações de Engenheiros Eletricistas e Mecânicos, técnicos em eletricidade e hidráulica. Raras são as empresas Técnicas de Manutenção que hoje operam em Brasília que não tenham em seus quadros, em grande proporção, pessoal, técnicos treinados pela Delta Engenharia. Após 43 anos, foi realizada uma cisão amigável e a Delta Engenharia mudou de nome em razão de similaridade de nome com uma empresa carioca, sendo sucedida pela Tellus SA e Atlântico que oferece oportunidades e trabalho para muitos.

Essas empresas do Grupo Espaço Y SA, onde Daltro é o maior acionista apresentam hoje um quadro composto por 2.000 colaboradores.

Tendo construído diversos prédios em Brasília e podendo afirmar que presta serviços ininterruptos a 50 anos na Companhia Energética de Brasília (CEB).

Sempre presente nas questões de punho social deixa marcas de suas contribuições em diversos setores do DF.

Patrocinou livros, escolas, escritores, artistas e esportistas. Foi presidente da associação dos amigos do hospital de base do Distrito Federal. Participa de ações beneficentes de escolas, hospitais e alunos, para melhoria de suas condições.

Foi diretor da Associação Brasiliense de Construtores - Asbraco. É sócio benemérito do Cota Mil Iate Clube de Brasília, tendo sido também conselheiro por mais de vinte anos e chegando a vice-comodoro onde realizou importantes melhorias



> SETAS - 000047 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Deputado JOE VALLE**



na sede social. Diretor de Engenharia da associação de seu bairro. Fundador da APAE em Cristina, tendo sido presidente e mantenedor por 18 anos e continua diretor de Patrimônio. Foi presidente por mais de 30 anos da promoção social e Humana de Cristina.

É precursor e produtor do mundialmente conhecido, premiado e renomado café Cristina onde dá oportunidade de trabalho para 200 pessoas além de contribuir para a sociedade oferecendo um café puro e de qualidade, o que torna o café do Brasil reconhecido e dando destaque para a cidade de Cristina no Sul de Minas Gerais.

Apaixonado por Brasília e por sua "pasárgada" como ele bem diz de sua terra natal, divide seus dias entre estes dois paraísos que serviu e ainda quer muito servir.

Pela grandeza com que o Senhor Daltro Noronha Barros trabalhou não só pela sociedade Brasiliense, mas por toda a população brasileira, é que solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala de sessões, de de 2018.

  
**Deputado JOE VALLE**  
**PDT**



04/12/2018

Gmail - Fwd: Biografia e CV Daltro Noronha Barros



> SETAS - 000048 <

Diogo da Matta Garcia <diogodamatta@gmail.com>

---

## Fwd: Biografia e CV Daltro Noronha Barros

1 message

---

manoel alvaro da costa <malvarodacosta@gmail.com>  
To: diogodamatta@gmail.com

29 November 2018 at 16:14

----- Forwarded message -----

From: **Flavio Barros** <flaviobarros@me.com>  
Date: qui, 29 de nov de 2018 às 13:22  
Subject: Biografia e CV Daltro Noronha Barros  
To: <malvarodacosta@gmail.com>

Sr Manoel , boa tarde !

Segue uma breve biografia do Sr. Daltro Noronha Barros

Daltro Noronha Barros, nasceu em 29 de novembro de 1944 no sul de Minas Gerais na cidade de Cristina. Ali casou-se com Terezinha Marta Pereira Barros com quem tem tres filhos ,Marco Túlio Pereira Barros, Livia Cristina Pereira Barros ,Flávio Cesar Pereira Barros e quatro netos

Em Cristina viveu com seus pais

José Araújo Barros, Maria de Lourdes Noronha Barros e mais oito irmãos até à idade de 15 anos.

Cursou o primário e ginásio na escola pública em Cristina.

Aos quinze anos saiu para continuar seus estudos no Colégio de Itajubá. Lá mesmo cursou a Escola Federal de Engenharia ,a tradicional IEI e hoje ,Unifei ,Universidade Federal de Itajubá,graduando-se como Engenheiro Eletricista

em 1968 .Influenciado pelo entusiasmo de seu pai com a fundação da nova capital e com os feitos heróicos de Juscelino Kubstchek a quem muito admirava ,motivou-o a vir para Brasília em busca de seus sonhos de realizações.

Embora enfrentando grandes dificuldades numa cidade que ainda estava por concluir, fundou a empresa Delta Engenharia Indústria e Comércio em 5 de Maio de 1969 empresa essa que se beneficiou do crescimento de Brasília ,participando ativamente de sua construção.

Assim a frente desta empresa de Engenharia que fundou juntamente com seu irmão Cícero de Noronha Barros, vem a cinquenta anos prestando trabalho ininterrupto com grandes feitos e realizações ,fazendo destes empresários pessoas de destaque em obras de engenharia da capital.

A Delta Engenharia foi e continua sendo uma escola para todos os que lá iniciaram sua carreiras técnicas .

Se tornando no Brasil referência em Manutenção Predial.

Por seus quadros já passaram muitas gerações de Engenheiro Eletricistas e Mecânicos ,técnicos em eletricidade e Hidráulica.Raras são as empresas Técnicas de Manutenção que hoje operam em Brasília que não tenham em seus quadros ,em grande proporção ,pessoal , técnicos treinados pela Delta Engenharia.Após 43 anos, fizemos uma cisão amigável e a Delta Engenharia mudou de nome em razão de similaridade de nome com uma empresa carioca ,sendo sucedida pela Tellus SA e Atlântico que oferece oportunidades e trabalho para muitos. Essas empresas do Grupo Espaço Y SA ,onde Daltro é o maior acionista apresentam hoje um quadro composto de 2000 colaboradores.

Tendo construído diversos prédios em Brasília e podendo afirmar que presta serviços ininterruptos a 50 anos na Companhia Energética de Brasília (CEB).

Sempre presente nas questões de punho social deixa marcas de suas contribuições em diversos setores do DF.

Patrocinou ,livros ,escolas escritores, artistas e esportistas

Foi presidente da associação dos amigos do hospital de base .

Participa de ações beneficentes de escolas, hospitais e alunos, para melhoria de suas condicoes.

Foi diretor da Asbraco. É sócio benemérito do Clube Cota Mil tendo sido também conselheiro por mais de vinte anos e chegando a Vice -comodoro onde realizou importantes melhorias na sede social.

Diretor de Engenharia da associação de seu bairro.

Fundador da APAE em Cristina tendo sido presidente e mantenedor por 18 anos e continua diretor de Patrimônio .

Foi presidente por mais de 30 anos da promoção social e Humana de Cristina .

É precursor e produtor do mundialmente conhecido ,premiado e renomado café Cristina onde dá oportunidade de trabalho para 200 pessoas além de contribuir para a sociedade oferecendo um café puro e de qualidade, o que torna o café do Brasil reconhecido e dando destaque para a cidade de Cristina no Sul de Minas Gerais.

Apaixonado por Brasília e por sua pasárgada como ele bem diz de sua terra natal divide seus dias entre estes dois

04/12/2018

Gmail - Fwd: Biografia e CV Daltro Noronha Barros

paraísos que serviu e ainda quer muito servir.

> SETAS - 000049 <



> SETAS - 000050 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes

**MOÇÃO Nº MOÇ 1071/2018 DE 2018**  
(Dos Senhores Deputados Claudio Abrantes)

LIDO  
Em. 04/12/18  
Secretaria Legislativa

Manifesta Votos de Louvor e Parabeniza os Peritos Criminais da Polícia Civil do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados a toda a sociedade brasileira.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Com fundamento no art. 144 do Regimento Interno, solicito que esta Casa de Leis manifeste Votos de Louvor e Parabenize os Peritos Criminais da Polícia Civil do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados à sociedade brasileira. A serem entregues em Sessão Solene no dia 10 de dezembro de 2018, às 15h, no auditório do Ed. Sede do Instituto de Criminalística IC-DF. Conforme segue:

- Renato Bezerra;
- Juliano Gomes;
- Alfredo Barbosa Zulato;
- Wandy Raimond Penna;
- Ronaldo Ramos Ferraz;
- Luiz Correia de Lima;
- Antonio Afonso;
- João Luiz de Moura Alves;
- Julio Cesar Luis da Lilva;
- Eduardo Felipe Daher.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição tem por objetivo homenagear os Peritos Criminais da Polícia Civil do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados à toda a sociedade brasileira.



> BETAS - 000051 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes



O perito criminal desenvolve atividades de alta complexidade e diversificadas, envolvendo planejamento, coordenação, supervisão, controle e execução de trabalhos periciais criminais relativos ao levantamento, coleta, análise, codificação, decodificação e pesquisa de padrões e vestígios em geral.

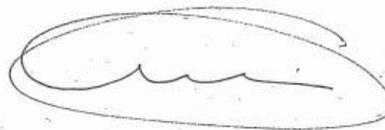
Os homenageados nesta proposição são pessoas qualificadas, que desenvolvem trabalhos reconhecidos, cujos ideais encontram-se em consonância com a eficiência dos serviços prestados à Polícia Civil do Distrito Federal, com a consequente qualidade de vida da população.

Empregando diuturnamente a doação, a dedicação, a perseverança e a capacidade profissional. Demonstrando as vantagens que deles derivarão posteriormente, em uma sociedade constituída com base em espírito de serviço a todos.

Portanto, notória é a importância dos serviços prestados por esses profissionais, merecendo eles serem homenageados por esta Casa de Leis.

Assim, peço o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação do presente Moção.

Sala das Sessões, em        de        de 2018



**Deputado CLAUDIO ABRANTES**  
PDT



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE  
Gabinete 5 - 2º Andar Tel: 3348-8050/8052

**MOÇÃO Nº 1072/2018**

**(Do Deputado Wasny de Roure)**

Em 04/12/18  
Secretaria Legislativa

**Parabeniza e homenageia o Senhor  
Pedro Augusto Cruz, Presidente da  
Associação de Moradores do Projeto  
Lúcio Costa (AMPLUC).**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito  
Federal:**

Com fundamento no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares parabenizar e homenagear o Senhor Pedro Augusto Cruz, Presidente da Associação de Moradores do Projeto Lúcio Costa (AMPLUC).

**JUSTIFICAÇÃO**

Pedro nasceu em 20 de novembro de 1959, em Brasília, mas foi registrado na cidade de Luziânia-Go. Demonstrando habilidade musical diferenciada desde cedo fez sua primeira audição de música clássica aos onze anos como violinista sob condução do Maestro Jacy Ferreira na Catedral Metropolitana.

Aprovado em Concurso Público de âmbito nacional para Qualificação Militar Especial de Música assumiu instrutoria na Escola Preparatória de Cadetes do Exército em 1985, na cidade de Campinas-SP. Retornou à Brasília em 1992, onde como Subtenente foi designado para função técnica no Cerimonial Militar da Presidência da República, com planejamento e execução de cerimônias oficiais do Governo Brasileiro junto às Embaixadas e Governos de países em missão e atos oficiais.

Com proposta da Direção da Faculdade de Economia da Universidade de Brasília requereu passagem para a Reserva Remunerada das FAA, assumindo em 2009 a função de coordenador financeiro de Projetos da Faculdade de Economia e posteriormente da FACE-UnB, na qual permaneceu até 2017 quando foi eleito Presidente da AMPLUC - Associação dos Moradores do Projeto Lúcio Costa.



SETAS - 000053

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Gabinete 5 - 2º Andar Tel: 3348-8050/8052

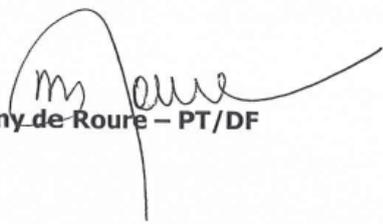


Sua gestão permitiu a Associação atualizar seu estatuto, inserindo o caráter participativo das pessoas e criando uma situação de envolvimento com a comunidade.

Gerida pela Associação, a Creche Tia Joana, atende atualmente cerca de 70 crianças no Bairro, instituição que também é gerida (por meio de cessão do GDF) e teve sua situação regularizada junto aos órgãos competentes, após a atuação incessante do Sr Pedro Cruz. Que todos os dias dedicou grande parte de seu tempo ao trabalho voluntário de prestar um serviço de excelência às mães que precisam do atendimento na creche.

Desta forma, pela história de sucesso e desenvolvimento de ações transformadoras que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da sua comunidade, conclamo aos nobres pares a aprovação da presente moção.

Sala das Sessões, em                    de                    de 2018.

  
Dep. **Wasny de Roure** – PT/DF

> SETAS - 000054 <

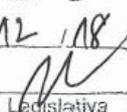


**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



**REQUERIMENTO Nº** RQ 3778/2018  
**(Do Senhor Deputado ROBÉRIO NEGREIROS)**

LIDO  
Em 04/12/18  
  
Secretaria Legislativa

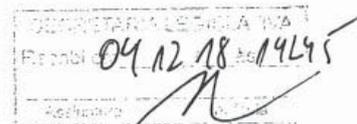
**REQUER A RETIRADA DE TRAMITAÇÃO  
DO REQUERIMENTO 3777/2018.**

**Exmo SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:**

Nos termos do art. 136, §2º do Regimento Interno desta Casa, requiero a retirada de tramitação do Requerimento 3777/2018, de minha autoria.

Atenciosamente,

  
**DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS**  
**PSD/DF**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
04   12   2018	15h10min	111ª Sessão Ordinária	1	

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 111ª  
(CENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 110ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, a minha solicitação é para comentar essa mensagem do Poder

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
04   12   2018	15h10min	111ª Sessão Ordinária	2		

Executivo, que acaba de ser lida, que fala sobre a destituição da Procuradora Paola, na Procuradoria do Distrito Federal. Destituição é punição. Portanto, sugiro a V.Exa. que converse com o governo, para que eles recolham essa mensagem e enviem outra que diga que é exoneração normal e não destituição. É uma exoneração. Destituição é quando alguém comete algum erro, e me parece que ela não cometeu nenhum. Portanto, não é digna de punição, não é?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Chico Vigilante. Ao pessoal do governo que está aqui, da articulação, peço que tome as providências necessárias, porque achamos, realmente, que não deve ser dessa forma. Pedimos que se possa fazer a retirada e a devida alteração, para lermos a mensagem na próxima sessão.

Temos seis Deputados em plenário.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi protocolado na Casa, se não me falha a memória, no dia 21 de novembro de 2018, a Mensagem nº 278, do Poder Executivo. O Projeto nº 2.164, de 2018, procura corrigir a situação desse programa na Cidade de Santa Maria e, em particular, em São Sebastião.

Entendo que essa matéria deveria ser apreciada ainda nesta legislatura. Pelo que me consta na memória, a relatoria dessa matéria compete à Comissão de Assuntos Fundiários; à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e à Comissão de Constituição e Justiça. Então, eu pediria a V.Exa., na condição de Presidente, que visse a possibilidade de apreciarmos essa matéria. Acho que a Deputada Telma Rufino, como Presidente da CAF, poderia examiná-la ou designar um Relator.

É algo que vai resolver a vida de alguns milhares de pequenos empresários e, já que estamos vivendo uma crise de desemprego, isso se torna uma forma de olharmos de maneira propositiva o assunto, além de valorizarmos o trabalho da secretaria nesta gestão. Acho que... o novo que executa aquilo que foi identificado como forma de resolver o problema.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – OK. Concordo, Deputado Wasny de Roure. Vou submeter aos Líderes e, com a aprovação, traremos diretamente ao plenário essa matéria.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
04   12   2018	15h10min	111ª Sessão Ordinária	3		

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, falando pela Liderança do Partido dos Trabalhadores nesta tarde de terça-feira, quero abordar três assuntos. O primeiro é com relação à violência que vem sendo praticada contra os rodoviários e a população usuária do transporte público do Distrito Federal.

Durante a campanha, visitei todos os terminais e as garagens de ônibus e agora estou voltando para conversar com os rodoviários. Os depoimentos dados a respeito da violência que é praticada contra eles é algo absurdo, algo estarrecedor. Vai desde meninos e meninas de 12, 15 anos, adolescentes que estão assaltando esses trabalhadores com arma pesada, até adultos.

Vi ontem uma ampla reportagem, na *Rede Globo*, que mostrou uma situação da Estrutural. Parte da Estrutural é praticamente um território sem lei. Somente em uma tarde, três ônibus são assaltados, inclusive com um motorista com uma bala alojada na axila. Os cobradores me relatam, o tempo todo, a violência de que são vítimas: coronhadas, tiros, todo tipo de coisa. Portanto, é preciso que a Polícia Militar do Distrito Federal, que a Secretaria de Segurança Pública faça alguma coisa. É fácil fazer. É só colocar a Inteligência da polícia nesses pontos mais críticos, que se pegam os bandidos todos. O que não pode continuar, efetivamente, é a situação vivida pelos rodoviários do Distrito Federal. Fica aqui minha solidariedade a esses trabalhadores.

O segundo ponto que quero abordar na tarde de hoje é com relação aos eletricitários do Distrito Federal. Eles tentaram de todas as maneiras, fazer um acordo com a CEB – Companhia Energética de Brasília. Eles não estão pedindo muito. Eles estão pedindo respeito às conquistas que tiveram anteriormente, que elas sejam mantidas conquistas. Hoje recorreram à greve, que é a última instância quando uma categoria se sente prejudicada.

Portanto, eu quero aqui fazer um apelo ao Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, que S.Exa. determine à direção da CEB que entre no processo de negociação e resolva esse problema. Os trabalhadores não podem ser prejudicados da maneira como estão sendo por negligência do governo e dos dirigentes daquela empresa estatal.

O terceiro ponto, Sr. Presidente, que eu quero abordar é um ponto que está em voga a todo instante aqui, a LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo. Eu tenho visto alguns jornais, alguns blogues que escrevem a respeito da LUOS. E é comum, Presidente Deputado Joe Valle, dizerem que ela está sendo feita no afogadilho. Eu pergunto, Deputada Luzia de Paula, que afogadilho é esse, se a LUOS está sendo debatida há oito anos?! Há oito anos que a LUOS vem sendo debatida! Se não quiseram debater antes, se não quiseram participar, por que as críticas agora?

Eu também indago se alguém tem algo de concreto sobre a tramitação da LUOS, a respeito de alguma maracutaia. Que aponte! Aponte alguma maracutaia que exista! O que não pode, Presidente Deputado Joe Valle, é jogar uma cortina de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
04   12   2018	15h10min	111ª Sessão Ordinária	4		

fumaça para atrapalhar a tramitação de um projeto que é fundamental para o Distrito Federal.

Eu, V.Exa., Deputada Telma Rufino, Deputado Julio Cesar, Deputado Wasny de Roure – que também está aqui em plenário –, Deputada Luzia de Paula, nós não fazemos parte de nenhum esquema de maracutaia. Deputado Chico Leite, V.Exa. também não. Portanto, eu não aceito essa generalização que está sendo feita com relação à LUOS.

São oito anos de debate sobre essa importante lei aqui no Distrito Federal, e aparecem, agora, uns chamados iluminados para dizer que não houve debate, que isso está sendo feito no afogadilho? Se eles não participaram foi porque não quiseram! Afogadilho de quem?

A LUOS não é necessidade de uma pessoa, é necessidade de uma população inteira! É uma cidade que precisa ser destravada para poder voltar a gerar emprego. É uma cidade que precisa, efetivamente, ter o seu ordenamento, até para diminuir o número de grilagens que aqui existe, porque, Deputado Chico Leite, na medida em que não há lei, fica fácil para os grileiros. Se não há uma lei que diz o que pode ou o que não pode naquela área, fica fácil para eles.

Deputado Joe Valle acaba de propor algo, e eu creio que vai ser um consenso nesta Casa. Está marcado o dia da votação. Nós vamos votar, mas não vamos aceitar nenhuma emenda de plenário. Quem quis apresentar emenda apresentou às comissões, tramitou, foi para o debate com a sociedade. Portanto, não venham com emenda de plenário, porque há um grupo grande de Deputados aqui que não vai aceitar emendas de plenário, até mesmo porque nós temos o nosso nome. A única coisa que eu tenho na minha vida é o meu nome.

Está me dizendo aqui o Deputado Chico Leite que tudo tem passado pela técnica desta Casa, respeitadíssima, que é a UDA, mas também pelo Fábio, pelo Willemann – e eu assino embaixo do que ele escreve.

Portanto, nós estamos prontos para votar a LUOS. O resto... As críticas feitas são feitas por setores que têm interesses inomináveis, e que querem colocá-los, mas a gente não vai permitir isso! Por isso ficam jogando essa cortina de fumaça como estão fazendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Chico Vigilante, na realidade, o que a gente quer, efetivamente, é avançar nesse tema muito importante para a cidade, entendendo que as discussões estão sendo feitas. Tudo o que for adequado, dentro do quadro que se mostra, para melhorar a vida de Brasília está sendo incorporado ao texto. O que não for adequado, os próprios servidores desta Casa, que têm uma competência enorme, principalmente nessa questão de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
04   12   2018	15h10min	111ª Sessão Ordinária	5	

urbanismo, junto com os assessores, muitos Deputados e muitas outras pessoas – a lei está na internet, na nossa *e-Democracia* –, estão expondo.

Eu acredito que o Plenário é soberano. Tudo vai ser colocado, e nós vamos poder fazer o debate, enfrentar o debate, e, dentro das possibilidades e da legalidade, aprovaremos o que for necessário para a cidade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Eu incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento, e repito, para concluir, que estou pronto para votar a LUOS. Sei o quanto ela é importante para essa cidade. Portanto, quero votá-la.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para fazer o registro da presença entre nós – Deputado Chico Vigilante, Deputada Telma Rufino, Deputado Julio Cesar, Deputada Luzia de Paula – do Dr. Márlon Reis e do Dr. Rafael Estorílio. O Dr. Márlon Reis, Presidente, é o autor da Lei da Ficha Limpa, que marcou a história constitucional do nosso País, e é o idealizador do aplicativo Mudamos.

Até tive a oportunidade de conversar com V.Exa., há alguns meses, acerca da possibilidade de admitirmos entre nós a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular com subscrições eletrônicas, uma vez que a subscrição material é sempre muito difícil. Tem sido dificultada, complicada, no âmbito nacional, no plano dos estados e dos municípios, a participação popular, que é um princípio que está na nossa Lei Orgânica, e que tem sido acolhido todos esses anos pelos colegas aqui das mais variadas bancadas da Casa.

Com o aplicativo, e com a admissão da subscrição eletrônica, nós vamos simplificar o processo, e a população como um todo, os grupos organizados, com o acesso, vão se sentir mais estimulados a participarem do processo legislativo, Presidente. Esta Casa, em agindo assim, admitindo-o, será a primeira Casa Legislativa do mundo a fazê-lo, Presidente!

Olhem que nós fomos pioneiros em muitas lutas. V.Exa. as acompanhou e participou, assim como vários dos colegas aqui presentes – o Deputado Chico Vigilante está na Casa há muitos anos; o Deputado Wasny de Roure, que estava aqui há pouco, também. Nós fomos pioneiros na questão do cinto de segurança, V.Exa. se lembra. Fomos pioneiros na defesa do voto ostensivo, o fim do voto secreto parlamentar; na extinção do 14º, do 15º e da convocação extraordinária – sempre com autorias coletivas, sempre por meio de construções. Fomos pioneiros no acesso às informações por toda a população. E agora podemos ser pioneiros na admissão das subscrições eletrônicas, Presidente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
04	12	2018	15h10min	111ª Sessão Ordinária	
				6	

Então, a presença do Dr. Márlon Reis e do Dr. Rafael Estorílio aqui tem o objetivo de se fazer uma exposição, da forma que V.Exa. entender que seja possível, sob o ponto de vista regimental, político, com a compreensão dos colegas.

Eu quero agradecer a V.Exa. a possibilidade de fazer o registro e ao Dr. Márlon e ao Dr. Rafael mais esse grande serviço prestado ao País, especialmente ao Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para corrigir uma falha na minha fala: UDA é a Unidade de Urbanismo e Meio Ambiente desta Casa, com grandes técnicos, concursados, da Câmara Legislativa; bem como o Fábio, que é do gabinete da Deputada Telma Rufino; e o Willemann, que é da liderança do PT. Estão todos juntos, cuidando disso, e em quem temos toda confiança.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Como há Parlamentares chegando, quero fazer um pedido aos Deputados para que possam vir ao plenário. Também quero dar um aviso. Solicito que todos compareçam nas próximas semanas, porque estamos chegando ao final do semestre – dia 18, provavelmente, será o nosso último dia de votação –, a fim de que possamos adiantar todos os nossos serviços. Temos muitos projetos de Deputados prontos para a pauta; temos projetos de emenda à Lei Orgânica, em segundo turno.

Assim não ocorrerá aquela costumeira correria de final de semestre, que não será feita. Nós vamos trabalhar para que não tenhamos votação na madrugada, como fizemos nos últimos semestres. Faremos uma votação tranquila, com as comissões se colocando, para que a gente possa, efetivamente, fazer o nosso bom trabalho aqui na Câmara.

Portanto, faço um apelo a todos os Deputados que estão nos gabinetes e às assessorias para que possam trazer e conversar com seus Deputados, para que possamos fazer esse trabalho de forma bastante tranquila, como vimos fazendo nos últimos três semestres – no final do semestre passado, no final do ano passado, no final desse semestre –, continuando a votar com essa mesma tranquilidade todas as matérias importantes para esta cidade.